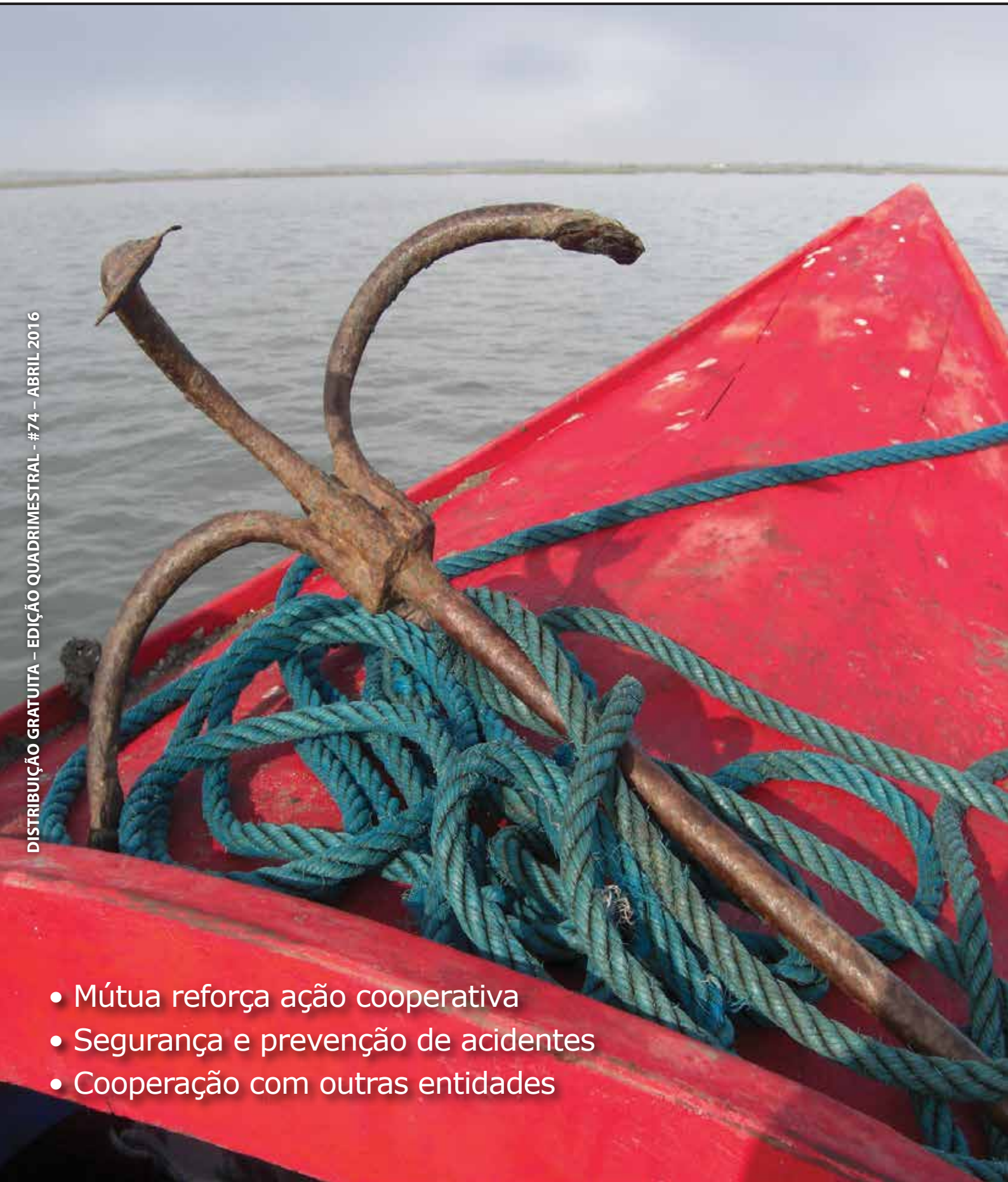
MARÉS

Revista da Mútua dos Pescadores para o Mar e Economia Social

SEGUROS MÚTUA



DISTRIBUIÇÃO GRATUITA – EDIÇÃO QUADRIMESTRAL - #74 – ABRIL 2016

- Mútua reforça ação cooperativa
- Segurança e prevenção de acidentes
- Cooperação com outras entidades

PONTO SEGURO
mediação de seguros, lda

SEGUROS DESDE 1982

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS

Autarquias • Instituições Públicas e Privadas • Empresas • Particulares • Parcerias com Economia Social

PRODUTOS

- Automóvel
- Acidentes de Trabalho
- Acidentes Pessoais
- Multirriscos
- Viagem
- Transporte de Mercadorias
- Marítimo Recreio/Turística
- Saúde
- Vida
- Responsabilidade Civil

PARCEIROS

MetLife · FIDELIDADE SEGUROS DESDE 1808 · MAPFRE SEGUROS · AÇOREANA SEGUROS

Allianz · SAÚDE PRIME Saúde para todos · PREVOIR SEGUROS DE VIDA · SEGUROS MUTUA · LUSITANIA Grupo Montepio

TRANQUILIDADE · ZURICH · GENERALI Companhia de Seguros · CARAVELA SEGUROS

Liberty Seguros · Groupama · VICTORIA Uma empresa do Grupo Segurador SMA

www.pontoseguro.pt

SEDE
Av. Santos Dumont, 57 - 2º Esq.
1050-202 Lisboa • Tel.: 213 301 520
pontoseguro.lx@pontoseguro.pt

Traçando o rumo

> editorial: Jerónimo Teixeira

1. A MÚTUA dá passos importantes para assegurar o futuro

A Assembleia Geral de 20/03/2016 poderá ficar na história da Mútua dos Pescadores como uma das assembleias gerais que contribuíram para definir o futuro duma organização que em breve completa 74 anos de vida, mas que persistentemente procura maior solidez económica e financeira, partindo da certeza que tal só pode resultar do aprofundamento dos valores da cooperação e como tal da maior atenção à sua implantação e prática social, melhorando sempre a aplicação dos princípios e valores cooperativos e assumindo plenamente a sua identidade como elemento de diferenciação positiva.

Foi discutido e aprovado o Relatório da Direção e Contas de 2015, sendo de registar o resultado positivo de 330 mil euros, um crescimento de 174 mil euros dos capitais próprios atingindo quase 8,8 milhões de euros, um crescimento dos prémios de 2,8% e um agravamento da taxa de sinistralidade bruta de 76,8% em 2014 para 90,5% em 2015. A carteira de investimentos aproxima-se dos 28 milhões de euros, sendo que as Obrigações de Dívida Pública representam 35%, as Obrigações Diversas 28% e os Imóveis 27%. De referir ainda que a taxa de cobertura das provisões técnicas é de 137% e a taxa de cobertura da margem de solvência é de 317%, indicadores importantes para enfrentar, com moderado otimismo, as exigências futuras dos novos regulamentos da Solvência II.

Se o ponto anterior era obrigatório os seguintes revelam a vontade de mais cedo que tarde dar cabal cumprimento às exigências das alterações legislativas que a Mútua como cooperativa e como seguradora tem que respeitar. Com efeito a aprovação pela Assembleia da República (AR) da Lei nº 119/2015 de 31 de agosto – Código Cooperativo (CCoop) e da Lei nº 147/2015 de 9 de setembro – Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), coloca novos desafios a que a Mútua tem que responder. A discussão e aprovação de significativas alterações aos Estatutos, Regulamento da Assembleia Geral e Regulamento Eleitoral, temas tratados noutras páginas desta revista, proposta que a Direção apresentou à Assembleia Geral, depois do parecer favorável do Conselho Nacional, com a prévia avaliação positiva pelas Autoridades Supervisoras de Seguros (ASF) e das Cooperativas (CASES), são prova da qualidade das propostas apresentadas pelo grupo de trabalho, que com a minha coordenação, foi constituído pelos juristas Rui Coelho e Campos e Carla Espada, e José Luís Cabrita, Provedor do Utente.

De salientar que este trabalho foi iniciado com a preparação das Jornadas do Grupo Mútua de novembro de 2015 e contou com muitas sugestões de trabalhadores, colaboradores e dirigentes da Mútua. Para além das questões legais a que se impunha dar cumprimento, saliente-se a preocupação de refletir nas novas disposições estatutárias e regulamentares o aprofundamento das regras democráticas na vida Mútua, do estímulo à participação dos cooperadores, da avaliação e tentativa de superação das dificuldades reveladas na governação e da maior clareza e transparência das normas.

No seguimento destes pontos, foi ainda discutida e aprovada a proposta de Política Interna de Seleção e Avaliação que abrangerá os membros a eleger para o Conselho de Administração (ex-Direção) e Conselho Fiscal e ainda para o Revisor Oficial de Contas, dando cumprimento às exigências do RJASR e adotando medidas de formação que a Mútua irá disponibilizar para dirigentes e candidatos a dirigentes.

Se estes pontos já constituem um marco na vida da Mútua, são contudo os dois seguintes que demonstram a aposta que os Órgão Sociais querem fazer e que a Assembleia Geral apoiou por unanimidade.

Os Estatutos já consagravam a existência de um Fundo Mutualista, que é mais uma reserva financeira da Mútua, mas agora foi aprovada a forma de lhe dar conteúdo. Assim, a partir de 01/07/2016, em cada recibo de seguro a Mútua cobrará mais 1 euro que reverte diretamente para o Fundo Mutualista, que poderá ainda contar com a parte dos excedentes anuais líquidos provenientes das operações com os cooperadores que for estabelecida pela assembleia geral. Como se compreende, este pequeno contributo de cada tomador de seguro é, no conjunto, mais uma forma de assegurar a solidez financeira da Mútua, condição fundamental para assegurar os relevantes serviços que a Mútua presta a todos os tomadores de seguros, segurados, pessoas seguras e beneficiários.

O ponto seguinte tem que ver com o princípio de porta aberta que a Mútua tem seguido e consequentemente com a entrada de muitos novos clientes que ainda não aderiram à condição de membro cooperador e como tal não participam na vida associativa da Mútua. A aposta é fazer de imediato uma grande campanha para suscitar a adesão de milhares de tomadores de seguros, segurados e pessoas seguras à condição de cooperadores. A subscrição de 3 títulos da cooperativa (no mínimo), o que equivale a 15 euros, é certamente uma ação ao alcance de quase todos, sem esquecer que os títulos são reembolsáveis. Mas, foi aprovado que a Mútua ainda poderá facilitar outra solução quando tal for necessário. Importante é que a Mútua conte com a participação mais alargada e empenhada de todos, no seu dia-a-dia como é demonstrado pela grande taxa de fidelização que lhe é peculiar e por isso tudo faremos para que a adesão de novos cooperadores seja o primeiro passo para uma ação cívica e associativa mais responsável e completa.

Como se vê foram dados passos que colocam a Mútua a par das exigências legais mais recentes, mas para lá disso a Mútua dispõe a partir de agora de novos instrumentos que permitem melhorar a sua governação, estimular a adesão e participação de mais cooperadores e da democracia interna, reforçar a sua solidez financeira.

Estamos certos que atuando na valorização e aplicação dos valores e princípios da cooperação, estamos a traçar o rumo certo para a MÚTUA!

2. Porque o mais importante são as pessoas!

Para uma cooperativa, como para as outras organizações da Economia Social, o mais importante são as pessoas, mas não basta afirmá-lo, é essencial senti-lo e vivenciá-lo quotidianamente.

É por isso que nas referências que hoje aqui trazemos, e que com sentido de justiça selecionámos, queremos simbolizar uma realidade muito maior, diversa e rica.

A Mútua contou ao longo de muitos anos com a colaboração do advogado António Mota e dos investigadores nas áreas do mar Emygdio Cadima e Vasco Valdez, com quem já não podemos hoje conviver, mas cuja memória iremos guardar.

Também o António Cabral, que deixou uma marca não só na ADAPI, mas em toda a organização das pescas portuguesas nas últimas décadas, prematuramente nos deixou e sentimos a sua falta.

Num outro registo, porque a vida continua, a Cristina Moço interrompeu a sua ligação profissional de décadas com a Mútua e pelo que nos marcou, aqui fica o nosso reconhecimento, contando com a sua ação como cooperativista.

Finalmente saliente-se que a juventude prova que não só é promessa de futuro, mas certeza no presente, e por isso saudamos a recente passagem à qualidade de Deputado no Parlamento Europeu do dirigente da Mútua e biólogo marinho João Pimenta Lopes, a quem desejamos o maior sucesso na defesa dos valores de uma Europa dos Trabalhadores e dos Povos.

Sumário

3 Traçando o Rumo

5 Notícias

10 Atividade Seguradora
- Os seguros do movimento sindical unitário

12 Mútua
- Plano de reforço da Ação Cooperativa da Mútua dos Pescadores - "Pés no Terreno", Direção
- A revisão dos Estatutos da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL, por Rui Coelho e Campos
- Principais alterações nos Regulamentos e nas Políticas internas, por Carla Espada

18 Segurança Marítima
- Medidas tomadas para prevenção de acidentes, por Direção Geral da Autoridade Marítima-Instituto de Socorros a Náufragos
- A segurança nos portos de pesca, por Eduardo Martins
- Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo de Lisboa, por Santos Serafim
- A participação da Mútua dos Pescadores no LEME Zoom Açores, Direção
- Histórias de mar vividas na primeira pessoa – José Rolo Doce e Emanuel Gavina Cruz
- Encerramento da Campanha da ACT para a melhoria de condições de trabalho na pesca

26 Saúde Marítima
- A adição é uma doença. Tem tratamento e pode prevenir-se a recaída, Entrevista à equipa terapêutica da UTITA, por Maria do Céu Baptista

30 Reportagem
- Instituto Hidrográfico - Laboratório de Estado para defesa do Mar

32 Mar Livre
- Um quadro e um filme – a obra social das pescas do "Estado Novo", por Álvaro Garrido

34 Setor Cooperativo e Social
- Alterações estatutárias da CONFECCOOP - Abertura de novos caminhos para a intercooperação e reforço do sector cooperativo, por José Luís Cabrita

36 História Marítima
- Greve das trabalhadoras conserveiras de Setúbal, por Vanessa Amorim

38 Opinião
- Observatório Marés

39 Pesca
- ... E ainda a Pesca da Sardinha..., por João Delgado

41 Arte e Cultura
- "A terra Treme", por João Delgado
- Turner, por Adelino Cardoso

43 Da Mútua

CONTACTOS MÚTUA

Lisboa – Sede:
213 936 300 / geral@mutuapescadores.pt
Viana do Castelo:
258 101 495 / viana@mutuapescadores.pt
Vila do Conde:
252 623 265 / viladoconde@mutuapescadores.pt
Matosinhos:
229 382 531 / matosinhos@mutuapescadores.pt
Aveiro:
234 368 115 / aveiro@mutuapescadores.pt
Nazaré:
262 551 031 / nazare@mutuapescadores.pt
Peniche:
262 780 040 / peniche@mutuapescadores.pt
Setúbal:
265 537 343 / setubal@mutuapescadores.pt
Sesimbra:
212 231 775 / sesimbra@mutuapescadores.pt
Sines:
269 635 844 / sines@mutuapescadores.pt
Portimão:
282 411 374 / portimao@mutuapescadores.pt
Olhão:
289 714 403 / olhao@mutuapescadores.pt
Funchal:
291 222 758 / funchal@mutuapescadores.pt
Ponta Delgada:
296 288 940 / ponta.delgada@mutuapescadores.pt
Horta:
292 391 920 / horta@mutuapescadores.pt

PROPRIEDADE

SEGUROS MÚTUA — MÚTUA DOS PESCADORES

EDIÇÃO

bleed

Fotografia de capa: Cristina Moço e Marta Pita, a bordo do "Romper da Aurora", Carrasqueira, 2007

• Propriedade> Mútua dos Pescadores - Mútua de Seguros, C.R.L., Avenida Santos Dumont 57, 6º - 1050-202 Lisboa, Tel.: 213 936 300, Fax: 213 936 310, www.mutuapescadores.pt, geral@mutuapescadores.pt, NIPC 500 726 477 • Diretor> José António Amador • Conselho Editorial> João Delgado, Jerónimo Teixeira, Ana Vicente, Adelino Cardoso, Marta Pita e Vasco Pinheiro • Edição, Produção e Publicidade> Bleed - Sociedade Editorial e Organização de Eventos, Lda., Av. da República 41, 3.º - 305, 1050-187 Lisboa, Tel.: 217 957 045/6, info@bleed.pt • Impressão> Gráfica, Lda • Tiragem> 8.000 exemplares • N.º Registo> 124498 • Dep.Legal>209498/04

**A Marés adota o Acordo Ortográfico, mas respeita a opção de cada autor*

PROJETOS PESCAS

Secreta tradição em Sines
Projeto de valorização da pesca

"Provenientes da costa mais rochosa de Portugal as sardinhas e as cavalas do sudoeste alentejano foram durante séculos o segredo mais bem guardado das gentes do mar. Chegou a hora de dar a partilhar a melhor sardinha, de elevada frescura, e cuja captura e manuseamento obedece aos mais elevados padrões de qualidade.
Eis a nossa secreta tradição."

É assim que a Associação de Armadores de Pesca Artesanal e do Cerco do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina apresenta o seu mais recente projeto de "valorização do pescado através da criação de sub – produtos / transformação, que neste caso foram as conservas e patês de cavala", como nos conta Dina Baião, técnica da Associação. Um projeto que promove a pesca, os produtos da pesca, a Associação, os pescadores e armadores, e com impactos também na promoção e valorização de Sines, porto de pesca de onde partem as traineiras que capturam o peixe, e dos mares da Costa Vicentina, de onde provém o peixe. "Todos ganham neste processo" sustenta Dina Baião.

A implementação do projeto foi possível graças à adesão dos atores principais que foram os armadores e os pescadores e a colaboração de todos os restantes elementos centrais, elos desta cadeia de produção – comerciante de pescado e fábrica de congelação, e fábrica de conservas.

"Nesta fase o pescado foi doado à Associação pelos armadores de cerco e foi todo entregue ao colaborador da fabrica Litoralfish, que se encontra na lota a comprar o pescado, depois o mesmo faz chegar o nosso pescado à fábrica sediada na ZIl II em Sines, que por sua vez congela o pescado. A partir daqui o peixe segue para a fábrica onde é transformado em conserva." A Fábrica conserveira é a La Gondola, em Matosinhos. O peixe é levado pela Litoralfish nas suas carrinhas próprias, empresa parceira que se responsabiliza pelo processo desde que o peixe sai da lota. Também a garrafeira "Talha", empresa sediada em Sines, promove o produto aquando da entrega dos seus vinhos pelos seus clientes. O produto não está ainda à venda, espera-se que no Verão isso seja possível, se a pesca o permitir! e será a Talha a fazer a comercialização.

Logo que a máquina esteja oleada a Associação passará a comprar o produto da pesca aos armadores e as conservas crescerão, e entrarão, esperamos todos, na mesa de todos nós!

No quadro do mesmo projeto a Associação desenvolveu ainda um site (bem como outros produtos de divulgação como um folheto informativo) onde podemos encontrar a história destas conservas ou um vídeo sobre a cadeia de produção da pesca em Sines.

Aos mentores do projeto, à Associação, aos pescadores e armadores de Sines a Marés felicita vivamente por este trabalho e espera poder vir a registar nas suas páginas a vida das conservas "secreta tradição".

O projeto foi desenvolvido no quadro do Promar, programa operacional pesca, eixo 2.

Convidamos os leitores da Marés a visitarem o Site: http://www.secretatradicao.pt

Co-Gestão nas pescas
Projecto 'Co-Pesca' da WWF

Uma solução para a pesca sustentável no eixo Peniche-Nazaré

O projeto Co-Pesca sobre co-gestão da Pesca no eixo Peniche-Nazaré começou em Agosto de 2014 e durou 1 ano. Este projecto foi financiado pela União Europeia através do PROMAR com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, e teve como objectivo identificar as pescarias com maior potencial para a co-gestão, com base num processo de participação pública que envolvesse todos os stakeholders regionais e nacionais.

Numa primeira fase de avaliação foram identificados 11 possíveis casos de estudo. No entanto, depois da aplicação de um conjunto de critérios definidos pela WWF apenas 6 casos de estudo foram selecionados, que foram posteriormente discutidos numa reunião com os stakeholders que decorreu em Fevereiro de 2015. Após os contributos que saíram desta reunião, a WWF concluiu que 2 casos de estudo apresentaram maior potencial de co-gestão: a apanha de Percebes nas Berlengas e a apanha de Bivalves na Lagoa de Óbidos. Apesar disto, mantemos o interesse e a vontade de continuar a trabalhar com todos os outros casos de estudo ou novos que surjam entretanto.

Co-Pesca Estudo de Impacto

A WWF pediu a uma empresa independente, a GfK Metris, para realizar um estudo sobre a forma como os stakeholders envolvidos avaliaram o trabalho da WWF na região e o seu interesse em participar activamente num processo de co-gestão.

O estudo baseado em entrevistas com 40 participantes concluiu que a WWF e o projecto Co-Pesca teve um alto nível de reconhecimento entre as partes interessadas, 93% (a WWF) e 80% (o projecto). 93% dos entrevistados também expressaram o interesse em implementar uma abordagem de co-gestão, 65% dos participantes considerou o trabalho da WWF como excelente ou muito bom. Os entrevistados identificaram os benefícios da co-gestão no sector das pescas: a partilha de responsabilidades entre os pescadores, o envolvimento de todos na gestão de recursos e a sustentabilidade.

Próximos passos

A WWF pretende consolidar e implementar um processo de co-gestão da pesca no eixo Peniche-Nazaré, dando assim continuidade ao projeto que avaliou o seu potencial. A fase 1 do projeto definiu as bases para implementar um Comité de Co-Gestão. Prevê-se que a fase 2 do processo de co-gestão leve cerca de 6 meses para ser totalmente desenvolvido com o cumprimento de condições para a implementação de um Comité de Co-Gestão para a apanha de percebes nas Berlengas e apanha de bivalves na Lagoa de Óbidos.

Toda a informação relativa ao Projecto Co-Pesca está disponível em: http://www.wwf.pt/o_que_fazemos/co_pesca/

WWF - World Wide Found for Nature
*Organização não governamental internacional, com um núcleo em Portugal também, que atua nas áreas da conservação, investigação e recuperação ambiental

FUNDOS COMUNITÁRIOS PORTUGAL 2020

Programa Operacional Mar 2020

Objetivos e Prioridades estratégicas

O Programa Operacional MAR 2020 (antigo PROMAR) tem por objetivo implementar em Portugal, medidas de apoio enquadradas no Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) sendo as suas Prioridades Estratégicas:

• Promover a competitividade com base na inovação e no conhecimento;

• Assegurar a sustentabilidade económica social e ambiental do sector da pesca e da aquicultura, contribuir para o bom estado ambiental do meio marinho e promover a Política Marítima Integrada;

• Contribuir para o desenvolvimento das zonas costeiras, aumentar o emprego e a coesão territorial bem como aumentar a capacidade e qualificação dos profissionais do sector.

• A promoção de uma pesca e aquicultura ambientalmente sustentáveis, eficientes em termos de recursos, inovadoras, competitivas e baseadas no conhecimento;

• A promoção da comercialização e transformação dos produtos da pesca e da aquicultura;

• Aumento do emprego e da coesão territorial.

Dotação

O Investimento programado para ao setor ascende a 507,8 milhões de euros (mais 21% que no anterior programa), dos quais:

• Cofinanciamento FEAMP: 392,5 milhões de euros;

• Contrapartida nacional: 115,3 milhões de euros;

Os apoios do FEAMP serão repartidos maioritariamente pelas seguintes tipologias de investimento:

• 214,8 milhões € - para medidas que promovam a competitividade

• 99,3 milhões € - para medidas que visem a sustentabilidade

• 37 milhões € - para o domínio da inclusão e emprego

• 11 milhões € - para a eficiência energética e economia de baixo carbono

Candidaturas

As últimas Resoluções do Conselho de Ministros, apontam para 30 de abril de 2016 altura em que os restantes regulamentos específicos das medidas de apoio previstas no Mar 2020 serão publicados.

Elegibilidade das despesas

Serão elegíveis as despesas efetivamente pagas a título do Programa Operacional entre 1 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023, desde que se comprove que os investimentos se encontram em curso.

Execução do PROMAR

A execução do PO PROMAR, que terminou a 31/12/2015, superava no final de janeiro de 2016 194,6 milhões de euros de pagamentos FEP, o que correspondia a uma taxa de execução superior a 86%.

Está em curso, até 31/03/2016 a apresentação dos restantes pedidos de pagamento remanescentes, por parte dos promotores.

Dário Gonçalves, responsável pela área de Incentivos Financeiros na Becorporate – Projetos de Investimento

LEITURAS PARA OS MAIS PEQUENOS

"O mar e a pesca" de Francisco Portela Rosa

O livro "O Mar e a Pesca", de Francisco Portela Rosa, dirigente da Vianapesca, foi editado pela Vianapesca no quadro do PROMAR (Programa Operacional da Pesca) ao abrigo do Grupo de Acão Costeira do Litoral Norte (GAC) que no Alto Minho integra os municípios de Esposende, Viana do Castelo, Caminha e Vila Nova de Cerveira. O livro é destinado às crianças do 1º e 2º ciclo do ensino básico mas pretende chegar a toda a comunidade educativa, envolvendo professores e pais, para a sensibilização para a importância do peixe na alimentação e também para questões mais amplas como a proteção dos oceanos e dos recursos.

Felicitamos o autor e a Vianapesca por mais este projeto que também vem contribuir para a valorização da profissão e do setor das pescas. A acrescentar às qualidades intrínsecas da obra, destacamos o fato de ter havido a preocupação de uma edição em braille, da responsabilidade da editora Íris Inclusiva.

Sobre o livro trazemos as palavras do seu autor:

"O livro "o Mar e a Pesca" teve como principal objectivo a sensibilização dos mais novos para questões como a alimentação saudável, a protecção ambiental em especial dos oceanos e dos recursos marinhos. Um livro destinado às crianças, mas também a pensar nos mais velhos, através de um grafismo apelativo, com personagens divertidas como o Farol Sabichão, que tudo sabe e a tudo responde; o Luisinho sempre curioso e desejoso de saber; o cão Boínha que por estranho que pareça adora peixe; e a Gaivota Pica que tudo vê e observa.

Assim, de forma lúdica e especialmente destinado às comunidades educativas do 1º e 2º ciclo do Ensino Básico, sendo o livro distribuído junto das várias escolas de vários concelhos do país, o mesmo pode ser usado pelos professores para complemento das actividades letivas.

Deste modo pretende-se sensibilizar as crianças (chegando também como consequência aos pais) para uma alimentação saudável. "Somos o que comemos", velho aforismo muito em voga. Destaca-se assim a importância do peixe para uma alimentação equilibrada e ao mesmo tempo desperta-se a curiosidade das crianças para o mar e espécies de peixe, tipos de pesca e artes utilizadas. Ao mesmo tempo que alertamos para a protecção dos recursos e dos oceanos. Não esquecendo também como se deve escolher o peixe tendo em conta o seu tamanho e frescura e até sugestões de receitas e sua confecção.

O livro sugere também que as crianças utilizem o site da Vianapesca onde encontram o Clube Jovem, com jogos para jogar com os amigos e colegas de outras escolas."

Francisco Portela Rosa
Vianapesca, OP

TRADIÇÃO VIVA

Um projeto da comunidade piscatória de Esposende

"Tradição Viva: A Comunidade Piscatória de Esposende – Memórias e Tradições", de Ivone Baptista de Magalhães, resulta de um projeto desenvolvido no âmbito do PROMAR, e do Grupo de Ação Costeira do Litoral Norte. A autora integrou a equipa de formandos/inventariantes locais do projeto Celebração da Cultura Costeira promovido pela Mútua entre 2007/2010 com o objetivo de consciencializar para este património e incentivar a dinamização de núcleos locais. Foi promovido pela Associação dos Pescadores Profissionais do Concelho de Esposende em parceria com a Câmara Municipal de Esposende/Museu Municipal de Esposende, e tinha como objetivo a criação de condições que apoiassem a comunidade piscatória de Esposende a encontrar "novas fontes sustentáveis de rendimento e de qualidade de vida". O projeto materializou-se numa exposição fotográfica (presente entre 29 de maio e 31 de outubro no Museu de Esposende), num filme documental e no presente livro, ao mesmo tempo o catálogo da exposição, e também a peça que articula toda a história do projeto. Foram cerca de dois anos de trabalho de campo de inventariação do património cultural da comunidade piscatória, marítima e fluvial de Esposende. Privilegiaram-se as entrevistas e as relações inter-pessoais entre entrevistadores e entrevistados, ambos pessoas da comunidade, que no final deste processo se puderam constituir não apenas como os inventariantes do património mas também como os seus guardiães. No livro podemos ficar a conhecer alguns dos protagonistas desta história: a Associação de Pescadores, a cidade de Esposende através de uma abordagem pelas suas "memórias e tradições" e finalmente os homens e as mulheres que contam as suas histórias de vida ligadas ao mar e à pesca.

A Mútua felicita a autora e todos os que se envolveram com dedicação ao projeto, em particular às gentes do mar de Esposende e também à sua Associação de Pescadores.

MAREECOFIN - Conferência "Economia e Finanças do Mar"

Participação da Mútua

Organizada pela PWC (PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda) realizou-se em 10 de Março no Hotel Pestana Palace em Lisboa, uma conferência subordinada ao tema "Economia e Finanças do Mar", onde a Mútua, a convite da organização, participou através do seu Diretor Geral Adjunto, Joaquim Simplicio, no painel "Atividades do Mar – Incentivos, Financiamento e Seguros".

A participação neste painel permitiu abordar a relevância que os seguros sempre tiveram no desenvolvimento da atividade marítima, a sua importância no acompanhamento dos novos desafios, riscos e atividades que se perfilham no horizonte e a importância que a pesca continua a ter num desenvolvimento social sustentado da economia do mar.

Joaquim Simplício

Prémio Octávio Lixa Filgueiras
Estudos da Cultura do Mar

O Museu Marítimo de Ílhavo, através da sua unidade de investigação CIEMar e a Câmara Municipal de Ílhavo, lançaram, em janeiro, mais uma edição do Prémio Octávio Lixa Filgueiras.

O Professor Octávio Lixa Filgueiras, um dos mais reconhecidos investigadores portugueses de temas de cultura marítima, dá nome ao prémio, que além de evocar a obra deste arquiteto e etnógrafo, tem como objetivo consolidar o Museu Marítimo de Ílhavo como "instituição museológica assente em dinâmicas de investigação aplicadas a um projeto cultural capaz de interessar diversas comunidades de público".

No fundo, este prémio visa promover a investigação relevante relacionada com a cultura marítima, nas diferentes áreas de investigação, premiando autores de dissertações académicas e/ou de trabalhos de investigação realizados no âmbito da cultura marítimo-fluvial, nomeadamente nas áreas da História Marítima, Antropologia Marítima, Arqueologia Marítima, Património e Museologia Marítima.

Na sua primeira edição, o prémio foi atribuído ao antropólogo Francisco Oneto Nunes com uma investigação de doutoramento sobre a arte xávega no litoral central português. Amaya Sumpsi, por seu turno, foi a vencedora da 2ª edição, com a sua tese de mestrado em Antropologia sobre os pescadores de Porto Formoso e as noções de progresso e modernidade na comunidade.

As inscrições podem ser feitas até dia 27 de Maio e a entrega dos trabalhos até dia 2 de setembro. No sítio da internet do Museu Marítimo de Ílhavo encontra-se toda a informação, nomeadamente, as normas de participação e a ficha de inscrição. Saber mais em www.museumaritimo.cm-ilhavo.pt

ÚLTIMA HORA

A Mútua na Nauticampo

Cumprindo uma boa tradição, a Mútua dos Pescadores esteve presente na Nauticampo, que decorreu na FIL, em Lisboa, entre 6 e 10 de abril.

Pelo nosso stand, gerido por dirigentes e trabalhadores desta cooperativa de utentes de seguros, especializada no setor marítimo, e da mediadora Ponto Seguro, que faz parte do grupo, passaram muitas centenas de visitantes, a quem prestámos informações, esclarecimentos e simulações de seguros, e que foram também presenteados com prospetos e brindes das duas organizações.

A parte mais animada coube, pelo segundo ano consecutivo, ao Coro do Grupo Mútua, como se poderá constatar na ilustração.

Protocolos de Intercooperação

Concebendo a sociedade como um todo integrado onde as várias partes, trabalhando em conjunto, têm mais hipóteses de sucesso do que trabalhando isoladamente, a Mútua dos Pescadores tem vindo a estabelecer várias parcerias e protocolos de colaboração com entidades ligadas aos setores estratégicos que a cooperativa explora.

Candidatura da Cultura Avieira a Património Nacional

Com o objetivo de estreitar relações de cooperação em torno do projeto de candidatura da cultura avieira a Património Nacional, a Mútua firmou recentemente um protocolo com o Instituto Politécnico de Santarém, promotor desta Candidatura, que prevê várias formas de colaboração, desde a divulgação das atividades do projeto, ao apoio técnico ou humano, passando por eventuais apoios a iniciativas, a acertar oportunamente.

"Avô e neto", Escaroupim, 2016.
Fotografia de Renato Monteiro

O projeto, que se desenvolve no âmbito do Programa de Valorização dos Recursos Endógenos, tem como objetivos a recuperação, salvaguarda e classificação da cultura avieira bem como a investigação dos ecossistemas e das comunidades ribeirinhas do Tejo.

Esta colaboração não é, no entanto, recente: a Mútua, reconhecendo a importância da preservação do património piscatório, tinha vindo a apoiar iniciativas no âmbito do referido projeto. Também nas páginas da "Marés" a cultura avieira já mereceu destaque.

A Mútua dos Pescadores tem a expectativa de que esta parceria entre ambas as entidades contribua para a consolidação do projeto de candidatura da cultura avieira a Património Nacional (que permitirá depois a candidatura junto da UNESCO a Património Cultural Imaterial da Humanidade).

Associação David Melgueiro

A Associação David Melgueiro, que já tinha sido alvo de destaque na revista Marés #72, é uma associação sem fins lucrativos que tem como objetivo o apoio operacional e logístico a atividades científicas e técnicas nas áreas da preservação ambiental, das ciências do mar, biológicas, atmosféricas e da terra, da oceanografia, da arqueologia submarina e do mergulho.

Por forma a atingir os objetivos a que se propõe, esta associação desenvolveu um projeto de construção de um veleiro de expedição, para promover o avanço científico e tecnológico em Portugal nas áreas das ciências do mar. Enquanto este projeto ainda se está a consolidar, a associação dispõe já de um pequeno veleiro "Anixa", onde realiza pequenos cruzeiros de sensibilização ambiental. Além disso, congrega vários barcos na sua "Ocean Science Fleet".

A Mútua dos Pescadores, reconhecendo a importância de uma associação com estas características, firmou, recentemente, um protocolo com esta entidade. Este protocolo de colaboração passa pelo apoio a algumas atividades que a Associação leva a cabo, como é o caso da participação na feira "Blue Week", realizada no ano passado, na FIL, em Lisboa. Além disso, ao abrigo deste protocolo a Mútua assume também, em condições mais favoráveis, o seguro da embarcação "Anixa" e, ainda, quando se proporcionar, poderá fazer os seguros dos restantes veleiros da "Ocean Science Fleet", nas mesmas condições preferenciais. E porque o protocolo é mais amplo, a Mútua colaborará na divulgação das atividades ou eventos da Associação David Melgueiro, nos seus meios de comunicação próprios, para além de outras formas de cooperação que venham a proporcionar-se.

Este protocolo visa aproximar as duas entidades fomentando uma colaboração que possa vir contribuir para a realização dos objetivos da Associação David Melgueiro e, consequentemente, para o seu crescimento e sua consolidação enquanto entidade de apoio à investigação científica na área do mar, missão que também conflui nos objetivos da Mútua.

SEGUROS MÚTUA
MÚTUA DOS PESCADORES
A tua segurança!
site: www.mutuapescadores.pt
e-mail: geral@mutuapescadores.pt • tel.: 213 936 300

Oferta formativa da FORSAILING

Condições especiais para o Grupo Mútua

A FORSAILING, LDA., é uma sociedade por quotas, cujo objecto é a consultoria e a formação marítima e portuária. No ano de 2010 a FORSAILING, Lda., a MÚTUA dos PESCADORES e a PONTO SEGURO celebraram um Protocolo de Cooperação nas áreas da Náutica de Recreio e nas áreas Marítimo – Portuárias.

A FORSAILING está a desenvolver e a ministrar acções de formação na área das Comunicações Marítimas, fundamentais para a Segurança e Sobrevivência no Mar dos Profissionais do sector e dos Navegadores de Recreio. Salientamos as seguintes acções de formação na área das comunicações:

- Curso para Obtenção do Certificado Geral de Operador Radiotelefonista
• Este Curso permite operar qualquer instalação radiotelefónica.
• Este certificado não tem prazo de validade.
• Tem equivalência Internacional.

- Curso para Obtenção de Certificado Restrito de Operador Radiotelefonista (MF, VHF)
• Este curso permite operar instalações radioeléctricas nas bandas das ondas hectométricas (MF) e métricas (VHF).
• Este certificado tem um prazo de validade de cinco anos.
• Tem equivalência internacional.

- Curso para Obtenção de Certificado Restrito de Operador Radiotelefonista – VHF
• Este curso permite operar instalações radiotelefónicas nas bandas das ondas métricas (VHF).
• Este certificado tem um prazo de validade de cinco anos.
• Tem equivalência internacional.

- Curso para Obtenção de Certificado de Operador Radiotelefonista da Classe A (MF, VHF)
• Este curso permite operar instalações radiotelefónicas de embarcações que efectuem navegação local ou costeira nacional nas bandas hectométricas (MF) e métricas (VHF).
• Este certificado tem um prazo de validade de cinco anos.
• Não tem equivalência internacional.

- Curso para Obtenção de Certificado de Operador Radiotelefonista da Classe B (MF, VHF)
• Este curso permite operar instalações radiotelefónicas de embarcações que efectuem navegação local ou costeira nacional nas bandas hectométricas (MF) e métricas (VHF).
• Este certificado tem um prazo de validade de um ano.
• Não tem equivalência internacional.

- Curso para Obtenção de Certificado de Operador Radiotelefonista da Classe B (MF)
• Este curso permite operar instalações radiotelefónicas de embarcações que efectuem navegação local ou costeira nacional nas bandas hectométricas (MF).
• Este certificado tem um prazo de validade de um ano.
• Não tem equivalência internacional.

- Curso para Obtenção de Certificado de Operador Radiotelefonista da Classe B (VHF)
• Este curso permite operar instalações radiotelefónicas de embarcações que efectuem navegação local ou costeira nacional nas bandas métricas (VHF).
• Este certificado tem um prazo de validade de um ano.
• Não tem equivalência internacional.

A formação é ministrada por Professores de reconhecida qualificação e competências profissionais.
A FORSAILING, enquanto entidade formadora acreditada e credenciada pela Direcção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos – DGRM, possui diversos instrumentos de produção, controlo e avaliação dos cursos que monitoriza que serão aplicados e analisados, como forma de garantia da qualidade dos serviços prestados. As acções de formação são sempre acompanhadas pelo Coordenador Técnico – Pedagógico da FORSAILING, que está devidamente reconhecido pela DGRM.
As acções de formação serão ministradas desde que tenham um número mínimo de 8 candidatos, sendo os respectivos exames, sempre realizados nas instalações da FORSAILING sendo reconhecidos pela Administração Marítima Portuguesa.
Com base no Protocolo de Cooperação entre a FORSAILING, Lda., a MÚTUA dos PESCADORES e a PONTO SEGURO, todos os candidatos que sejam cooperadores da MP ou clientes da PS têm um desconto de 10% sobre o preço final da inscrição.

Preços dos Cursos de Comunicações sem descontos:
• Curso para Obtenção do Certificado Geral de Operador Radiotelefonista - 295 Euros
• Curso para Obtenção de Certificado Restrito de Operador Radiotelefonista (MF, VHF) – 190 Euros
• Curso para Obtenção de Certificado Restrito de Operador Radiotelefonista (VHF) – 190 Euros
• Curso para Obtenção de Certificado de Operador Radiotelefonista da Classe A (MF, VHF) – 150 Euros
• Curso para Obtenção de Certificado de Operador Radiotelefonista da Classe B (MF, VHF) – 150 Euros
• Curso para Obtenção de Certificado de Operador Radiotelefonista da Classe B (MF) – 150 Euros
• Curso para Obtenção de Certificado de Operador Radiotelefonista da Classe B (VHF) - 150 Euros

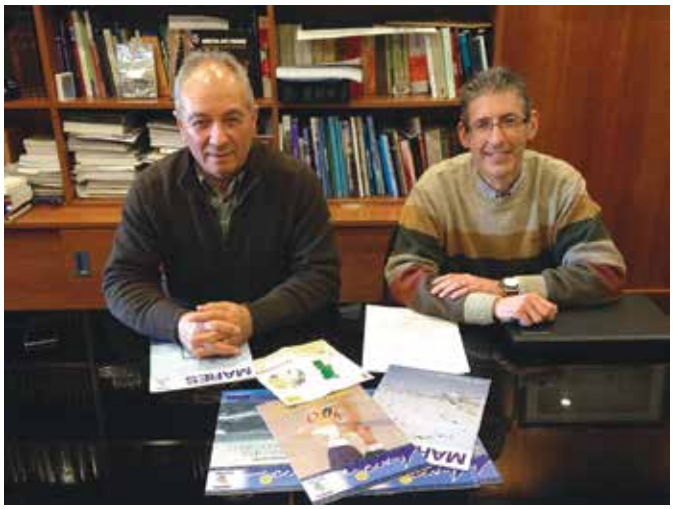
Os preços incluem todo o material didáctico, o exame e o Certificado passado pela DGRM (se obtiver a classificação de Apto no respectivo exame).

Contactos: 964919375 • forsailing444@gmail.com

Os seguros do movimento sindical unitário

No número 72 da revista "Marés" deu-se a notícia que a carteira de seguros da Liberinter – cooperativa de mediação de seguros da CGTP-Intersindical Nacional – tinha começado a ser transferida para a Ponto Seguro – mediadora de seguros do Grupo Mútua/Ponto Seguro - a partir de julho de 2015. É chegado o momento de se fazer um primeiro balanço sobre os resultados dessa operação, e para o qual convidámos dois protagonistas

Joaquim Dionísio (CGTP) e Vasco Pinheiro (Ponto Seguro)



Joaquim Dionísio e Vasco Pinheiro

Joaquim Dionísio, tem sido bem aceite a passagem da carteira de seguros da Confederação, uniões, federações, sindicatos e seus associados para a Ponto Seguro?
A Ponto Seguro é uma mediadora da economia social e do grupo Mútua. Esta era uma das condições prévias para a transferência da carteira da Liberinter que é, como se sabe, uma cooperativa de sindicatos.
Por outro lado, não esqueçamos que os sindicatos têm a sua origem em mútuas. Não os nossos sindicatos, mas todo o movimento sindical e este facto é, só por si, um fator de aproximação e de confiança. A transmissão da carteira da Liberinter ou fazia-se para a Mútua/Ponto Seguro ou não se fazia. Depois havia a consciência que a Ponto Seguro tinha todas as condições para prestar um serviço de mediação mais próximo dos segurados e de melhor qualidade o que foi, desde sempre, um objetivo sindical.

Vasco Pinheiro, que valor acrescentado pode constituir para o universo da CGTP a mudança da Liberinter para a Ponto Seguro?
A PS é uma mediadora que aposta forte na prestação de serviços na área da mediação de seguros de qualidade e proximidade, contando para tal com cerca de duas dezenas de balcões, distribuídos pelo território continental e ilhas. Esta nossa realidade permitirá colocar ao dispor das diversas estruturas sindicais ligadas à CGTP e seus associados, uma estrutura profissional, competente, disponível e dedicada, com capacidade para efetuar uma análise rigorosa das suas carteiras de seguros e das suas necessidades em ramos tão diversos, como o: Automovel, Multirriscos, Vida, Acidentes de Trabalho, Saúde, Acidentes Pessoais, Marítimo, entre outros.

Joaquim Dionísio, que efeitos pode ter para a CGTP, organizações filiadas e seus sindicalizados esta mudança?
O objetivo da CGTP-IN sempre foi o de assegurar aos sócios dos sindicatos seus filiados, contratos de seguro com preços mais acessíveis e com qualidade de serviço. Isto é, o objetivo é o de que se os nossos associados tiverem o infortúnio de sofrer um acidente que tenham as respostas adequadas para os problemas decorrentes do acidente. É preciso evitar que tenham de esperar uma eternidade para serem indemnizados, mas é preciso também assegurar as condições para que não tenham surpresas em termos de coberturas de riscos.

Vasco Pinheiro, a Ponto Seguro vai garantir ao movimento sindical a mesma qualidade de serviço a que tem habituado os seus clientes, apesar deste aumento substancial da carteira?
Temos vindo a tomar medidas no sentido de se facultar uma resposta rápida e adequada às diversas solicitações, esperando inclusive que essa procura aumente. Neste momento estamos satisfeitos com o nível de resposta que a nossa rede tem conseguido dar, mas não enjeitamos acertos pontuais, caso o volume de solicitações a isso obrigue. É um motivo de orgulho constatar que de uma forma geral, os mais de 30.000 clientes actuais da PS, recebem o mesmo nível de serviço de qualidade, sejam clientes particulares, empresas privadas, ou mesmo entidades públicas. Algo que pode ser atestado pelo crescimento em volume de prémios e comissões, obtidos pela Ponto Seguro durante o ano 2015.

Joaquim Dionísio, os sindicatos ficaram ganhos para continuar a divulgar ativamente junto dos seus associados o protocolo entre o Grupo Mútua/Ponto Seguro e a CGTP?
Os sindicatos, como se sabe, não têm esta atividade como uma prioridade, mas isto não significa que não queiram, e não devam contribuir em tudo o que estiver ao seu alcance para tornar a vida dos trabalhadores mais facilitada, especialmente

num momento em que nos debatemos com tantos problemas. Neste aspeto, tendo em conta o que já disse atrás, porque acreditamos na competência e na seriedade da Mútua/Ponto Seguro não iremos desiludir. Os sindicatos vão colaborar divulgando as condições do protocolo sem deixarem de ser exigentes, em termos de respostas, quando elas devem ser dadas.

Vasco Pinheiro, esta nova frente, para além de contribuir para o crescimento e diversificação da carteira, vai permitir também à Ponto Seguro avançar noutras direções de trabalho?
Reconhecemos o potencial desta nova realidade e proximidade com um mercado que não nos é estranho, pelo que estamos em condições de aprofundar esta ligação e crescer em conjunto com estes novos parceiros. Estamos a estudar e avaliar em que moldes o mesmo poderá ocorrer, sendo que no presente, temos vindo a apostar no estreitar de relacionamentos, avaliação das necessidades e apresentação de alternativas e soluções para as mesmas.

Grupo Mútua cresce no setor público

A Mútua dos Pescadores enquanto primeira cooperativa portuguesa a operar na área dos seguros, é efetivamente um segurador diferente. Para além da sua evolução nas atividades da designada Economia do Mar, em que a grande especialização no ramo marítimo lhe conferiu o estatuto de segurador líder no setor da pesca, e também, no setor de marítimo-turística, a Mútua tem diversificado os seus produtos permitindo-se apresentar soluções de seguros junto do setor público. Assim, para além de ser o segurador de inúmeras Juntas de Freguesia e da experiência já partilhada com o município de Olhão, a Mútua passou a ser, recentemente, um dos seguradores das Câmaras Municipais de Sines e de Vila do Conde.
Naturalmente, esta é uma área de atividade que o Grupo Mútua vinha aprofundando com a especialização da mediadora Ponto Seguro em matéria de contratação pública e, particularmente, em assessorias às Autarquias Locais, e que agora se alarga ao segurador Mútua.
Estamos convictos que a nossa vasta experiência na gestão de processos de seguros de acidentes trabalho, acidentes pessoais e multirriscos, entre outros, será colocada, com o profissionalismo e a dedicação dos nossos colegas, ao serviço dos segurados e das comunidades que passámos a servir.

Ana Vicente

SEGUROS DESDE 1982

PONTO SEGURO
Seguramente o seu mediador

Plano de reforço da Ação Cooperativa da Mútua dos Pescadores

"Pés no Terreno"

A direção da Mútua dos Pescadores, no final de 2015, aprovou uma proposta, cujas linhas mais elementares se baseavam nas leis do "eterno retorno", relativamente ao terreno. Um terreno que é a nossa génese – as praias, os portos, as comunidades ribeirinhas, o peixe, os barcos, as cores ou a sua ausência plasmada no luto que cobre muitas famílias nestas comunidades - ainda que, no caso particular da Mútua dos Pescadores, não se tratar efetivamente de um retorno, pois nunca o afastamento existiu, trata-se antes de, um reforço dessa presença

Direção da Mútua

A velocidade que marca os ritmos da vida dos dias modernos, distrai-nos do essencial, do profundo e da substância. Os ritmos acelerados dos dias, das redes sociais, das telecomunicações móveis, do mundo reduzido a um "Clik", obriga-nos forçosamente a ser rápidos, a viver em "cima do joelho", reveste-nos de uma película efémera que reduz as relações a qualquer coisa de desumano, a qualquer coisa que não se estrutura, a qualquer coisa que não leva o tempo necessário, a qualquer coisa ao contrário daquilo que seria lógico.

Percebendo tudo isso, e limpando o pó das entrelinhas do tempo antevendo o futuro, a Mútua dos Pescadores assume a vontade de contrariar os ritmos e as lógicas impostas e subverte o sistema. E ao mesmo tempo em que tudo e todos se afastam, a Mútua apela aos olhos, aos cheiros e à sapiência de todos os sentidos. As mãos que "teclam" convictamente mosaicos quadrados com letras, reclamam pelo aperto de outras mãos com vidas por contar. Nada em tempo algum, substituirá o abraço a um companheiro ou um relato feito, ali, cara a cara, por alguém que quer apenas viver a sua vida e trabalhar o seu tempo com a dignidade, a justiça e o equilíbrio que qualquer cidadão tem direito.

Assim, a Mútua dos Pescadores, com as suas, tantas vezes assumidas, qualidades de estrutura que conjuga simultaneamente características de vanguarda e retaguarda do setor marítimo, com especial enfoque e dedicação à Pesca profissional – vanguardista pela sua abordagem crítica e visão de futuro e de retaguarda pela forma como se constitui como um apoio ao setor – desenhou um plano que visa a prestação de contas sobre a sua atividade aos cooperadores e a todos os utentes da Mútua, assim como ouvir as comunidades no sentido de ajudar à resolução das suas necessidades e anseios.

A Mútua dos Pescadores é a única cooperativa de utentes de seguros com a singularidade de ser reconhecida, por todos, como um dos legítimos representantes do setor piscatório em Portugal e com uma crescente influência em outros "clusters" do mar. Desta forma, a Mútua é constantemente solicitada a dar o seu parecer e a sua visão sobre as mais variadas temáticas que têm o mar como pano de fundo. Desde o poder local, Assembleia da República, Presidência da República, governos das regiões autónomas até ao Parlamento Europeu, a Mútua tem sido ouvida e tem sentido que as suas contribuições têm deixado marcas indeléveis e que progressivamente esses contributos se têm materializado em alterações significativas na vida de quem faz do mar a sua vida.

Imagem do cartaz do plano de ação

Sabemos que nem tudo o que vamos fazendo chega às comunidades a quem se destina a nossa ação, a nossa entrega e a nossa luta. Não chega por diversas causas e fatores. Não chega, pelo cansaço de quem anda no mar horas a fio e o que resta do corpo e da mente, não permite muito mais que algumas

horas de sono para nova jornada no dia seguinte. Não chega pelas entropias várias inerentes a uma sociedade que aliena mais do que fortalece. Não chega, porque nós, imbuídos por tudo o que vamos fazendo, temo-nos esquecido de comunicar melhor o que fazemos.

Visto isto, para a Mútua fazer mais e melhor o seu trabalho, com mais legitimidade e maior profundidade de análise, está no terreno para abraçar com ainda mais força as suas causas de sempre. Está no terreno para que todos percebam melhor que o que nos move e orienta é o fortalecimento das comunidades e a busca pela melhoria das condições de vida de quem tem no mar o seu sustento.

Temos colocado diante dos olhos de todos, principalmente dos que poderão ter a decisão nas mãos, o real estado do setor marítimo em Portugal, com natural incidência no setor das pescas. Temos sido uma voz que não desarma por sentirmos a justeza das nossas palavras. Não desarmamos porque a vida da Mútua terá o tempo que as profissões ligadas ao mar tiverem.
É por tudo isto que entendemos encetar, desde janeiro do presente ano, o projeto "Pés no terreno" para que todos nos possam transmitir aquilo que entenderem ser o essencial na sua relação com a Cooperativa Mútua dos Pescadores e que esperam que a sua Cooperativa ajude a resolver. Pela nossa parte, há e haverá sempre, a disponibilidade necessária para estar onde for preciso, ouvir quem nos quer falar, ajudar a encontrar soluções para os nossos problemas comuns.

Com este projeto, a Mútua dos Pescadores coloca-se diante de todos com a mesma vontade de sempre embora com ferramentas e modelos de atuação diferentes. Tudo isto, para que se torne mais legítima na defesa dos interesses e aspirações dos seus associados e para que possa elucidar e esclarecer convenientemente toda e qualquer questão que nos queiram colocar.

Assim, e parafraseando o autor brasileiro Milton Nascimento – " todo artista tem que ir a onde o povo está" e sendo nós a maior organização marítima nacional, temos que estar a onde a povo do mar se encontra, vive e trabalha – tão simplesmente isto…

Óbidos

Angeiras

No quadro deste plano de ação a Direção reuniu já este trimestre com dirigentes, cooperadores, associações locais, sobretudo ligadas à pesca, em Caminha, Esposende, Vila do Conde, Angeiras, Matosinhos. Em Caminha a iniciativa contou também com a presença do presidente da Câmara e Junta de Freguesia, e em Vila do Conde com a Associação cultural Bind'0 Peixe. Nas ilhas a Direção reuniu também com os respetivos governos regionais e com a Lotaçor. Reuniu ainda na zona Centro, na Lagoa de Óbidos, com a Associação de Stand Up e Paddle Boarding, tendo como focus principal da ação o esclarecimento sobre a especificidade dos seguros para esta área.

Encontros que têm como principais objetivos prestar contas da nossa atividade e que visam ao mesmo tempo auscultar os problemas e anseios das comunidades, e procurar, dentro dos limites da nossa ação de seguradora cooperativa, resolver ou pelo menos alertar as entidades com quem nos relacionamos nos diversos fóruns em que participamos ativamente, para esses mesmos anseios e problemas – como as questões de segurança marítima, sinistralidade, estado dos portos de pesca e das barras, problemas sociais e económicos do setor, entre outras questões que são colocadas pelos participantes nos encontros.

O Plano de ação tem também uma componente formativa, com o objetivo de dotar os dirigentes estatutários da Mútua, (extensível também aos quadros e colaboradores numa ótica de atualização de conhecimentos e alinhamento estratégico de todos os membros do Grupo Mútua) de um conhecimento mais aprofundado sobre as principais características da cooperativa de utentes de seguros «Mútua dos Pescadores» quer em termos do seu enquadramento no universo das demais organizações que pertencem ao setor cooperativo e social, quer em termos da sua qualidade de seguradora, com os produtos específicos para os vários ramos que explora e para responder às necessidades dos seus públicos e mercados-alvo específicos.

Um plano formativo que visa também responder às exigências do novo Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora no que respeita à necessidade de qualificação dos dirigentes.

Pretende-se enfim um alinhamento de todos os membros com a identidade própria da sua cooperativa Mútua dos Pescadores, a primeira, e até à data única, cooperativa de utentes de seguros, identificando as suas principais forças para enfrentar os desafios do futuro.

Marta Pita

Assembleia Geral 2016 – Aprovação de alterações a alguns dos documentos estratégicos de gestão da cooperativa

A Assembleia Geral ordinária decorreu no dia 20 de março, no Museu de Etnologia e teve uma das ordens de trabalhos mais extensas de sempre: ao todo foram sete os pontos da convocatória. Como é habitual, nem a 26ª Meia Maratona, que se corria nesse dia em Lisboa e que levou ao encerramento de vários acessos, incluindo a Ponte 25 de Abril, impediu que 107 cooperadores, participassem, oriundos de vários pontos do país.
No final, após discussão, foram votadas e aprovadas as propostas levadas a Assembleia e que estão detalhadas neste dossier da "Marés".

A revisão dos Estatutos da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, CRL

A publicação do novo Código Cooperativo (C.Coop), (Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto), e do novo Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Actividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), (Lei nº147/2015, de 9 de setembro), veio determinar a necessidade da revisão dos Estatutos da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros CRL, a fim de se proceder não só à sua conformação aos novos textos legais (em vigor desde 30/09/2015 e 01/01/2016, respectivamente), mas para, e sobretudo, firmada nas disposições fundamentais dos dois regimes, a Mútua dos Pescadores se munir dos exigentíssimos instrumentos que os novos diplomas lhe conferem para, assim, melhorar a qualidade e a eficácia das respostas a desenvolver no âmbito do Objecto Social, que a sua matriz Seguradora impõe e a sua natureza Cooperativa desenvolve

Rui Coelho e Campos
Jurista
Membro do Conselho Consultivo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões
Ex. Diretor Técnico da Mútua dos Pescadores
Ex. Administrador executivo da Sagres (atual Caravela)

Não cabendo aqui a abordagem crítica do novo C.Coop (e mau grado a flagrante inconstitucionalidade de algumas disposições), sempre se dirá, atentos os princípios cooperativos, que mantém, que o diploma não levanta dificuldades à actividade da Mútua dos Pescadores; do mesmo modo, se não fora os custos "de montagem" dos mecanismos de resposta a uma Entidade de Supervisão cada vez mais exigente (ASF), nomeadamente no plano da capacidade e solidez financeira das empresas (custos que numa Seguradora de menor dimensão impactam de forma muito pesada), as novas disposições do RJASR, desde que agilmente incorporadas no dia a dia da Mútua, serão de molde a potenciar um mais forte e responsável desempenho junto dos tomadores de seguros, segurados, pessoas seguras e beneficiários, a proporcionar uma maior robustez da Cooperativa no mercado e, também, uma melhor intervenção junto da CASES, ASF, resseguradores, cooperadores, trabalhadores, fornecedores e demais instituições com que se relaciona.
Dito isto, vejamos, sucintamente, em que consistem as alterações mais importantes a consagrar nos Estatutos da Mútua dos Pescadores – Mútua de Seguros, SRL.
Por uma questão "operacional", houve a preocupação de preservar a sistemática tradicional dos Estatutos, nomeadamente, a sua organização por Capítulos e Secções, que mantiveram a sua ordem e numeração (com excepção da Secção V do Capítulo IV (Dos Orgãos Sociais) que adoptou a epígrafe "Comissão de Avaliação e Vencimentos", passando a matéria epigrafada "Conselho Nacional e Conselhos Regionais" a integrar a Secção VI).

Daqui resultará uma maior facilidade na leitura e compreensão do seu articulado por todos os que consultem o documento.
Assim é que nos artigos 1º a 5º só ligeiras alterações formais são introduzidas; salienta-se, no artº 6º, de entre os "valores e princípios cooperativos", que "pelo menos uma parte do capital social é, normalmente, propriedade comum da cooperativa (3º princípio); mantém-se praticamente a redacção dos artºs 7º a 19º, sublinhando-se, no artº 18º, nº1, alínea d) o direito do cooperador de "participar nas actividades de educação e formação cooperativas – em concordância com a obrigatoriedade prevista no artº 53º de se constituir uma reserva para aqueles fins – alteração, nota-se, que, a par do direito do cooperador de recorrer à "convocação judicial" da Assembleia Geral constitui exemplo do reforço da posição dos cooperadores na sua relação com a Cooperativa).
Reforço, aliás, que se espelha também no elenco das sanções (artº 20º a 22º) onde paralelamente a um recorte mais objectivo de cada uma, se acrescenta a "perda de mandato" e se articula o seu regime ao abrigo do C.Coop e do RJASR, se mantém como matéria reservada à Assembleia Geral as sanções de cariz mais grave, se garante o direito de recurso das decisões e se acautela, tanto nos casos de perda de mandato como de exclusão, os direitos da Mútua dos Pescadores, nomeadamente, pela exigência explicita ao cooperador do cumprimento dos deveres cooperativos, reforçando-se a responsabilidade civil a imputar e a eventual compensação entre o montante dos prejuízos causados pelo cooperador e o valor do seu crédito ao reembolso dos títulos de capital.
É nos **"Órgãos Sociais"** que os Estatutos apresentam maiores alterações por efeito dos novos regimes do C.Coop. e do RJASR: a par da Assembleia Geral, da Comissão de Avaliação e de Vencimentos e do Conselho Nacional e dos Conselhos Regionais, na Mútua dos Pescadores passará a existir um Conselho de Administração (CA) (em vez de uma Direcção), um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas (ou SROC), cujos membros, no entanto, deverão reunir, comprovadamente, através de processo específico, requisitos de qualificação, idoneidade, independência e outras condições exigidas pelo RJASR que assegurem, em permanência, a gestão sã e prudente da Cooperativa, gestão que tem em vista, prioritariamente, a salvaguarda dos direitos dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários (artºs 24º e 25º); com excepção da Assembleia Geral, nos órgãos da Mútua dos Pescadores passará a vigorar a regra de que, em sede de deliberações e em caso de empate, haverá lugar a nova deliberação tendo sempre o Presidente do Órgão "voto de qualidade" (artº30º); e, quanto à duração dos mandatos, conta-se como completo o ano em que se realiza a eleição, estabelece-se que poderá haver reeleição dos titulares dos órgãos (salvo do Presidente do Conselho de Administração que só pode ser eleito para três mandatos consecutivos) e que, finalmente, terminado o mandato, os titulares dos Órgãos mantêm-se em funções até à posse do membros eleitos (arº31º).
Não existindo alterações significativas ao regime da Assembleia Geral e da Mesa da Assembleia Geral, a descrição das sua competências é ajustada à nomenclatura do RJASR, ficando explicitado o poder de aprovar e alterar os Regulamentos e outros documentos internos que obriguem os seus Órgãos Sociais e sendo-lhe conferido, em concordância com o Código Cooperativo, o poder de designar e de destituir o ROC (artº33º a 36º).
O **Conselho de Administração**, que terá 3 membros suplentes, é composto por 7 membros que elegerão de entre si e na primeira reunião o respectivo Presidente e Vice-Presidente (não são permitidas rotatividades durante o mandato, que "enfraqueceriam", por falta de estabilidade interna do Órgão, a clareza dos requisitos de permanência e da imputação de responsabilidades aos membros do CA que o RJASR e o C.Coop impõem de forma muito explicita (arº 37º).
No que respeita às competências do CA (artº38º) elas configuram também a preocupação do Código Cooperativo e do RJASR de que o Órgão executivo cumpra interna e externamente, e de forma rigorosa e profissional, as suas funções e responsabilidades de Seguradora cooperativa, incluindo o reporte de informação, nos prazos e com os conteúdos exigidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF); isto, nomeadamente, através da selecção das pessoas que dirijem efectivamente a Cooperativa, os directores de topo e os responsáveis pelas funções – chave, devendo o Conselho de Administração assegurar que essas pessoas possuem os requisitos de idoneidade, qualificação profissional, independência, disponibilidade e capacidade para os cargos que desempenham na estrutura da Seguradora. A matéria contida nos artºs 39º e 40º sofre ligeiros ajustes de natureza não substancial.
Órgão importantíssimo na estrutura da Mútua dos Pescadores, o **Conselho Fiscal**, a par dos requisitos a que estão sujeitos os seus membros para exercerem as funções que lhe são cometidas, tem os seus poderes reforçados para além dos vertidos nos artºs 52º a 55º do C.Coop, designadamente por força de legislação específica que lhe confere poderes para selecionar e propor à Assembleia Geral a eleição do Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (DL nº 148/2015, de 9 de setembro) (artºs 41º a 44º).
Também o ROC, no enquadramento muito rigoroso do RJASR, exerce as suas funções de revisão e de certificação de contas e dos elementos estabelecidos especificamente para a actividade seguradora, para além das demais funções e deveres previstos no C.Coop. (artº45º), sendo um importante auxiliar da boa gestão praticada na Mútua dos Pescadores.
A **Comissão de Avaliação e de Vencimentos** (artº46º a 48º) provém da exigência legal de a Cooperativa de Seguros efectuar a avaliação sobre a adequação às funções das pessoas candidatas e membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas (artº 25º dos Estatutos (Eleição dos Órgãos Sociais); tendo também funções de deliberação sobre remunerações a atribuir aos membros dos Orgãos da Mútua, trata-se de um órgão de grande importância estratégica da Cooperativa.
Finalmente, e ainda em sede de Órgãos da Mútua, temos o **Conselho Nacional e os Conselhos Regionais**, órgãos de consulta do Conselho de Administração, cujas deliberações são tomadas em consideração e são sujeitas a ponderação, respectivamente, pelo Conselho de Administração; reflectindo muito expressivamente a natureza democrática da Mútua dos Pescadores, constituem, por si, um elo de grande significado e de proximidade dos cooperadores à gestão da Mútua dos Pescadores; na composição do Conselho Nacional (que passa a ter o direito de se pronunciar sobre as remunerações dos órgãos sociais e sobre outras questões que lhe sejam submetidas pela Comissão de Avaliação e de Vencimentos) têm assento, por inerência, os membros da Mesa da Assembleia Geral, onze membros eleitos dos Conselhos Regionais e um membro eleito pelos trabalhadores da Cooperativa; por sua vez, as competências e reuniões dos Conselhos Regionais são ajustadas por forma a aumentar a sua representatividade e eficácia, não havendo, de uma forma geral, outras alterações substantivas da natureza e do funcionamento de ambos os Conselhos (artºs 49º a 52º).
Finalmente em sede de reservas e excedentes, sem prejuízo do que já se referiu sobre a reserva obrigatória para educação e formação cooperativas, apenas se salienta a reformulação do texto da alínea c) do artº 54º que manda aplicar, dos excedentes líquidos apurados no exercício e que não resultem de operações com terceiros, a parte dos excedentes provenientes das operações com cooperadores que a Assembleia Geral deliberar, mas que não pode ser inferior a 1%.
Existe também, como disposição transitória (artº57º), um enunciado que visa esclarecer quais as regras dos Estatutos aprovados em 2012 a aplicar até à eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral e dos órgãos sociais para o quadriénio 2017-2020.

Principais alterações nos regulamentos e nas políticas internas

Carla Espada

Regulamento da Assembleia Geral:
Foram adicionadas às competências do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, as que se relacionam com a avaliação da adequação às funções dos candidatos e membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, previstas no Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR) e estatutos alterados.
As Assembleias Gerais com áreas de voto desconcentradas (por exemplo, Assembleias Gerais Eleitorais) passam a ser convocadas com uma antecedência mínima de 90 dias.

Regulamento Eleitoral:
Passam a usar-se duas datas como referência para a contagem dos prazos, para a prática de atos do processo eleitoral: termo do mandato cessante e realização da Assembleia Geral Eleitoral.
O **Capitulo I** regula a organização geral do processo eleitoral, estabelecendo que a Assembleia Geral Eleitoral deve realizar-se nos três meses seguintes ao termo do mandato cessante. Como tal, em 2017, deverá realizar-se em março.
O **Capitulo II** regula as candidaturas, estabelecendo que apenas são elegíveis para membros dos órgãos sociais, os cooperadores, regularmente inscritos, até 90 dias antes do termo do mandato cessante. Ou seja, para o próximo ato eleitoral de 2017, serão elegíveis os cooperadores, regularmente inscritos, até ao final de setembro de 2016.
As candidaturas devem ser apresentadas até 60 dias antes da realização das eleições e a campanha eleitoral deve iniciar-se 20 dias antes e terminar dois dias antes da data das eleições.
Os candidatos a membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas estão sujeitos a verificação prévia da adequação às funções, a exercer pela Comissão de Avaliação e Vencimentos e a registo prévio na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).
O **Capitulo III** regula o processo eleitoral, estabelecendo que têm direito de voto os cooperadores, regularmente inscritos, até 90 dias antes do termo do mandato cessante. Os cadernos eleitorais devem estar disponíveis para consulta até 30 dias antes do termo do mandato cessante. Descreveram-se, de forma mais pormenorizada, os atos a praticar em cada tipo de votação (votos presenciais, por representação, por correspondência e condicionados) e competências das Mesas de Voto.
O **Capitulo IV** regula o apuramento de resultados e a tomada de posse, não tendo esta matéria registado alterações.

Política Interna de Seleção e Avaliação:
Na sequência da entrada em vigor do RJASR e das novas exigências de governação aplicáveis às empresas de seguros, foi aprovada em Assembleia Geral, uma Política Interna de Seleção e Avaliação, que regula a verificação da adequação às funções dos candidatos e membros do **Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas**, a exercer pela Comissão de Avaliação e Vencimentos. Se as pessoas avaliadas não reunirem os requisitos de adequação exigidos ou o seu registo for recusado pela ASF, não podem ser eleitas ou designadas.
A política contempla ainda objetivos quanto à promoção da diversidade de géneros, fixando o objetivo de alcançar 30 por cento de representação do género sub-representado, nos órgãos sociais, em especial no Conselho de Administração, e Conselho Fiscal, até final de 2021.

O Fundo Mutualista
Enquanto Cooperativa de seguros, cabe-nos criar as condições financeiras que garantam, em cada momento, uma gestão sã e prudente e o cumprimento das obrigações assumidas, nomeadamente perante os cooperadores, tomadores de seguros, segurados e pessoas seguras.
O Fundo Mutualista é um instrumento complementar de reforço financeiro, criado por decisão da Assembleia Geral, que assenta nos princípios mutualistas da reciprocidade e solidariedade – "de todos, um" - e na entreajuda que está na base da Cooperativa.
Sendo assim, **a partir de 01 de julho de 2016** passará a ser cobrado um euro em cada recibo de seguro subscrito na Mútua dos Pescadores, revertendo esta verba para o Fundo Mutualista, bem como, a parte dos excedentes anuais líquidos que forem estabelecidos pela Assembleia Geral, nos termos dos Estatutos.

Como aumentar o número de Cooperadores?
A Mútua dos Pescadores assumiu a natureza de Cooperativa em 2004 e os cooperadores inscritos nos cadernos eleitorais aquando da eleição para os órgãos sociais em 2005, eram 14.449. Com o passar dos anos este número foi diminuindo, e em 2013 os cadernos eleitorais contavam menos 7.477 cooperadores do que em 2005.
A consequência é uma redução da atividade com Cooperadores e uma menor participação destes na vida da Cooperativa, nomeadamente na eleição dos membros para os órgãos sociais.
Nas eleições para os órgãos sociais de 2005 votaram validamente 4.840 cooperadores. Em 2013, votaram validamente 1.546 cooperadores. Todavia, o número de tomadores, segurados e pessoas seguras aumentou entre 2005 e 2013.
Como aumentar o número de Cooperadores? Considerando que o valor da entrada para a cooperativa (15 euros) pode ser um entrave à adesão de cooperadores, a Assembleia Geral decidiu permitir excecionalmente e a pedido expresso do tomador, segurado ou pessoa segura, a atribuição de três títulos de capital, passando a pessoa a ser cooperador, com todos os seus direitos e deveres, dispondo do prazo máximo de cinco anos para efetuar o respetivo pagamento (15 euros).
Pretendeu-se assim facilitar a adesão de mais cooperadores, aumentar a atividade com os membros e fomentar uma maior cidadania cooperativa.

DOCAPESCA

Requalificação da rede de lotas

Um dos eixos de orientação estratégica da Docapesca passa pela requalificação da rede de lotas do continente português. Neste contexto, a Docapesca levou a cabo vários projetos de requalificação, adaptação e apetrechamento dos edifícios das lotas e áreas circundantes, comparticipados pelo programa Promar, e executados até ao final do ano de 2015, com prioridade à melhoria do cumprimento dos requisitos de segurança alimentar, representando um investimento total de 8.414.852€.

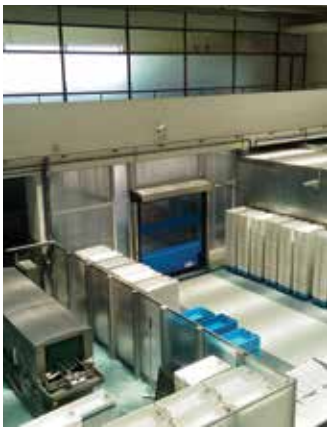
Neste enquadramento, foram concluídas as obras de requalificação das lotas de Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Matosinhos, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Setúbal, Sesimbra, Olhão e Vila Real de Sto. António, estando em curso a requalificação das lotas de Sagres, Lagos e Portimão.

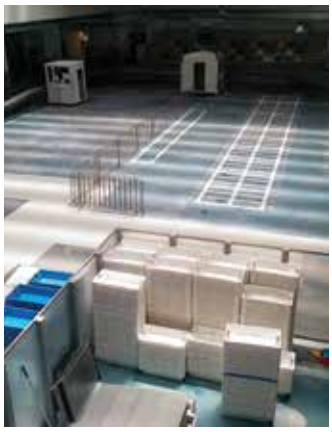
Para além da requalificação destas lotas, foram concluídas as obras de requalificação de zonas exteriores e cais na Póvoa de Varzim, Aveiro, Figueira da Foz e Peniche e Portimão.

A cadeia de frio foi também alvo de intervenções, nomeadamente através da remodelação e ampliação das fábricas de gelo, como foram os casos de Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Aveiro e Figueira da Foz.

Noutras áreas, foram finalizadas as intervenções em Matosinhos, ao nível da pavimentação de arruamentos e no pavilhão para trasfega da sardinha e respetivas redes hidráulicas e de eletricidade. Em Sagres, foi executada a reabilitação e reconversão do edifício da antiga lota.

Para os próximos anos, a empresa prevê um investimento de 24.400.075€ nos portos de pesca, locais de desembarque e abrigos, dos quais cerca de 2.000.000€ serão realizados em 2016.





Medidas tomadas para prevenção de acidentes

Tem-se vindo a constatar que alguns acidentes ocorridos na atividade da pesca são devido ao cansaço de quem está de vigia na ponte durante os trânsitos das embarcações para os locais de pesca e no regresso da faina. O elevado número de horas de trabalho continuado e as condições do mar tornam o trabalho na pesca muito cansativo, o que facilita a ocorrência de acidentes. Este tipo de acidentes marítimos inclui normalmente os encalhes e colisões com outras embarcações

Direção Geral da Autoridade Marítima
Instituto de Socorros a Náufragos

Para colmatar estas situações foram apresentadas, na última sessão da Comissão Permanente de Acompanhamento para a Segurança dos Homens no Mar, algumas medidas para prevenir os acidentes na atividade da pesca, designadamente um sistema de alarme de homem morto, planos de emergência de salvamento nas barras, manual de salvamento e plano para reforço de pessoal para as Estações Salva-vidas.

Alarme – Sistema de homem morto

Este tipo de alarme obriga a que, regularmente, o elemento de vigia na ponte interrompa um sistema de controlo temporizado, assegurando-se assim que esse elemento está em perfeitas condições no desempenho da sua função.

Caso o elemento de vigia na ponte não interrompa o sistema de controlo após 15 minutos é iniciado um novo temporizador que após dois minutos aciona um alarme sonoro para toda a tripulação. Trata-se de um sistema que complementa os alarmes já existentes – que possam ser estabelecidos no radar para uma distância de aproximação à costa ou a uma embarcação - e permite, em caso de algum problema com o tripulante de vigia, que a restante tripulação possa ser alertada para a situação.

Planos de emergência de salvamento para as barras

Na sequência do acidente com a embarcação "Olívia Ribau" na barra da Figueira da Foz foram desenvolvidos planos de emergência de salvamento para as barras do norte do País. Estes planos complementam os planos de salvamento marítimo das Capitanias dos Portos, que se aplicam de forma genérica a todos os respetivos espaços de jurisdição.

Os planos de salvamento para as barras são dirigidos à mitigação dos riscos associados à navegação nas barras. Pretende-se com este plano articular as entidades que compõem a comunidade portuária, os agentes de proteção civil e os serviços municipais de proteção civil sob a coordenação do Capitão do Porto, na resposta

a uma emergência no espaço geográfico da barra do porto ou das suas proximidades, aplicando os instrumentos de gestão de emergência que derivam do sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro. Os restantes planos de salvamento marítimo foram atualizados de forma a integrarem este conceito.

Manual de salvamento

O manual de operações em salvamento marítimo é um documento que surge da identificação de uma lacuna detetada nesta área. Este manual, embora muito direcionado para os agentes que operam no salvamento marítimo, também é dirigido para todos os outros agentes que operam e utilizam o espaço marítimo para o desenvolvimento das diferentes atividades económicas.

O manual tem grande incidência na área da segurança, procurando incutir uma cultura de segurança no mar e levar aos diferentes agentes do mar um conjunto de procedimentos de segurança com vista à redução dos acidentes e, caso estes ocorram, como se deverão comportar.

Ao folhear o manual será possível encontrar uma diversidade de temas como sejam a caracterização do mar, vento e ondulação da costa portuguesa, procedimentos de segurança, manobras de resgate de vítimas no mar, como agir em situações de homem ao mar, e considerações relativas à forma de navegação consoante a direção e tipo de ondulação.

Procura-se abranger um leque variado de assuntos com interesse para os patrões dos meios de salvamento do ISN, mas também para todos os que, em qualquer modalidade e através de outros meios, colaboram com as autoridades que detêm responsabilidades no âmbito do salvamento marítimo e do socorro a náufragos.

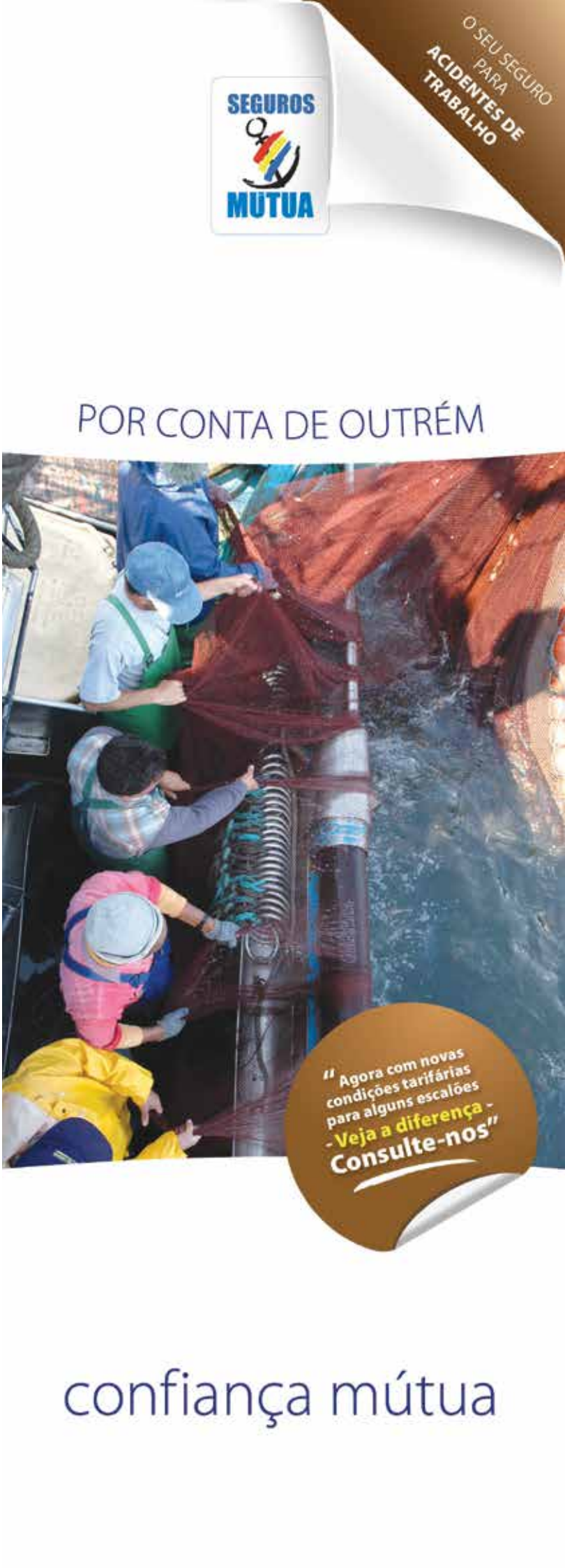
Reforço de pessoal para as estações salva-vidas

O salvamento marítimo e a assistência e socorro a náufragos são uma prioridade das obrigações de Portugal como Estado Costeiro, assumidas de acordo com o estatuído na Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS) de 1974, na Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo (SAR), de 1979, e, no aplicável, na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), de 1982. É, portanto, uma das principais responsabilidades públicas no âmbito da salvaguarda da vida humana no mar e da segurança da navegação, que o Estado assume perante os seus cidadãos e perante cidadãos de outras nacionalidades que exercem atividades profissionais ou lúdicas em espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional.

Portugal tem uma longa linha de costa com cerca de 2.447 km de comprimento, incluindo as Regiões Autónomas, que propicia o desenvolvimento de atividades ligadas à economia do mar, como sejam as atividades mercantis, as marítimo-turísticas, a pesca, a náutica de recreio, entre outras, o que obriga a que sejam assegurados mecanismos de segurança para o pessoal que exerce a sua atividade no mar, em particular que esteja garantido o necessário salvamento marítimo.

Nos últimos 6 anos, e no âmbito da Autoridade Marítima Nacional (AMN), o pessoal das estações salva-vidas (ESV) realizaram em ações de assistência e socorro a náufragos, 1515 saídas de emergência, tendo sido salvas 394 vidas e assistidas 2564 pessoas, tendo sido salvas 138 embarcações e assistidas 903 embarcações, números que são significativamente reveladores das especiais necessidades existentes em termos do sistema de salvamento e de socorro em particular da permanente necessidade de revitalizar os quadros de recursos humanos afetos a esta nuclear atividade pública.

Nesse sentido, a AMN está a desenvolver um processo de recrutamento de pessoal para as ESV, tendo apresentado à tutela um plano de necessidades de pessoal até 2018 por forma a colmatar a acentuada escassez de recursos especializados em salvamento marítimo costeiro e socorro a náufragos.



A segurança nos portos de pesca

Eduardo Martins
Economista
Professor do ISCIA – Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração
Ex. Presidente do IPTM – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P (atual DGRM)
Ex. Presidente da Administração do Porto de Lisboa

Os portos constituem infraestruturas essenciais do ponto de vista da segurança da navegação no mar, mas também desempenham um papel essencial no desenvolvimento económico, assumindo um fator essencial para a chamada economia do mar.

No que respeita às questões referentes à segurança, os portos devem permitir as condições de abrigo necessário às embarcações que os demandam, garantindo as condições indispensáveis a uma navegação segura, devendo assegurar os seguintes requisitos essenciais:

• Existência de um canal ou barra de acesso, devidamente estabilizado através da existência ou não de molhes de proteção;
• Condições estáveis do canal de acesso em termos de profundidade adequada face ao calado das embarcações que os demandam, com ou sem recurso a dragagens de manutenção;
• Condições estáveis dos canais de acesso aos cais, estruturas de acostagem ou fundeadouros e respetivas bacias de manobra das embarcações;
• Abrigo interior às embarcações que nele permanecem.

Para o desenvolvimento das diferentes atividades comerciais que se fixam nos portos, será necessário que as infraestruturas portuárias acomodem as instalações adequadas a cada atividade, quer em termos de acesso de pessoas e bens às embarcações, quer de movimentação nos terraplenos e de apoio e desenvolvimento das várias atividades económicas: no caso da pesca, a existência de condições de descarga, tratamento e acondicionamento do pescado, mas também as condições de organização e preparação das embarcações e das artes de pesca que por elas serão usadas, bem como da sua arrumação em instalações adequadas.

Os portos são infraestruturas complexas, onde se desenvolvem múltiplas atividades económicas, envolvendo diferentes tipos de empresas e de trabalhadores especializados, com intervenção de várias entidades públicas que atuam de forma complementar, mas muitas vezes em conflitualidade, obrigando a uma grande coordenação de usos e de gestão do espaço portuário, evitando ou minimizando a existência de conflitos.

Por princípio, a gestão de uma infraestrutura portuária deve ser assegurada de forma integrada e coordenada, independentemente das diferentes atividades que nela se desenvolvem, permitindo um planeamento global de ocupação do território incluído no domínio portuário e a articulação dos investimentos a efetuar, viabilizando a otimização da sua exploração e a compatibilização dos diferentes usos: marinha de comércio, marinha de pesca, náutica de recreio, atividades marítimo-turísticas, ocupações dominiais, entre outros.

Atualmente, podem-se distinguir três tipos principais de portos, em função da predominância dos usos existentes: os portos comerciais que são geridos por Administrações Portuárias, os portos de pesca geridos pela DOCAPESCA e pequenas infraestruturas de apoio na gestão no Ministério do Ambiente.

Quando falamos especificamente em portos de pesca referindo aqueles que não estão integrados na gestão de Administrações Portuárias e que não incorporam atividades da marinha de comércio, estamos a referir uma realidade que continua a ser muito complexa, na medida em que se trata de infraestruturas que não se destinam exclusivamente a acomodar atividades da pesca, pois permitem o desenvolvimento de múltiplas atividades que com a pesca se devem realizar de forma integrada e coordenada.

E sobre as condições de segurança nos portos de pesca, abordar-se-ão em particular daqueles que estão agora sob a responsabilidade e gestão da DOCAPESCA, empresa de capitais públicos que passou a assegurar essa gestão em complemento das suas funções tradicionais de entidade responsável pelas instalações de receção do pescado e pela operação de primeira venda do pescado em lota:

A solução seguida afigura-se positiva, pois permite manter a já referida gestão integrada da infraestrutura portuária e desde que a DOCAPESCA seja dotada dos meios financeiros e materiais que lhe permitam assegurar as missões que lhe são cometidas, em particular, assegurar as condições operacionais e de segurança dos portos por si geridos.

Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo de Lisboa

Capitão-tenente Santos Serafim, Adjunto do Gestor de Operações do MRCC Lisboa

Decorrente dos compromissos assumidos por Portugal no âmbito da Convenção de Busca e Salvamento Marítimo da Organização Marítima Internacional (IMO), o Centro de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo de Lisboa (Maritime Rescue Coordination Center Lisboa – MRCC Lisboa), tem por missão coordenar as ações e os meios empenhados em operações de busca e salvamento marítimo, na Região de busca e salvamento marítimo (Search and Rescue Region – SRR) de Lisboa.

Sobre este importante tema, Portugal assume-se quase como que um caso de estudo nos fora internacionais, em virtude da organização interdepartamental/interagência adotada para a criação de sinergias.

Com efeito, e por oposição ao que sucede na maioria dos países que contam apenas com as capacidades atribuídas aos seus serviços de busca e salvamento, em Portugal foi criado um sistema, dirigido por S.Exª o Ministro da Defesa Nacional, para o qual concorrem diversas entidades governamentais com meios, conhecimento e capacidade de atuação em situações de ocorrência de sinistros no mar, gerando-se assim ganhos de eficiência.

Nesse sistema está integrado o serviço de busca e salvamento marítimo que funciona no âmbito da Marinha e é responsável pelas ações de busca e salvamento relativas a acidentes ocorridos com navios e embarcações no mar.

O MRCC Lisboa

O MRCC Lisboa encontra-se inserido na estrutura principal do serviço de busca e salvamento marítimo, é guarnecido 24 horas por dia, sete dias por semana e está sob a dependência direta do vice-almirante Comandante Naval.

A equipa que guarnece o MRCC Lisboa é constituída por um oficial de serviço, um supervisor, três operadores de sistemas, um operador de comunicações e um elemento da Autoridade Marítima (agente da polícia marítima). São estes elementos que monitorizam, permanentemente, a SRR Lisboa.

Para coordenar as ações e os meios empenhados em operações de busca e salvamento marítimo o funcionamento do Centro assenta em três vetores fundamentais: fontes de informação, capacidades de comunicações e receção de alertas de socorro.

O MRCC Lisboa encontra-se co-localizado com o Centro de Operações Marítimas (COMAR), o que lhe permite aceder a múltiplos sistemas de informações, assim como a outros processos veiculadores de informação, contribuindo para a superioridade da informação e para que a missão seja cumprida de uma forma coerente integrada e complementar.

Do vasto leque de fontes de informação disponíveis no MRCC Lisboa destacam-se o Integrated Maritime Data Environment (IMDatE), o Automatic Identification System (AIS), o Vessel Traffic Services (VTS) e o MONICAP.

O Centro possui capacidades de comunicações em VHF, MF, HF e satélite; tem a possibilidade de colocar o Centro de Observação de Doentes Urgentes – MAR do INEM (CODU-MAR) em comunicação com os navios ou embarcações através de Cross Connect (sistema que permite a ligação de um telemóvel a VHF e HF); possui uma Hot Line com o Centro de coordenação de busca e salvamento aéreo de Lisboa (Rescue Coordination Center Lisboa – RCC Lisboa) para ativação de meios aéreos; promulga avisos à navegação e Maritime Safety Information no NAVTEX e está integrado na rede nacional de emergência do Continente (112).

O MRCC Lisboa mantêm escuta permanente nos canais de segurança 16 e 67 em VHF, e na frequência de socorro 2182 Khz em MF, acompanhando todos aqueles que navegam em águas nacionais.

O Centro recebe os alertas de socorro do Global Maritime Distress Safety System (GMDSS), VHF DSC canal 70, MF DSC 2187,5 Khz e Cospas-Sarsat.

Para a condução das operações de busca e salvamento, o MRCC Lisboa utiliza o OVERSEE , sistema que integra múltiplas fontes de informação (cartografia, sistemas de informação de panoramas marítimos, alertas de socorro GMDSS, dados meteorológicos e oceanográficos, etc…) e que resulta de uma parceria entre a Marinha e a empresa nacional Crítical Software.

Em 2015 o MRCC Lisboa coordenou 482 ações SAR, das quais resultaram 390 vidas salvas.

Meios do serviço de busca e salvamento marítimo

Para a condução das operações de busca e salvamento marítimo, o MRCC Lisboa possui à sua disposição meios navais, marítimos e aéreos que fazem parte de um dispositivo permanente da Marinha, Autoridade Marítima e Força Aérea.

A Marinha tem um dispositivo de 8 navios com prontidão SAR de 2 horas e três navios com prontidão SAR de 12 horas. Os navios cumprem missões no continente (Norte, Centro e Sul) e nos arquipélagos da Madeira e dos Açores.

Os meios marítimos como motas de água, salva-vidas de grande, média e pequena capacidade, semirrígidas e lanchas encontram-se sob a coordenação dos capitães de porto e pertencem ao Instituto de Socorros a Náufragos (ISN) e à Polícia Marítima.

A Força Aérea possui um dispositivo de meios aéreos para as missões de busca e salvamento, constituído por helicópteros (EH-101 e AL III) e aeronaves de asa fixa (P3-P, C-130 e C-295). Estes meios são ativados pelo RCC Lisboa a pedido do MRCC Lisboa, para participarem nas operações de busca e salvamento marítimo.

Além dos meios dos dispositivos permanentes, o MRCC Lisboa pode empenhar qualquer navio ou embarcação de qualquer natureza, que se encontre nas proximidades da ação SAR, e que possa contribuir para o sucesso do salvamento.

Conclusão

A solução encontrada pelo país para o cumprimento dos compromissos nacionais assumidos pelo Estado no âmbito da Organização Marítima Internacional resulta de uma abordagem sinérgica e traduz-se num ganho efetivo de eficiência do Estado na sua atuação nos espaços marítimos sob soberania e jurisdição nacional, resultando uma elevada eficácia na prestação de socorro no mar, conforme atesta a taxa de sucesso calculada com base em fórmulas utilizadas pela Guarda Costeira Americana e que se cifra em 97 por cento.

A participação da Mútua dos Pescadores no LEME Zoom Açores

Direção

A Mútua dos Pescadores, assumindo o seu papel de relevo em questões centrais na vida desta cooperativa de utentes de Seguros – A Salvaguarda da Vida Humana no Mar - continua com a postura que a caracteriza: interventiva, dinâmica, consciente da sua experiência e conhecimento, construindo opinião alicerçada nos seus 74 anos de existência, contribuindo onde é convocada a intervir, para a construção de uma nova mentalidade e uma abordagem diferente e inovadora, relativamente às diversas matérias inerentes ao seu raio de ação.

Sendo para a Mútua dos Pescadores um desígnio a construção de uma verdadeira cultura de segurança no Mar, não poderia uma cooperativa com esta natureza, tão dependente e ligada ao setor marítimo, colocar-se de fora de debates com esta magnitude e com intervenientes tão destacados e conhecedores do meio e cujas abordagens têm reflexos importantes na construção das alterações necessárias a esta temática.

O Leme Zoom Açores, da responsabilidade da PwC, realizou-se no dia 25 de fevereiro em Ponta Delgada, Açores, no hotel Marina Atlântico. Intervieram na iniciativa especialistas de vários quadrantes, com diferentes ângulos de visão e responsabilidades várias, tendo como pano de fundo e preocupação central a temática da Salvaguarda da Vida Humana no Mar.

Os trabalhos foram iniciados com as boas vindas pelo Grupo Bensaúde, responsáveis pela unidade hoteleira que acolheu a iniciativa. Seguidamente, Miguel Marques da PwC apresentou o "Barómetro Pwc da Economia do Mar", uma contundente abordagem à escala global, suportada por dados estatísticos, onde foi possível perceber o peso que cada país tem nos diversos setores da economia do mar, assim como o estado, a evolução e transferência do peso económico, entre países ou regiões do mundo, em setores como a construção naval, pesca, aquacultura, turismo ou extração de hidrocarbonetos. Um estudo indispensável para os atores da economia do Mar.

Por sua vez, Fausto Brito e Abreu – Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia – abordou a importância nuclear que o Mar, e tudo o que ele gera, tem num arquipélago como os Açores. Apontou ideias e caminhos inovadores que poderão ter impactos interessantes a nível socioeconómico na região. Apontou como absolutamente necessário pescar menos e vender melhor. A preocupação ao nível dos rendimentos na produção é um cenário que urge alterar. Revelou que a fuga à lota é uma prática que tem que diminuir drasticamente e como forma de contornar este problema, tentará pôr em prática estratégias de valorização do pescado, tais como, a marcação/certificação do pescado, criação da marca Peixe dos Açores e a promoção da aquacultura. A proteção das áreas marinhas protegidas dos Açores foi outra das questões centrais mencionadas para diferenciar a qualidade ambiental de um Arquipélago que é um exemplo mundial nas questões da preservação do ambiente.

Depois das intervenções de fundo iniciais, seguiu-se uma mesa redonda que incidiu especificamente sobre as questões relacionadas com a Salvaguarda de Vida Humana no Mar. À volta de uma mesa, coordenada e moderada por Paulo Simões, diretor do jornal Açoriano Oriental, versaram sobre o tema Filipe Porteiro - Diretor Regional dos Assuntos do Mar; João Delgado - Diretor da Mútua dos Pescadores; Lizuarte Machado – Deputado Regional; Roberto Monteiro – Presidente da CM de Praia da Vitória; José Cruz Martins – 2º Comandante da Zona Marítima dos Açores e Capitão do Porto de Ponta Delgada e Tiago Andrade – Chefe de busca e salvamento aéreo das Lages.

Em traços de grande transversalidade, os intervenientes foram unânimes em reconhecer a extrema importância e significado que o Mar tem para a Região autónoma dos Açores. Tanto a nível económico e social como cultural, o Mar é o coração que faz pulsar o arquipélago.

Foram identificadas as características específicas da região, o vasto campo de ação no que toca a áreas de busca e salvamento, a fundamental coordenação da Marinha com a Força Aérea em operações conjuntas, designadamente no salvamento efetuado em condições particularmente difíceis, onde o acesso só poderá ser efetuado por meios aéreos, como nos casos de escarpas e falésias que são características das ilhas.

As questões determinantes da formação, sensibilização e prevenção como metas indispensáveis que determinam em muitos casos a linha entre a vida e a morte.

O uso do colete salva-vidas, foi outro dos assuntos que saltou para a discussão e, também aqui, houve unanimidade na mesa, quanto à sua inalienável utilização.

À Mútua coube relatar as suas práticas na prevenção e na luta constante nas questões da segurança no mar. Salientámos os nossos contributos na Comissão Permanente de Acompanhamento para a Segurança do Homem no Mar, a parceria com a ACT, relevámos as ações de formação promovidas ao abrigo do projeto Salva-Vidas para associados da Mútua, a presença e contribuição na comissão parlamentar de direitos constitucionais para que se alterasse os prazos para a declaração de morte presumida por desaparecimentos no mar e, ainda, vincámos também, a nossa linha de pensamento que defende a relação direta da incapacidade financeira e dos baixos rendimentos auferidos pelos pescadores e empresas de pesca, por via de um sistema de comercialização de produtos da pesca que consideramos profundamente injusto, com as questões da segurança no mar.

Nesta, como noutras iniciativas, a presença da Mútua dos Pescadores reveste-se de especial importância, pelo seu conhecimento, intervenção constante e pensamento alternativo, na busca incessante pela dignificação das profissões ligadas ao mar e por um Mar mais seguro para todos!

História de um Pescador
No ano de 2015 Falei com Deus

José Maria Rolo Doce

Muitos de nós temos histórias para contar.
Muitos não o fazem. Porque não querem ou porque não conseguem. Ou talvez pensem que essa mesma história foi fruto do acaso. Mas se nós falarmos com Deus diariamente vamos apercebendo-nos que nada acontece por acaso…
Vou contar a minha história.
No ano de 2015 eu estava endividado como muitos de nós, só que estava farto e envergonhado por dever aos outros. Deixei de tomar café, de beber vinho e muitas outras regalias que todos nós temos. Trabalhava, recebia e pagava sucessivamente, até que um dia veio uma grande tempestade.
Quando eu saí do cais para largar as redes já o mar estava revolto mas aguentava-se bem.
Para onde eu ia trabalhar era muito longe, pelo menos uma hora de caminho. Quando cheguei ao destino larguei as redes.
Cada vez o mar era mais. Eu já não sabia o que fazer.
Falei para o meu camarada: vamos puxar as redes e vamos embora antes que a maré comece a correr contra o vento, que depois vamos ao fundo… Ele concordou, a vaga era tanta que não conseguimos puxar as redes. Tínhamos que puxar as redes por frações, puxávamos três ou quatro e íamos levar a terra. A água era tanta que não conseguíamos fazer melhor.
Ao fim de umas horas já tínhamos as redes em cima de um muro de uma salina – ou marinha de sal. Mas a maré já corria contra o vento… Para qualquer lado que eu olhasse só via a espuma da água a voar com o vento… E eu pensei… chegou a minha hora.
Não disse nada ao meu camarada. Em todo o dia nunca falámos.
Nesse momento subi para cima de um muro de uma marinha e comecei a rezar silenciosamente o "Pai-Nosso" para não assustar o meu camarada. Quando chegava à parte "seja feita a Vossa vontade" substituía por "meu Pai, Entrego-me nas tuas mãos…"
Foi então que vi um pau no chão que me pareceu idêntico ao que Moisés usou. Peguei nele e imitei Moisés… Pedi para que as ondas abrandassem, e o caminho fosse aberto para eu passar no meio das ondas.
A viagem foi muito dura mas eu vi muito bem o caminho pelo meio das ondas. O vento era tanto que navegava a maior parte do tempo com os olhos fechados.
Ao chegar ao cais agradeci a Deus do fundo do coração.

Nota: Este é apenas um excerto de uma história de José Doce, nosso associado da Costa Nova, Aveiro, pescador artesanal há mais de 25 anos, que connosco quis partilhar os momentos que viveu a bordo da sua embarcação "José Rolo", no Rio Novo do Príncipe, um dos braços da Ria de Aveiro, quando foi surpreendido por uma tempestade. Um excerto breve mas que muito nos diz do espírito de sobrevivência e da tenacidade do autor, que em nenhum momento se esqueceu de salvar as suas artes de pesca, o seu trabalho, o seu presente e o seu futuro, seu e do seu camarada. Este excerto faz parte de uma história maior e é intenção do autor integrá-lo num livro com outras histórias sobre a sua vida no mar. Esperemos que esta publicação possa ajudar a esse desígnio maior!

"Não sei como ainda estou aqui"

Marta Pita a partir de uma conversa com Emanuel Gavina Cruz

Naquela madrugada de 20 de fevereiro de 2015 estava um vento moderado de nordeste, gelado, e era um sábado como todos os outros para a pesca do robalo (à "rapala", uma amostra específica para este peixe). O robalo é um peixe que "anda no mar partido", apanha-se na rebentação, onde o perigo é maior. Onde há pedras de fora de água está o robalo. Para apanhá-lo é preciso conhecer bem os sinais do mar e fazer tudo muito rápido: "quando há uma abertura e o mar fica calmo é preciso atirar a rapala muito rapidamente e fugir". Há muitos anos que conhece as regras desta pesca, mas nesse dia, quando chegaram "para largar a rapala" foram "surpreendidos por duas ondas". "E quando somos surpreendidos temos que enfrentar o mar".

Emanuel Gavina Cruz e Lidea Cruz. Museu de Etnologia, Lisboa, 20 de março, no dia da Assembleia Geral da Mútua

"A lancha foi elevada pela onda e foi cair como uma pedra no mar." O camarada estava preso ao punho do motor e ele estava à proa. Não teve tempo de nada. Bateu com a cabeça e foi lançado cerca de 6 a 7 metros para fora do barco, tendo ficado 4 minutos a beber água, com a cabeça para baixo. Estavam a uma milha da costa, a noroeste do Porto de pesca de Vila do Conde, no pesqueiro Leixão, a uma distância de cerca de 15/20 minutos de terra.
Tempos antes tivera também um acidente no mesmo local mas sem ter batido com a cabeça. Desta vez porém, com a pancada, perdeu os sentidos, e por isso tudo o que se passou a seguir foi-lhe contado a posteriori. O camarada ficou em estado choque, pensou que ele tivesse morrido...
Andavam cinco lanchas à mesma pesca por perto, todas de familiares, e uma conseguiu aproximar-se rapidamente. Tiraram-no da água e estava inconsciente. Um dos camaradas conseguiu fazer-lhe a reanimação e forçou-o a tossir para deitar fora alguma água que tinha nos pulmões. Conseguiu recuperar-lhe um pouco a consciência. Era também pescador profissional e nadador salvador. Tinha conhecimentos de 1ºs socorros e com isso salvou-lhe a vida.
Quando chegou ao Porto tinha já o INEM à espera. Estava quase em hipotermia. Uma hora depois, já no Hospital, recuperou completamente os sentidos e começou a tomar consciência de tudo. Vieram então todos os "ses"... se tivesse demorado mais tempo com a cabeça debaixo de água, se a pancada tivesse sido mais forte, se não tivesse o colete, se o seu primo com prática de 1ºs socorros não estivesse ali... "Já era". Não sabe como ainda está cá. "Parece mentira." Nas Caxinas dizem-lhe a brincar "nem o diabo mafarrico te quis!"
Esteve quatro dias nos cuidados intensivos com água nos pulmões, e 2 semanas de cama em recuperação. A sua mulher, Lidea, sempre presente, foi a sua enfermeira e chegou a temer o pior. Nas Caxinas, terra de pescadores que perdeu já tantos homens para o mar - "onde há um acidente no mar há um caxineiro" - já corria o boato de que não se tinha salvo. Ainda fica em sobressalto mas agora está mais confiante.
O colete confessa, não andava a bordo, mas nesse dia decidiu levá-lo para bordo e colocou-o logo no início da viagem. Sem ele o mar tinha-o levado para longe, ninguém o teria visto e nada lhe valia.
Hoje, mesmo com o mar calmo já não o deixa em casa. Está sempre a bordo para o que der e vier. e adquiriu um novo, mais eficaz ainda que o anterior.
Também não espera o perigo que vem com as vagas de mar..."Logo que vejo uma onda que me atraiçoa jogo-me ao mar", e enquanto não descobre qual a "parte fraca do mar" para poder dar-lhe a volta, continuará a ir à pesca, porque o pescador nunca pode deixar de estar onde está o peixe, mas vai mais preparado para o risco.

Nota: Emanuel Gavina Cruz tem 54 anos e anda ao mar desde os 14. É das Caxinas, Vila do Conde. É hoje mestre de terra de uma embarcação de pesca artesanal, Marta José, e quando é preciso vai ao mar. Faz também pesca desportiva com um camarada a bordo da sua lancha de fibra Kiko. Foi nesta lancha, em mais uma saída de mar, que viveu o que podia ter sido o último dia da sua vida.

Nota: as frases entre aspas são do Emanuel.

Encerramento da Campanha para a melhoria de condições de trabalho na pesca

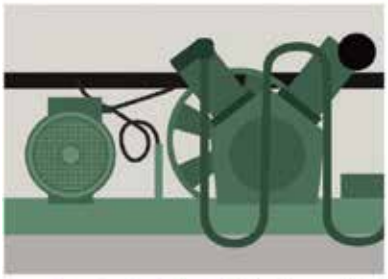
Chegou ao fim a campanha promovida pela ACT, à qual a Mútua aderiu desde o primeiro momento, juntando-se às restantes 15 organizações ligadas ao setor e demais parceiros institucionais, e que tem merecido a atenção da Marés desde a celebração do protocolo em 2014

No dia 1 de março realizou-se o Seminário de Encerramento que juntou todos os parceiros para um balanço final e para uma reflexão conjunta sobre as várias questões que foram sendo tratadas ao longo dos dois anos em que durou a campanha: segurança e saúde marítima, prevenção e cumprimento dos requisitos legais pelas companhas de pesca; legislação e sua adequação ao setor; comportamentos de risco; acidentes de trabalho a bordo, entre outros.
O balanço final é positivo, quer pelos materiais efetivamente produzidos, com o contributo de todos os parceiros, que poderão auxiliar os armadores e suas companhas numa prática de segurança a bordo mais consciente, quer pelo fato de ter conseguido sentar à mesma mesa as associações do setor e as autoridades com responsabilidades nas matérias em discussão.

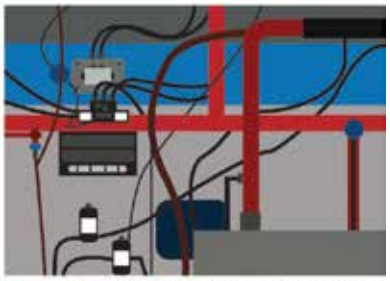
Podemos desde já, não obstante não termos ainda o Relatório Final, disponibilizar alguns indicadores importantes das ações da campanha avançados aos parceiros durante a última reunião de 23 de fevereiro, na sede da ACT em Lisboa:
• Produção de dois folhetos Segurança e Saúde no Trabalho e Relações Laborais (2014)
• Guia prático de Segurança e Saúde no Trabalho (2015)
• Nota técnica sobre exames de saúde (2016)
• Ficha de segurança sobre aladores (2016)
• 75 Ações de sensibilização em sala (2014 e 2015)
• 143 ações inspetivas da ACT às embarcações de todas as frotas, com mais incidência na pesca costeira, a maior parte a bordo e durante a faina, e em articulação quer com a autoridade marítima bem como com as associações do setor (2015)
• 120 embarcações e 605 trabalhadores abrangidos pelas ações

Quedas ao Mar: Embarcar e desembarcar; Largada e recolha das artes; Manobras da embarcação; Falta de limpeza e arrumação.

Riscos Mecânicos: Cortes, choques e pancadas; Máquinas sem manutenção ou sem proteção; Objetos soltos; Realização de diversas tarefas ao mesmo tempo.



Riscos Físicos (Ruído e Vibrações): Deficiente manutenção de máquinas e equipamentos.



Riscos Elétricos: Quadros elétricos sem proteção; Cabos, extensões elétricas em mau estado.

Riscos Ergonómicos: Posturas incorretas; Movimentação de cargas; Sobrecargas e sobreesforços.

Riscos Psicossociais: Reduzido tempo de descanso; Longos períodos de isolamento no mar; Ritmos de trabalho intensos.

No balanço final do Relatório destaca-se *"o envolvimento dos diferentes parceiros que desde o início evidenciaram espírito de parceria e de colaboração com vista à concretização dos objetivos definidos no Programa enquadrador, cimentando etapas importantes para que no futuro, seja desenvolvida uma verdadeira cultura de segurança no setor da pesca.*
Em regra, todas as intervenções da Autoridade para as Condições do Trabalho foram bem acolhidas, tendo sido possível através desta campanha sensibilizar um número bastante elevado de trabalhadores do setor, não só através das ações de sensibilização e ações inspetivas, mas também com a divulgação de diverso material de campanha desenvolvido."

E alerta ainda para a importância de *"continuar a atuação no setor, desenvolvendo deste modo um trabalho contínuo com vista à redução do número de acidentes de trabalho e doenças profissionais que ainda se registam no setor, e contribuindo para que a segurança e saúde no trabalho seja algo presente no dia-a-dia da pesca e de todos os seus intervenientes."*

Intervenção da Mútua

Pela nossa parte fomos contribuindo com o nosso saber para os materiais produzidos e dando a conhecer a campanha através dos nossos meios de informação, fato que mereceu destaque no Relatório em referência e um agradecimento especial da ACT.
No Seminário Final da Campanha, no dia 1 de março em Leixões, João Delgado, fez, em nome da Direção da Mútua uma intervenção de que aqui deixamos um breve excerto que se debruça sobre aquilo que é o nosso entendimento de fundo dos problemas que afetam o setor e que mais impactam nas questões da segurança.

"Enquanto as diferenças entre o que é pago à produção face aos rendimentos de outros segmentos ao longo da cadeia de valor se mantiverem, o setor definhará imparavelmente. A direção da MP, em julho e agosto de 2013 com o objetivo de comprovar isto mesmo, recolheu por todo o continente, os preços da 1ª venda em lota e os mesmos praticados nas grandes superfícies comerciais ao consumidor final apenas algumas horas depois. Constatámos, preços inflacionados, em certas espécies, na casa dos 1800%. Será isto justo? Por certo que não!
Um futuro promissor nunca será uma realidade palpável, enquanto não assegurarmos as necessidades básicas no presente. (…) As margens mentais dos seus profissionais vão ficando cada vez mais reduzidas, principalmente para alterarem hábitos e procedimentos que lhes confiram maiores e melhores condições de segurança.
Logo, continuaremos a importar cerca 60% daquilo que consumimos com um défice da balança comercial de produtos da pesca na casa dos 660 milhões de euros, mesmo num país com a maior zona económica exclusiva da U.E., com conhecimento acumulado de séculos, na pesca, na construção naval, na navegação e com hábitos alimentares que o colocam como o 3º maior consumidor de pescado em todo o mundo.
O modelo neoliberal da economia na U.E. abateu-se com estrondo nas pescas portuguesas, significando em 3 décadas, a perda de 10.000 embarcações e cerca de 25.000 trabalhadores. À época da adesão à então CEE, produzíamos 70% das nossas necessidades e atualmente apenas 40% colocando sérios entraves à nossa soberania alimentar.
Este é um cenário que urge inverter e cabe a todos nós construir essa realidade!"

E por fim, uma mensagem final sobre a nossa principal missão enquanto seguradora cooperativa.
"À Mútua caberá continuar a agir como até aqui. Intervindo de todas as formas para que os cenários no setor marítimo em Portugal se alterem e, assim, através de alterações significativas, se construa um setor renascido e com ele, uma verdadeira cultura de segurança no mar que multiplique o tempo. Para uma cooperativa como a Mútua, o principal ativo são as pessoas com quem trabalhamos e aquelas a quem servimos. Quanto mais a Mútua crescer, através da sua missão económica, a atividade seguradora, mais condições teremos para ajudar a fortalecer as comunidades através da nossa missão social e cooperativa. Assim, ajudando a multiplicar o tempo dos seus cooperadores, estará a Mútua, de forma direta, a multiplicar o seu próprio tempo".

SEGUROS MÚTUA
MÚTUA DOS PESCADORES
seguro solidário

1ª Cooperativa de utentes de seguros

com os pés em terra
com os olhos no mar

✓ experiência mutualista desde 1942
✓ a seguradora do mar
✓ plataforma de seguros para o sector cooperativo e social
✓ experiência, especialização e competência reconhecidas
✓ economia solidária proximidade e humanismo

www.mutuapescadores.pt
geral@mutuapescadores.pt

A adição é uma doença. Tem tratamento e pode prevenir-se a recaída

A negação faz parte desta doença crónica que não tem controlo sem tratamento. Num ano apenas 10% dos doentes são tratados porque é difícil que a própria pessoa procure os tratamentos disponíveis. Se acha que pode ter ou conhece alguém que tem um problema ligado ao álcool ou a consumo de substâncias, jogo ou outro comportamento aditivo encaminhe para avaliação

Extrato de entrevista realizada por Maria do Céu Baptista,
Consultora cultural da Mútua à equipa terapêutica da UTITA*

Sónia Oliveira e Maria Halpern Diniz

Jorge Faria e Liseta da Cunha

A adição é uma doença crónica e a UTITA* – que começou a ser desenhada nos anos 80 por iniciativa da Marinha Portuguesa e hoje serve todos os ramos das Forças Armadas* – disponibiliza uma abordagem terapêutica multidisciplinar integrada, a doentes militares e a civis encaminhados por empresas com protocolo ou pelo Ministério da Saúde. O tratamento desenvolve-se ao longo quatro semanas em regime de internato, antecedido de desintoxicação médica, seguido de consultas de acompanhamento para prevenção de recaídas. Estrutura-se no modelo Minnesota concebido em torno da filosofia dos 12 PASSOS praticada por Bill Wilson, corretor da bolsa, e pelo médico Bob Smith, ambos alcoólicos, para se manterem sóbrios e cujos pilares eram os grupos de autoajuda (1935). A decisão sobre o modelo a seguir ganhou forma final com o envio de dois médicos da Marinha Portuguesa à US Navy para uma formação específica no tratamento disponibilizado pela Marinha Americana após um acidente provocado por um oficial, que estando ao serviço intoxicado, conduziu a perdas graves. Esta noção de perdas graves para os próprios e para terceiros, ou seja consequências fora do controle do dependente, é um dos temas fulcrais da tomada de consciência dos doentes em recuperação. A actividade da Marinha Portuguesa arrancou em 1993, inicialmente numa enfermaria do Hospital da Marinha*.

A adição é uma doença multifactorial e nem todos os que bebem ou consomem drogas vão ficar dependentes. Há factores individuais, genéticos, que predispõem, que criam fragilidades na pessoa aumentando a probabilidade, sobretudo se em contacto com a substância. Há também predisposições próprias, características da personalidade, pessoas com dificuldade em assumir o seu erro, culpando com frequência factores externos, pessoas com doenças psiquiátricas. O ambiente também interfere: lares disfuncionais, com hábitos de consumo, com falta e controlo dos limites. E a nível profissional há culturas mais favorecedoras … Um terceiro factor é a substância em si e o modo como é consumida. Há substâncias que são mais aditivas que outras, tendo a nicotina o maior poder aditivo (mais do que a heroína ou a cocaína). Estes três factores: o individuo, a substância e o ambiente interferem criando a adição e jogam papel activo na recuperação.

No modelo português o internamento foi encurtado de seis para quatro semanas e enquanto os grupos americanos eram "abertos" em Portugal optou-se por grupos "fechados", facilitando a estruturação da psicoterapia e do aconselhamento. Mais curto e mais intenso, centrado nos problemas, a adaptação portuguesa é especialmente útil ao doente que regressa imediatamente ao trabalho, podendo até usar as férias para o internamento, se a baixa for indesejável. Esta é uma das características que o distingue das práticas de outras comunidades terapêuticas civis, onde os 12 PASSOS também são usados, mas cujo programa pode durar

dois, três ou mesmo mais meses. A taxa de recuperação ronda os 60%, "o que é muito bom", sendo a percentagem entre militares superior à dos civis (70%) provavelmente por existir nas Unidades um programa obrigatório de participação nas reuniões de prevenção de recaída na UTITA, a terceira inovação do modelo português. Estes resultados integram um estudo de seguimento, em atualização permanente, sendo os dados colhidos pelos psicólogos e conselheiro aos 3 e 6 meses, ao ano, 3 anos e aos cinco anos, directamente ao doente ou, se não for possível, aos familiares: "se recaiu na própria substância ou noutra, se não recaiu como é que está, se perdeu o emprego, se a situação se mantêm a nível familiar, se estava solteiro, o que mudou, se pratica exercício físico, se vai às reuniões de autoajuda, uma série de questões não só para ver o sucesso da terapêutica mas também para saber o percurso que a pessoa fez". Adição é uma doença crónica cerebral e pode haver recidivas, que não são exactamente o insucesso mas podem, por várias razões, ocorrer. Então, caso a caso vê-se o que

Cantinho da conversa

Cada paciente planta uma árvore

é mais adequado pois o doente já tem as ferramentas para a prevenção. Uma pessoa pode recair passado 10, 15 anos e pode ser importante afastar-se aquelas 4 semanas, fazer um refreshing, ficar mais envolvido e depois andar para a frente.

Em termos de custos associados "burden of disease" o tabaco bate todas pois está ligado a doenças cancerígenas, pneumológicas e cardiovasculares vindo a seguir o álcool. O consumo do tabaco raramente leva comportamentos criminais, não é ilegal e o desvio que provoca foi socialmente aceite. O álcool também é legal mas a sua ingestão em demasia sempre foi mal tolerada socialmente, provoca acidentes de trabalho, violência doméstica e custos de saúde e outros muito elevados. A heroína por exemplo tem consequências desastrosas a nível pessoal, com mortes prematuras, maior número de mortes por overdose, mais criminalidade associada, mas o número de consumidores é baixo comparativamente. As novas substâncias psicoativas mostram um crescimento exponencial e sabe-se menos sobre os seus efeitos. São quimicamente construídas e conseguem às vezes ir buscar o pior de cada uma. Vendidas por vezes apenas como alteradoras de humor são muito agressivas.

A adição é uma doença e não se contrai intencionalmente, mas o dependente tem de ser responsabilizado pelo seu tratamento. Não se culpa a pessoa mas ela é fortemente responsabilizada e por isso o tratamento requer capacidade intelectual e acompanhamento posterior, sendo que o doente começa logo, na primeira semana de internamento, a participar nas reuniões externas de autoajuda em comunidades civis que seguem os 12 PASSOS. Esta prática abre caminho para no futuro continuar a recorrer a essa ajuda. A UTITA trabalha a área das dependências de 2 modos diferentes: o tabaco em ambulatório e todas as outras – com ou sem substância - seguindo um mesmo programa.

Não faz sentido ter um fumador internado 4 semanas, mas o desejo intenso de fumar "craving" precisa de ser abordado tanto a nível de psicoterapia como a nível farmacológico, o que é feito durante algum tempo. Os fumadores/ou as pessoas que querem deixar de fumar chegam até nós voluntariamente para a 1ª consulta que é de diagnóstico e sensibilização para o programa, com médico e psicólogo. Percebe-se a história clínica, o perfil de fumador, a sua dependência do tabaco, quais são as intenções para deixar de fumar. Abordam-se as vantagens e desvantagens de deixar de fumar e, logo com o sentido de reforçar, as intenções que traz para deixar de fumar.

Geralmente há 2 consultas antes do dia D, o dia para deixar de fumar que é escolhido depois de já discutido com o doente o tratamento a seguir, com ou sem ajuda de medicação. Faz-se um ponto de situação médico, exames ao pulmão e coração e análises para verificar funcionamento global do organismo. Este despiste ajuda também a ditar a linha de actuação, pois há condições que não aconselham certas terapêuticas farmacológicas. O paciente é seguido com regularidade e ao fim de um ano tem alta sendo que aos seis meses já terá parado parte da medicação que ajudou o desmame inicial. Porque a vontade de fumar não vai desaparecer o doente tem de conhecer bem as ferramentas que o ajudam a colocar no prato da balança as vantagens e desvantagens de continuar a não fumar; por isso damos importância ao apoio psicológico durante e também depois, ajudando a recordar as motivações, as percepções da doença e o uso das ferramentas e estratégias que aprendeu para enganar a vontade de fumar.

As pessoas chegam à UTITA por diversas formas mas o primeiro contacto são os enfermeiros que abrem o processo e marcam a 1ª consulta com um conselheiro. Nós temos dois conselheiros: uma é psicóloga, outro é um especialista em adição,

Poster das Jornadas da UTITA

Camarata

os dois fazem esta primeira avaliação. Primeiro para perceber o historial de consumo, a perturbação pelo uso da substância, que pode ser ligeira, média ou alta. Há um conjunto de critérios a observar e se o caso tem indicação para tratamento passa-se a pedir avaliação psicológica e avaliação médica. A primeira é feita através de uma entrevista e aplicação de uma série de testes. A nível médico são pedidos análises e exames, electrocardiograma, raios X, para fazer um histórico e o ponto de situação averiguando outras patologias médicas. É feita também a consulta de psiquiatria. Com tudo isto em mãos verifica-se a necessidade de medicação e até de desintoxicação em ambiente hospitalar. A desintoxicação é feita 10 a 15 dias antes do início do tratamento e os doentes hospitalizados são transferidos directamente para a UTITA. Nos ambulatórios, se não há necessidade de internamento, pode-se trabalhar mais cedo.

A terapia desenvolvida durante as 4 semanas de internamento é facilitada por 2 psicólogos e 1 conselheiro que têm valências diferentes mas falam uma linguagem comum, em tempos de idêntica duração, cada dia. Nas primeiras duas semanas trabalha-se muito o **1º passo (quebrar a negação): "Admitíamos que éramos impotentes perante o álcool e que as nossas vidas se tinham tornado ingovernáveis".** A primeira parte tem a ver com a impotência sobre o álcool e a segunda parte sobre o impacto que isso gera – os tais danos. Nós tentamos ajudar os doentes a dar este primeiro passo. Talvez na **1ª semana** mais a incapacidade de controlar. Esta ausência de controlo que existe no consumo do álcool ou de outras substâncias é sentida mais como vergonha, fraqueza, e menos como uma doença. E por isso precisamos que olhem para a sua experiência e verifiquem onde começa e acaba a impotência individual. E depois passamos para a ingovernabilidade de modo a poder-se associar impotência com ingovernabilidade e entender o risco que cada um corre com o consumo de dada substância e para o porquê da importância da abstinência, para que um processo de recuperação possa ocorrer. A abstinência é um meio para se atingir a recuperação e a recuperação implica a promoção de estilos de pensar a dependência e a vida de modo mais saudável. Já na **2ª semana** se calhar o mais importante é perceber como é que sou eu com esta doença. Aqui já entra o que é a realidade de cada um, o que é o funcionamento mental e psicológico de cada um e como é que esta doença foi interferindo com o que é a progressão de vida daquela pessoa específica. Todos têm a mesma doença, mas como é que em mim esta doença se manifesta? Se assim não fosse estaríamos a fazer um curso e não um tratamento. A consciência da doença tem de ser alguma coisa muito aplicada à minha realidade e não um conceito teórico que eu aprendi.

Depois, e mais a partir da **3ª semana** vamos investir no que é a prevenção de recaída. O caminho é aberto com o **2º passo**: **"Viemos a acreditar num poder superior a nós mesmos que nos poderia devolver a sanidade"**. Ou seja, **sozinho não sou capaz!** Esta ideia de poder superior introduz um conceito de que este é um programa espiritual, isto é, tentamos que se estabeleça uma relação entre algo fora de mim e algo que também é do meu interior. Isto tem a ver com a possibilidade da pessoa vir a pedir ajuda para lidar com isto e que é possível ser ajudado. É importante que o doente perceba que não pode ser só ele. Eu necessito de sair um pouco de mim, ir além, estender-me até ao outro… a ideia é esta: pedir ajuda! Mas para isso tem de reconhecer em primeiro lugar que sozinho não é capaz. E então se não consigo sozinho, como posso fazer? Um dos critérios de dependência é a necessidade que o dependente tem de centrar a vida em torno do consumo. O que faz, com quem faz, com quem está e onde vai tem a ver com o consumo; se eu retiro dali o consumo e vou fazendo as mesmas coisas vou viver à volta de um buraco. Rapidamente volto ao consumo. Aquela vida não faz sentido se eu não consumir porque tudo o que eu faço tem aquele objectivo. Se eu não faço a mudança rapidamente a recuperação deixa de ser sustentável, porque volta ao consumo e a recaída é muito rápida. Então se eu reconhecer a recaída como um processo e daí aprender a reconhecer os sinais que se vão manifestando então pode ser possível interromper o processo de recaída antes que o consumo aconteça… e esta é muito a nossa intenção. E também que cada pessoa perceba quais são os seus factores de risco de recaída. Isto vai variar também de acordo com a realidade de cada um. Por exemplo há pessoas que nunca bebem em casa. Vão para o café do bairro, beber. Para essas pessoas ir ao café é uma situação de risco. Há outras que compram álcool, fecham-se em casa e bebem sozinhas, e nunca na rua. Para estas estar sozinho será a situação de risco e não ir ao café. Porque não há uma associação entre ir ao café e as situações de consumo. Quando falamos de "associação" falamos também de associações neurológicas… o que vai criar a situação de risco, o que vai desencadear a vontade de… o desejo de…. é passar por situações idênticas aquelas que eu vivia antes do tratamento.

A 4ª semana será a estruturação de um plano de prevenção de recaídas. Tendo eu o conhecimento desta doença, sabendo como esta doença atua em mim, sabendo eu também quais são as minhas fragilidades e também os meus recursos como é que eu me vou organizar especificamente para prevenir a recaída? O guião é o **3º passo** e diz no original: **"Decidimos entregar a nossa vida e a nossa vontade aos cuidados de Deus na forma como o concebíamos"**. Decidimos é a primeira coisa. Eu tomo uma decisão e essa decisão é uma decisão individual que envolve responsabilidade individual: poder ser responsável pela doença que tenho e ao compreender não ter culpa eu aceito a responsabilidade. Entregar é a vontade de funcionar sem ser num registo fechado. Dificilmente alguém entrará em remissão ou aderirá a uma recuperação se não tiver um reconhecimento muito consciente de que isto é um caso de vida ou de morte. O consumo representa para um adito e/ou alcoólico a morte, que pode não ser imediata, e a abstinência representa a chave para a vida. E isto tem de ser reconhecido e a pessoa tem de viajar nesta dualidade ou muito dificilmente poderá transformar a sua vida. Para uma recuperação sustentável temos de perceber as mudanças a fazer hoje e confiar… O terceiro passo é também movimento… é ir procurar e ter a capacidade para poder ouvir e poder sentir e permitir-se ser ajudado.

"Fazer a ponte" é importante com grupos de autoajuda e com a família. O trabalho em grupo é o sustentáculo das 4 semanas de tratamento. Nós sabemos que a negação faz parte da doença e que, quer seja a própria pessoa a procurar tratamento quer venha pressionada, não interfere com o processo nem tem impacto no resultado. O que é importante é o percurso que ela faz e a manutenção posterior. Por isso, na semana antes e no final do programa e como parte integrante do modelo Minnesota, também se fazem reuniões de um elemento da UTITA com as famílias passando-lhes o conceito de que a adição é uma doença, que tem que ser tratada e contida antecipando-lhes os contextos de recaída e a atitude que devem ter perante o seu familiar. Às vezes há muita culpa, sobretudo quando se trata de um filho: o que é que eu fiz mal, o que é que eu não fiz, ou quando há comportamentos co-dependentes ou facilitadores negados. No meio do programa é-lhes proporcionado o contato com as famílias anónimas, que se deslocam à UTITA uma tarde para "fazer a ponte" se as famílias assim o desejarem. No último fim-de--semana temos o programa também para os utentes realizado com ajuda dos alcoólicos/narcóticos anónimos. Nada se força mas as equipas que vêm trazem contactos das diversas opções dos grupos de auto-ajuda existentes na comunidade, quebrando o risco de o primeiro contacto ter de ser feito pelo próprio doente. Durante o tratamento as comunidades visitadas são as das proximidades e os utentes vêm de muitas regiões. Por isso "fazer a ponte" é importante.

Como se preparam para isto: "… eu [Jorge Faria]preparo-me também tendo por base os 12 PASSOS. Sigo este espírito. Dificilmente poderei falar disto sem viver esta experiência. Estes princípios são princípios de vida…"
"…eu [Sónia Oliveira] pratico a minha capacidade de os aceitar tal como são… e espero um bocadinho ... É importante dar-lhes aqui uma outra experiência… Com calma, será ao tempo deles, eu quando vejo os padrões que me esperam eu digo ok vamos com calma, vamos fazer o esforço…"
"…por vezes o grupo é muito pesado, as coisas são muito complicadas. Mas como eu [Liseta da Cunha] sou um bocadinho encantada com o mundo – deixo-me encantar – eu confio no grupo, não neles individualmente, mas no grupo. Em grupo é aquela força… e o todo é mais que a soma das partes. Às vezes temos grupos seguidos, estamos cansados ou sabemos que vem coisa pesada …e nós ficamos, e ficamos …"

Instalações no Alfeite

12 Passos UTITA

Os 12 PASSOS estão na origem dos AA, alcoólicos anónimos, e inspiram comunidades que lidam com os diferentes comportamentos aditivos em todo o mundo. Os técnicos da UTITA têm um modo simples de citar estes 12 PASSOS: Eu não posso; Alguém pode; Se eu deixar; Sou assim; Ficas a saber; Quero mudar; Ajuda-me; Quem prejudiquei; O que vou fazer com isso; Hoje fui assim; Amanhã serei melhor; Vem comigo também.

NOTAS:

**Esta texto resulta da edição de uma extensa entrevista à Directora da UTITA, Drª Maria Halpern Diniz, a duas psicólogas Drª Sónia Oliveira e DrªLiseta da Cunha, e ao conselheiro em adição Dr. Jorge Faria que mostraram grande disponibilidade e a quem agradecemos.*
**UTITA - Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo.*
**Nas Forças Armadas existe hoje um Plano de Prevenção de Comportamentos Aditivos e Combate às Dependências que contempla os comportamentos aditivos, com ou sem substância como o jogo patológico. Para além do tabaco, álcool e outras drogas incluem-se no Plano as substâncias ergogénicas – os esteroides anabolizantes que, podendo não ser aditivas, levam a um consumo abusivo com graves impactos na saúde.*
** No âmbito dos processos de revisão legislativa atinente à "Defesa 2020" do qual decorre a reforma do sistema de saúde militar, o DL n.º 84/2014, de 27 de maio veio proceder à criação do Hospital das Forças Armadas (HFAR), ficando a UTITA na sua dependência.*

INSTITUTO HIDROGRÁFICO

Laboratório de Estado para defesa do Mar

Colaborando com a Marinha Portuguesa em diversos projetos, é com especial motivação que a Mútua dos Pescadores acentua laços de proximidade com esta instituição. Este foi o mote para uma visita ao Instituto Hidrográfico, onde ficámos a conhecer o vasto rol de atividades que este organismo desenvolve

Criado a 22 de setembro de 1960, o Instituto Hidrográfico (IH) é um órgão da Marinha Portuguesa, que tem por missão principal assegurar diversas atividades relacionadas com as ciências e técnicas do mar, tendo em vista a sua aplicação na área militar, mas também contribuir para o desenvolvimento do País nas áreas científica e de defesa do ambiente marinho. É sob este enquadramento que o Contra-almirante António Coelho Cândido, Diretor-geral do IH, define a instituição, realçando a sua «autonomia administrativa e financeira e o reconhecimento como Laboratório de Estado». O Diretor-geral sublinha que o IH atua «numa dupla vertente, desempenhando todas as funções inerentes à sua vocação militar, acrescidas de múltiplas ações de inequívoco contributo para a sociedade civil na defesa do Mar». Daí, o lema da instituição ser "Conhecer o Mar para que Todos o Possam Usar".

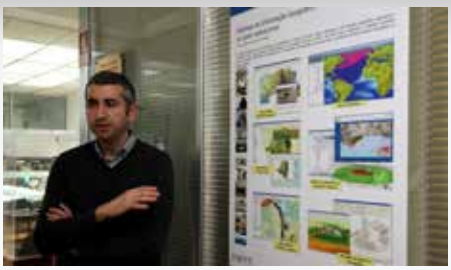
António Coelho Cândido esclarece que a orientação estratégica do IH assenta na criação «de um centro de referência no conhecimento e na investigação do Mar», atuando em áreas como a da segurança na navegação, a aplicação militar, a investigação multidisciplinar, a proteção do meio marinho e o desenvolvimento sustentável de Portugal, «constituindo um centro agregador de informação e de conhecimento ao serviço do País».

Por inerência à sua atividade, uma das áreas de maior interesse para a Mútua dos Pescadores é a da segurança marítima, vertente em que se envolve ativamente em diversos projetos, alguns dos quais em colaboração com a Marinha Portuguesa, entidade com a qual tem laços de grande proximidade. Esta é uma das razões que motivou esta visita de cortesia realizada ao Instituto Hidrográfico, muito bem coordenada pela respetiva Diretora de Marketing, Dra. Paula Mourato, e com excelente cobertura jornalística da Bleed, editores da "Marés".

Coelho Cândido reforça que a segurança no mar é transversal a toda a atividade marítima, seja na vertente militar, profissional, científica ou de lazer. É uma área que se inscreve «no es-

O Contra-almirante António Coelho Cândido, diretor-geral do IH, recebe de Adelino Cardoso, da Mútua dos Pescadores, documentação alusiva à seguradora

O Comandante Peixoto Miguel presenteia a Mútua com a insígnia do IH



Fernando Gomes, responsável do centro de dados

Sousa Rodrigues, responsável da divisão de navegação

Santos Fernandes, responsável da divisão oceanografia

pírito de solidariedade dos Homens do Mar e para a qual o IH disponibiliza toda a sua plataforma de meios e serviços, seja nos avisos e alertas, na ligação às capitanias, na formação, na proteção ambiental ou na alocação de todo o seu conhecimento na criação de projetos concretos, como, por exemplo, o apoio à arte xávega ou aos desportos do mar».

Espaço de múltiplas valências

O Instituto Hidrográfico possui um relevante acervo de infra-estruturas e meios técnicos, mas, desta vez, a reportagem da "Marés" centrou-se na sua sede, localizada no Convento das Trinas do Mocambo, em Lisboa.

Propondo a visualização de um filme institucional para uma abordagem geral à atividade do IH, o Comandante Peixoto Miguel, da Direção dos Serviços de Documentação Relações Externas e Imagem, esclarece que no edifício-sede funcionam os órgãos diretivos, técnicos, financeiros e de apoio logístico.

Apreciando uma das mais belas salas do IH

Freitas Artilheiro, diretor da área técnica do IH

Imponente e de arquitetura conventual, o edifício foi remodelado e ampliado - mas preservando a memória histórica e a beleza estética -, por forma a acolher de forma funcional todas as valências que ali são operadas, dispondo, além de laboratórios e áreas técnicas, de 2 auditórios, de uma Loja do Navegante e de uma Escola de Especialização em Hidrografia e Oceanografia da Marinha dedicada à formação dos oficiais e sargentos da Armada e de técnicos civis.

Peixoto Miguel elucida ainda que o IH possui outras instalações, localizadas na Azinheira, concelho do Seixal, onde dispõe de uma base logística e se encontram os meios operacionais e os equipamentos técnicos. O responsável aponta que os navios hidrográficos da Marinha, NRP D. Carlos I, NRP Almirante Gago Coutinho, NRP Auriga e NRP Andrómeda são as principais plataformas de investigação, nos quais «embarcam os nossos técnicos e onde também são acolhidas equipas de investigação de outras entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras».

Peixoto Miguel acrescenta que, a par com a Brigada Hidrográfica, as instalações da Azinheira acolhem ainda o Centro de Instrumentação Marítima (CIM) e um heliporto. Decorrente da missão específica do CIM, encontram-se de igual modo sediados na Base Hidrográfica da Azinheira o Laboratório de Calibração, os paióis de armazenamento dos diversos equipamentos científicos do IH, as oficinas de eletrónica, eletricidade, mecânica de precisão, inspecção e calibração de bóias, os motores de combustão interna, a serralharia mecânica, a carpintaria e o serviço de embarcações.

Mergulhando na vertente mais técnica da nossa visita, somos recebidos pelo Comandante Freitas Artilheiro, da Direção Técnica do IH, área que tem como responsabilidade a organização, planeamento, coordenação e controlo das atividades técnicas e científicas ali desenvolvidas.

Freitas Artilheiro explica que o IH conta com um corpo de 118 colaboradores, dos quais 41 são militares, 61 civis e 16 são bolseiros de investigação. Também nesta organização de recursos humanos se demonstra bem a dupla vertente militar e civil do Instituto.

Referindo-se ao modelo organizacional, o Diretor Técnico aponta que existe multidisciplinaridade e interligação nas funções desempenhadas e explica que o IH se divide em seis grandes áreas: Centro de Dados Técnico-Científico, Divisão Hidrografia, Divisão de Navegação, Divisão de Oceanografia, Divisão de Geologia Marinha e Divisão de Química e Poluição do Meio Marinho. Estas áreas são complementadas no exterior pelas Brigadas Hidrográficas e pelos Navios Hidrográficos, que operam no terreno as tarefas da responsabilidade da instituição.

A reportagem da "Marés" inteirou-se em pormenor do desempenho de todas estas áreas, tendo contactado com os especialistas em cada uma das vertentes. Agradecendo o profissionalismo e cordialidade com que foi recebida, estamos certos que novos ventos nos colocarão em rota comum num futuro próximo.

Cordeiro de Almeida, responsável da divisão de cartografia

Paula Santos, responsável da divisão de química e poluição do meio marinho

Joaquim Pombo, responsável da divisão de geologia marinha

Espaço editorial da responsabilidade do Professor Álvaro Garrido, que nos traz desta vez um artigo sobre a obra social das pescas do Estado Novo, olhada a partir de duas obras, marcos iconográficos do Regime: um quadro de Domingues Rebelo, "Família Piscatória" e o filme "Acção Social do Pescador", de António Veríssimo

Um quadro e um filme – a obra social das pescas do "Estado Novo"

Família Piscatória, 1955, de Domingos Rebelo. Óleo sobre platex. Depósito no Museu Marítimo de Ílhavo do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas

Em Janeiro de 1955, Henrique Tenreiro encomenda ao mestre Domingos Rebelo, pintor açoriano que compôs outras odes ao salazarismo, um grande quadro a óleo capaz de enaltecer a obra de assistência à gente do mar. Realista e eloquente, a obra deveria glorificar a obra social da Junta Central das Casas dos Pescadores e o próprio "Estado corporativo". O resultado pictórico foi esteticamente pobre, mas deveras exaltante para a ideologia e política do fascismo português

Álvaro Garrido
Docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Investigador do CEIS20

Ao centro, num imponente retrato de corpo inteiro, a tela exibe um "pescador verdadeiro", figura austera e forte que não pareceria estranha num filme de Eisenstein. À direita, em perspectiva, distinguem-se algumas realizações da "obra social das pescas": os asilos para idosos, os postos médicos e as farmácias. À esquerda, as creches, os infantários, os lactários e as escolas de pesca destinadas aos filhos dos pescadores. As mulheres são evocadas através da figura da varina. Do mesmo lado da tela, junto à praia, avistam-se dois pares de casas brancas, soalheiras e asseadas, protótipos dos bairros piscatórios construídos no âmbito da política social do Estado Novo. Em fundo, um enorme icebergue, metáfora de todos os perigos com que se debatiam os pescadores bacalhoeiros que deixavam as suas comunidades durante seis meses do ano. No mar largo, navegando à vela, um lugre de três mastros, o tipo mais comum da renovada "frota bacalhoeira nacional". O quadro pode ser visto no Museu Marítimo de Ílhavo, onde se encontra exibido.

Segundo a mensagem ideológica da obra e a iconografia que o pintor nela representou, uma vez protegida pelo Estado Novo a vida da classe piscatória ter-se-ia tornado digna, harmoniosa e mais comunitária do que nunca. Não por acaso, a enorme tela de Domingos Rebelo foi convertida num bilhete-postal da "assistência à gente do mar". Por iniciativa de Henrique Tenreiro, o patrão político das pescas, a imagem foi aposta em medalhas comemorativas da Junta Central das Casas dos Pescadores e serviu de capa a brochuras de divulgação e apologia, editadas em diversas línguas, sobre a acção social promovida pelo Estado Novo.

Nos anos cinquenta a "obra social das pescas" já atingira uma notoriedade extraordinária. Na imprensa escrita, na rádio e no cinema, a estilização épica e folclorista das imagens e o modo coloquial e o estilo radiofónico da locução ajudam a inculcar a mensagem fundamental: por todo o litoral português, de Vila Praia de Âncora a Vila Real de Santo António, das praias de Portugal continental às comunidades piscatórias das ilhas adjacentes, havia provas de uma obra social sem par. Alegadamente, o sistema corporativo era a fórmula certa para pôr os homens e as instituições ao serviço de "causas nacionais" e de propósitos identitários que refundiam o "local" com o "nacional".

Na imprensa especializada e no "cinema de actualidades", as imagens de bairros novos e de escolas alvas e limpas surgem em planos de contraste com a denúncia visual dos pardieiros a que o Estado Novo teria subtraído os pescadores e suas famílias. Procurando esmagar cepticismos com a evidência das imagens e dos números, a longa-metragem "Acção Social do Pescador",

realizada por António Veríssimo, um homem da Legião Portuguesa muito próximo de Henrique Tenreiro, é uma composição ordenada de imagens em movimento, para glória de uma obra, do seu criador e do sistema político que a promovera. Uma peça de propaganda visual.

A estética do filme é similar à do cinema documental fascista. Fazendo da etnografia um recurso ideológico nacionalista, o documentário é dominado por um discurso enumerativo, assinalado por refrões que vincam as realizações mais salientes da "obra social das pescas". Exaustivo, o filme recorre a expressões numéricas contundentes que permitem exaltar todos os aspectos da acção social da Junta Central das Casas dos Pescadores: o número de injecções administradas no posto médico desta ou daquela Casa dos Pescadores, as visitas domiciliárias, as consultas de puericultura dadas às filhas e filhos dos pescadores, as refeições servidas em cantinas escolares, as receitas despachadas na farmácia, os internamentos e outros indicadores do "elevado espírito cristão" da protecção social oferecida pelo Estado Novo. Nenhuma outra classe disfruta hoje de tamanha protecção e de tais regalias", conclui o filme.

Mandado produzir no Verão de 1958 pelo armador e dirigente do Grémio dos Armadores de Navios de Pesca do Bacalhau, José Maria Vilarinho "para oferta ao comandante Tenreiro no dia do seu aniversário natalício, por dever de gratidão o filme de António Veríssimo oferece o retrato visual mais completo que se conhece da "obra social das pescas".

A prioridade atribuída à habitação sinaliza a importância que o problema dos bairros e dos alojamentos de pescadores tomou no programa político-social da Junta Central. Em finais dos anos quarenta a Junta promoveu um inquérito demográfico a fim de averiguar o número de casas que seriam necessárias para os pescadores. A conclusão apontou para quatro mil fogos que, em teoria, poderiam albergar dezasseis mil pessoas. A Junta tinha património mas o problema maior foi interessar as câmaras municipais na cedência de terrenos. Tal como sucedeu no projecto mais amplo das "Casas Económicas", no que toca aos bairros para pescadores, boa parte do investimento da Junta Central resultou de empréstimos da Caixa Geral de Depósitos.

Em 1967 estavam construídas 2454 "moradias económicas" para pescadores, cobrindo quase todas as povoações do litoral. Os bairros eram de dimensão variável e as casas de diversos tipos, A e B, com ou sem quintal conforme a dimensão das famílias e os seus rendimentos. No dizer da propaganda, as habitações foram "bem localizadas em bairros admiravelmente concebidos, higiénicas, confortáveis, alegres de rendas baixas, valorizadas com centros sociais e postos de socorros". O portuguesismo das construções supõe que, também aqui a arquitectura foi usada como instrumento ideológico e de esterilização do conflito social. A propaganda apresenta a "obra dos lares" de pescadores como se toda a gente do mar tivesse sido subtraída à vida em palheiras de madeira e em barracas cobertas de colmo. Dos anos cinquenta em diante, essas imagens de vidas miseráveis apenas se poderão ver e documentar através de textos, filmes e reportagens fotográficas de antropólogos e jornalistas estrangeiros. O mais importante para a política social do Estado autoritário seria fixar e concentrar as populações em colectivos arquitectónicos asseados e pitorescos; deter a mobilidade dos pescadores e agregá-los em bairros cuja ordem do casario sugerisse que o Estado conseguira impor uma certa higiene social às populações marítimas. Ainda assim, a Junta Central teve dificuldades em impor o pagamento das rendas, dado que as mesmas eram determinadas em função do cálculo de rendimentos que servia de base à cobrança do imposto de pescado. Detalhes de uma previdência corporativa frágil, moralista e pouco universal, supõem um controlo social obsessivo e totalizante, assente numa lógica puramente assistencial. Detalhes da política social do fascismo português.

SEGUROS MÚTUA
O SEU SEGURO PARA ACIDENTES PESSOAIS
EMBARCAÇÕES TRADICIONAIS

"Agora com novas condições tarifárias para alguns escalões - Veja a diferença - Consulte-nos"
confiança mútua

ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS DA CONFECCOOP

Abertura de novos caminhos para a intercooperação e reforço do sector cooperativo

Confederação Cooperativa Portuguesa CCRL

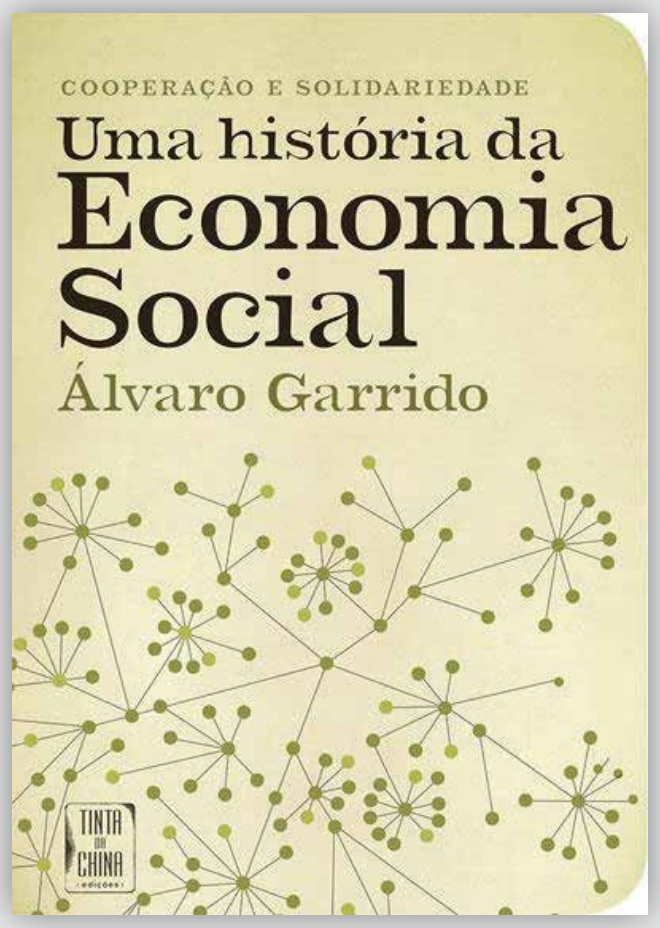
A Assembleia Geral da CONFECOOP – Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL, realizada no passado dia 29 de Dezembro de 2015 aprovou, por unanimidade, uma alteração estatutária extremamente importante para as Cooperativas e para o Sector Cooperativo

José Luís Cabrita
Membro do Conselho de Fiscal da CONFECOOP

Deliberou a Assembleia Geral que:
"Podem ser admitidos como membros da CONFECOOP as Federações de Cooperativas, as Uniões de Cooperativas ***e as Cooperativas de primeiro grau não filiadas em Federações ou desde que a Federação do ramo respectivo não seja membro da CONFECOOP".***
A CONFECOOP foi constituída em 14 de Abril de 1988 por 6 Federações de Cooperativas (Fenacoop, Fenacerci, Fenache, Fincoop, FecoopServ e FenacoopPescas) tendo como principais objectivos: Representar e defender a nível nacional e internacional as cooperativas suas filiadas e o Sector Cooperativo; coordenar a acção conjunta das cooperativas suas filiadas, nos planos nacional e internacional; organizar, desenvolver e prestar serviços diversos às cooperativas filiadas; promover e incentivar a intercooperação entre as Cooperativas dos diversos ramos do Sector Cooperativo Nacional e Internacional; promover a alternativa cooperativa como opção de organização social e económica baseada na dignidade humana.
A evolução da sociedade portuguesa e muito especialmente da sua economia, assumindo predominância a ideologia neo-liberal, tentando fazer crer que só a actividade económica exercida pelo sector privado tem racionalidade e por isso futuro, porque baseada naquilo a que chama "as leis do mercado", a destruição de sectores importantes como a indústria e as pescas influíram negativamente em importantes ramos do sector Cooperativo.
A grave crise económica, financeira, social e também política que, em 2008, atingiu o mundo, e mais duramente Portugal, colocando milhares de famílias numa situação de pobreza, afectou também gravemente o Sector Cooperativo.
Hoje integram a CONFECOOP a **FENACERCI, FENACHE, FENACOOP** e, naturalmente, as suas cooperativas associadas – de **solidariedade social**, de **habitação** e de **consumidores**.
Apesar da crise e das dificuldades, as cooperativas são hoje reconhecidas mundialmente como uma alternativa a outros modelos de participação económica e uma garantia de proximidade e sustentabilidade aos territórios onde se encontram, contribuindo para o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, o emprego de alta qualidade, a coesão e inovação social, o desenvolvimento local e regional e a protecção ambiental.
Acreditamos que a existência em Portugal de um Sector Cooperativo forte e dinâmico poderá dar um valioso contributo para a resolução da crise.
Nos últimos anos, apesar das dificuldades, aumentou o número de cooperativas, assim como novos postos de trabalho, de trabalho estável e com direitos, têm sido por estas criados.
Mas as cooperativas não podem viver isoladas. Necessitam, cada vez mais, de implementar e reforçar a intercooperação, assente nos valores e princípios cooperativos. Para isso, necessitam de estruturas de representação fortes e dinâmicas.
A CONFECOOP está empenhada em desenvolver a intercooperação reforçando as dinâmicas do movimento cooperativo e, nesse sentido, está a fazer um esforço de mobilização de todo o movimento cooperativo em torno de uma confederação forte, interveniente, promotora de modernidade do sector e de afirmação do modelo cooperativo, vencendo dificuldades com que a organização federativa se tem debatido.
A CONFECOOP sempre assumiu a defesa e representação política do sector cooperativo, assim como dos valores e princípios cooperativos nos órgãos e organizações em que participa das quais salientamos: Conselho Económico e Social (CES), Conselho Nacional da Economia Social (CNES), Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), Aliança Cooperativa Internacional (ACI), Cooperatives Europe, Organização Cooperativista dos Países de Língua Portuguesa (OCPLP).
Ao alterar os seus Estatutos permitindo a adesão directa de cooperativas de primeiro grau, a CONFECOOOP celebra os valores da cooperação e da solidariedade, apostando no diálogo e intercooperação com todas as cooperativas, na aproximação aos demais Sectores da Economia Social e suas várias famílias, defendendo uma relação autónoma, independente e séria com o Estado através dos vários Órgãos de Poder, central, regional e local, e mantendo uma relação de respeito com todas as entidades representantes do sector privado.
Ao alterar os seus Estatutos permitindo a adesão directa de cooperativas de primeiro grau, a CONFECOOOP reforça a **defesa** uma forma diferente de organizar o processo económico, sabendo que o modelo cooperativo é socialmente responsável e factor de desenvolvimento.
Ao alterar os seus Estatutos permitindo a adesão directa de cooperativas de primeiro grau, a CONFECOOOP **pretende** contribuir para o reconhecimento público do sector cooperativo como parceiro incontornável ao lado dos demais agentes económicos, sociais, culturais e políticos, projetando uma imagem positiva e credível junto dos interlocutores institucionais e da comunidade em geral.

Cooperação e Solidariedade – Uma História da Economia Social

Álvaro Garrido



"A economia social é uma ideia virtuosa e militante que aponta para uma sociedade alternativa assente em relações económicas de sentido altruísta."

Álvaro Garrido identifica a economia social como uma "ideia em movimento" que se foi materializando em vários contextos, encadeando-se num campo muito vasto de referências (ideológicas, políticas, sociais) que remonta nalguns casos à Idade Média, e que configuram um campo cultural próprio.

Tendo como referências as discussões do presente que marcam a economia social – as relações, nem sempre harmoniosas, com o Estado-Providência e entre as várias famílias, e com o capitalismo – e os enquadramentos legais em Portugal e na Europa, o autor, que acredita nas virtualidades da economia social, contribui para o seu reconhecimento público enquanto modelo alternativo ao capitalismo mas também para a aproximação das várias famílias que a integram.

Não podemos deixar de referir que foi a sua obra sobre a história da Mútua que o impeliu para iniciar este projeto maior. O autor prevê a continuação deste projeto com uma abordagem "mais próxima da vida social" sobre a história das instituições que integram a economia social.

Na primeira parte do livro o autor problematiza o conceito de economia social à luz de várias correntes ideológicas e realidades sociais. Identifica no ambiente revolucionário vivido no período da industrialização europeia do séc.XIX, o início efetivo desta história, que vem afirmar a ideia de uma economia do trabalho por oposição a uma economia do capital, e que motivou a criação de organizações assentes numa intensa cooperação entre os seus membros para fazer face às dificuldades sociais e económicas e resistir coletivamente no mundo hostil do trabalho fabril. Nesta génese europeia encontramos as associações de caráter geral, as organizações mutualistas e as cooperativas (de produção ou consumo). Mas a ideia de economia social encontra-se já nas primeiras formas de proteção social da Idade Média ligadas à "piedade cristã", cruzando-se depois, já no contexto do sistema fabril dos séculos XVIII e XIX, com o fim das corporações de ofícios e confrarias, e o reconhecimento público das associações de auxílio mútuo, já após a Revolução Francesa, no séc.XIX. Esta viagem histórica culmina com o impulso da legislação alemã de acidentes de trabalho de 1884, que se constituiu como o embrião do Estado-Providência e do reconhecimento dos problemas sociais como "riscos" e "acidentes", que não dependem da vontade individual mas estão assentes na divisão do trabalho, implicando a intervenção do Estado para compensar os problemas sociais em nome do princípio da solidariedade.

A segunda parte do livro é dedicada à realidade portuguesa, desde a Revolução Liberal de 1834 até ao 25 de Abril de 1974, quando se afirmaram as cooperativas e a economia social. A viagem histórica começa no movimento mutualista do séc. XIX e na sua relação com o assistencialismo liberal. Percorre depois as políticas sociais da República e o retrocesso da Ditadura com uma "economia social corporativa e antiassociativa". Até ao início do Estado Novo, o autor destaca alguns acontecimentos como a abolição das corporações em 1834, o impulso do movimento operário e a ascensão das associações de classe de tipo mutualista e de socorro mútuo (que existem desde o séc.XVIII) que se dedicam à prática dos seguros sociais, instituindo práticas de solidariedade social como a proteção na doença, velhice, morte e acidentes de trabalho, ou a lei basilar cooperativa de Andrade Corvo, de 1867.
Outros aspetos inovadores como o ensino da economia social (que se iniciou na Faculdade de Direito de Coimbra) são focados, até à instauração da ditadura que minou todos os avanços em curso. Deste período destaque para a criação das Mútuas da Pesca pelo Regime, a funcionar no quadro dos respetivos grémios patronais da sardinha, arrasto e bacalhau. As cooperativas então criadas pelo regime (praticamente as únicas que existiam), subvertendo toda a lógica da associação livre, eram equiparadas a sociedades comerciais e funcionavam como auxiliares do Estado na sua política de abastecimento e preços. Para além destas subsistiam algumas cooperativas agrícolas controladas pelo Estado.

Marta Pita

Nota: "Cooperação e Solidariedade – Uma História da Economia Social", de Álvaro Garrido, 2016, Editora Tinta da China, notas de apresentação de Eduardo Graça e António Tomás Correia. Apoio da CASES e Montepio Geral. Oferecido à Mútua pelo autor. Pode ser consultado na nossa sede.

Greve das trabalhadoras conserveiras de Setúbal

Uma luta que foi também pela igualdade de género

"Nós somos mulheres do Futuro, somos aquelas que oferecemos o peito às balas, quebrando as algemas do Passado, embora à custa da própria vida"

Maria Veleda, Professora, feminista, republicana

Vanessa Amorim

Virginia Woolf, num conhecido ensaio (A room of ones own, 1929), demonstra como há na História uma invisibilidade atribuída às mulheres, pelo que alerta para a necessidade de se reescrever a História de forma a integrar os seus percursos e contributos. Relatar alguns episódios históricos ajuda-nos a levantar o pano da invisibilidade para onde as mulheres e as suas actividades foram relegadas. Frequentemente, quando se evocam as lutas laborais nas classes operárias e camponesas o protagonismo é dado aos homens. As mulheres, que tantas vezes resistiram lado a lado, caem no esquecimento. Por isso relatamos, aqui, este acontecimento histórico. Um momento em que a luta das trabalhadoras conserveiras bloqueou uma cidade, gerou uma onda de solidariedade, e que só foi parada pela repressão violenta da GNR.

Fábrica Conservadora – grupo de operários, 1927(?).
Arquivo Américo Ribeiro | Câmara Municipal de Setúbal

Setúbal: Contexto político e social no início do século XX

No início do século XX, Setúbal era uma cidade industrializada com uma grande concentração da classe operária que trabalhava na indústria conserveira e que era bastante reivindicativa. Cedo os movimentos republicanos, sindicalistas e anarco-sindicalistas começaram a proliferar na cidade. Recordemos que foi na cidade de Setúbal que se reuniu o X Congresso do Partido Republicano, em 1909, no qual se decidiu a via revolucionária para o poder. Os valores de liberdade, igualdade e fraternidade foram bem acolhidos pelas camadas populares e, sobretudo, o movimento anarco-sindicalista foi ganhando expressão. A população operária antevia na República uma alternativa que poderia inverter a espiral de exploração em que vivia. É neste contexto que, em Setúbal, a República "chega" com um dia de antecedência. A 4 de Outubro de 1910, ecoavam na cidade rumores da agitação que se sentia em Lisboa e pela tarde, quando os operários saíram das fábricas a população veio para a rua, manifestando-se e dando as boas-vindas à revolução. A multidão chegou à esquadra e exigiu a retirada da bandeira monárquica e a substituição pela bandeira republicana, pedido que o chefe das forças policiais recusa e, então, a população insurge-se e deita fogo ao edifício. A revolução havia chegado a Setúbal. Durante a noite de 4 para 5 de Outubro outros símbolos da monarquia foram incendiados (igrejas, conventos).

A greve das trabalhadoras da indústria conserveira

A implantação deste sistema político, tanto ansiado pelas camadas populares que ajudaram na sua consolidação, era visto como o momento e a oportunidade de reivindicação de direitos que lhe eram historicamente negados pelas classes mais privilegiadas que controlavam a cidade.
Por conseguinte, o período posterior à implantação da República foi de grande agitação política e social um pouco por todo o país, incluindo Setúbal. Várias greves e manifestações foram convocadas e o governo parece ter dificuldades em lidar com elas. Decorridos 5 meses da revolução republicana, em Março, inicia-se em Setúbal uma greve das mulheres

Fábrica Conservadora – grupo de operários, 1927(?).
Arquivo Américo Ribeiro | Câmara Municipal de Setúbal

trabalhadoras nas inúmeras fábricas de conserva que proliferavam na cidade. As operárias reivindicavam um aumento do salário para 50 réis por hora e a diminuição do horário de trabalho.

Os proprietários das fábricas, intransigentes, não cederam pelo que a greve foi se prolongando, tendo sido alargada aos homens que trabalhavam na mesma indústria. Estas reivindicações não só eram questionadas pelos donos das fábricas como, também, pelo movimento sufragista que, apesar de defender o direito de voto para as mulheres, era marcado por um forte sentido elitista. Recordemos, a título de exemplo, mulheres como Ana de Castro Osório, conhecida pioneira na luta pela igualdade entre homens e mulheres, que, dada a sua origem burguesa, colaborou, ao lado de outras fura-greves, com um proprietário de uma fábrica de conservas de peixe, aquando da greve, permitindo que a fábrica continuasse a produzir. Inclusive, Ana de Castro Osório defendeu, em várias declarações, o voto para apenas as mulheres educadas e/ou que fossem economicamente independentes, ou seja, as mulheres operárias ficavam excluídas dessas reivindicações. Mas esta afirmação não é sinónimo de uma apatia das mulheres trabalhadoras. Pelo contrário, estas foram conquistando o seu próprio espaço político, não se deixando facilmente subjugar e reivindicando os seus direitos enquanto mulheres e trabalhadoras.

O momento de ruptura entre República e a classe operária

Com o avançar do bloqueio grevista em Setúbal, o Governo enviou para a cidade membros da Guarda Nacional Republicana, pressionado pelos industriais. As mulheres continuaram a resistir e recusaram regressar ao trabalho enquanto não lhes fossem dados os direitos que exigiam. A presença da GNR depressa se fez sentir na cidade quando, a 13 de Março de 1911, um grupo de operárias e operários se aglomerou na principal artéria da cidade, a Avenida Luísa Todi, manifestando-se por melhores condições do trabalho, e, então, a GNR foi chamada ao local para conter os manifestantes. Porém a acção da guarda foi extrema e não só conteve os manifestantes como exerceu uma desmesurada força repressiva que culminou na morte de duas pessoas: Mariana Torres, uma operária conserveira, e António Mendes, de quem pouco se sabe, mas que se julga que fosse um "moço" das fábricas. Outras trabalhadoras foram presas e/ou ficaram feridas. Foram as primeiras vítimas da recém-criada GNR.

Na prática, esta greve teve o efeito contrário e as operárias conserveiras viram os seus direitos mais uma vez adiados e, até, a situação se agravou, tendo sido aumentado o horário de trabalho. Na sequência deste acontecimento, descrito pelos jornais da época como "Fuzilamentos de Setúbal", gera-se uma onda de solidariedade do movimento sindicalista e operário. Assim, é convocada uma paralisação geral do trabalho para 20 de Março de 1911, à qual pescadores de Setúbal aderem. É a primeira vez que se ouve falar de greve-geral em Portugal. Em Setúbal, somente 20 anos depois se dá outra greve tão marcante: a dos marítimos (greve dos 92 dias), que merecia outra atenção que este texto, por já ir longo, não pode dar.

A revolução republicana foi uma revolução com base popular, mulheres e homens ajudaram à sedimentação de um novo regime. Se os valores de igualdade de direitos era uma das bandeiras dos movimentos republicanos, com este episódio torna-se claro que a República não conseguiu responder às exigências. Por isso, vários historiadores apontam este momento como a ruptura entre a classe trabalhadora e a República. Os valores proclamados por este novo sistema não corresponderam à sua prática, proliferando-se por todo o país uma onda de revolta.

As mulheres, historicamente marginalizadas, encontravam-se, à época, numa situação de grave exploração. Se os operários eram explorados de forma inumana pelos industriais, as mulheres eram duplamente exploradas por serem operárias e por serem mulheres. Esta é uma história que compõe a História das lutas das mulheres na 1ª República, mas não é a única. Outras existem mas que estão ausentes da história oficial. Estas mulheres deram o seu sangue por uma mudança. Uma mudança sucessivamente adiada, que só começa em Portugal em 1974, mas que tem os seus pilares nas reivindicações destas mulheres anónimas que ofereceram o seu corpo à luta, como Mariana Torres[1]. Poderíamos aqui também evocar Catarina Eufémia, operária agrícola, que noutro período histórico, igualmente repressor, também foi assassinada. Estas mulheres são símbolos do que foi a luta pela igualdade de género, porque o caminho pela igualdade, entre homens e mulheres e entre classes, ainda está longe de ter terminado. Muitas outras mulheres, anónimas, nos seus quotidianos resistiram, reivindicaram os seus direitos e é em todas elas que este texto se inspira.

Nota: este artigo foi escrito com base na leitura do livro do historiador local Álvaro Arranja: "Mataram Mariana… dos Fuzilamentos de Setúbal à Ruptura Operariado-República em 1911", editado em 2011 pelo Centro de Estudos Bocageanos; e do livro de Alberico Afonso Alho, "Roteiros Republicanos – Setúbal", editado em 2011 pela Quidnovi.

1. Nas comemorações do Dia Internacional de Mulher de 2016, a Câmara Municipal de Setúbal inaugurou uma estátua em homenagem a Mariana Torres e às restantes conserveiras que participaram nesta luta.

Observatório Marés

No nosso espaço aberto a artigos de opinião sobre assuntos que estão na ordem do dia, trazemos neste número dois artigos sobre a pesca da sardinha de duas associações do Sul e Algarve. Tema que continua a preocupar a Direção que traz uma reflexão sobre o mesmo nas páginas seguintes

Pesca da Sardinha com Redes de Cerco

Miguel Cardoso, Presidente da Direcção da Olhãopesca
Organização de Produtores de Pesca do Algarve

A principal reivindicação das Organização de Produtores (OPs) reconhecidas para a espécie sardinha junto do Governo, para a campanha de pesca de 2016, foi no sentido de, no mínimo, manter a mesma possibilidade de pesca de sardinha, ou seja, as 13.500 toneladas para Portugal e não aceitar as recomendações excessivamente precaucionarias do Conselho Internacional para a Exploração do Mar e do IPMA emitidas em 2015, que apontavam para uma redução drástica.

Entretanto, oficialmente, o Governo já deu indicações que em 2016 pretende manter o mesmo nível capturas de sardinha, sendo que, por sua vez, as OPs em consenso adoptaram um plano de gestão diferente do ano passado, com várias alterações de fundo.

O novo modelo estabelece que as regras e os limites de captura diários por embarcação são agora igualmente aplicados em todas as regiões do País, independentemente da OP implicada, oferecendo a nível nacional mais equidade na repartição e na exploração da possibilidade de pesca.

Acredito ser possível estabelecer um equilíbrio entre o esforço exercido na recuperação do recurso e o limiar da sustentabilidade do setor, pelo que considero que, no futuro, poderemos exercer a atividade com regularidade ao longo de todo o ano, com os 45 dias de defeso, com limitações e ao mesmo tempo preservar e recuperar o recurso como já se verificou na última campanha de pesca, que, segundo o IPMA, a sardinha recuperou em cerca de 30%, na costa continental Portuguesa.

O equilíbrio estaria na implementação de uma possibilidade de pesca anual na ordem das 20.000 toneladas para Portugal, gerida com limites de captura diários por embarcação, ou seja, com algumas das medidas técnicas de gestão atualmente implementadas, com especial contenção na captura de sardinha T4 (petinga).

20.000 toneladas anuais dariam para exercer a pescaria ao longo de toda a campanha com os tradicionais 45 dias de defeso e desta forma suster as necessidades do setor pesqueiro, da indústria conserveira e do consumo em fresco. Não são mais 6.500 toneladas a somar às 13.500 toneladas anuais que colocam o recurso em risco, ou que levam a espécie à extinção, como já se tentou difundir junto da opinião pública. A sardinha existente no mar não é um número… 20.000 toneladas para Portugal é o valor equilibrado para, por um lado, preservar o recurso, e por outro, sustentar o setor pesqueiro do cerco e toda a cadeia de valor dedicada.

"O sonho comanda a vida"

SESIBAL
Cooperativa de Pesca de Setúbal, Sesimbra e Sines, Crl

O setor das pescas em Portugal continua com dificuldades sérias e sem certezas sobre o seu futuro.

A atividade secular do cerco, face ao problema apontado pelo IPMA, de a sardinha não ter apresentado sinais de melhoramento da biomassa desovante, por forma a garantir o recurso de sardinha no futuro próximo, foi objeto de um parecer científico do ICES, que apontava para Portugal só poder capturar 1700 Ton, imagine-se, para 2016.

Não evidenciou o IPMA as sérias dificuldades que tem encontrado para fazer uma investigação e rastreios mais continuados, a começar pela antiguidade do barco "Noruega" (oferecido a Portugal há mais de 30 anos pela Noruega), e as dificuldades de pessoal: biólogos e técnicos da mesma instituição com perdas de salários.

A investigação é determinante para uma avaliação segura, quer na pesca, na doença ou em qualquer atividade. O governo cessante, ao diminuir o orçamento na investigação científica, conduziu para esta situação.

A economia da pesca da sardinha sustenta cerca de 1500 pescadores diretos, o turismo, a restauração, as conserveiras e a cultura e história da nossa vida.

Temos sido maltratados, abandonados, em muitos casos entregaram-nos à miséria que já "noutro tempo" passámos.

É hora de levantarmos, lutarmos para combater estas políticas.

Os barcos fizeram-se para andar no mar, os pescadores querem trabalhar e as empresas precisam de prosperar.

É urgente que o atual Governo reveja o passado, e encontre com o apoio de todos nós, medidas amplamente discutidas, com a finalidade de não deixar morrer a pesca nacional, e tenha vontade política de alterar medidas do passado que tem prejudicado os pescadores portugueses.

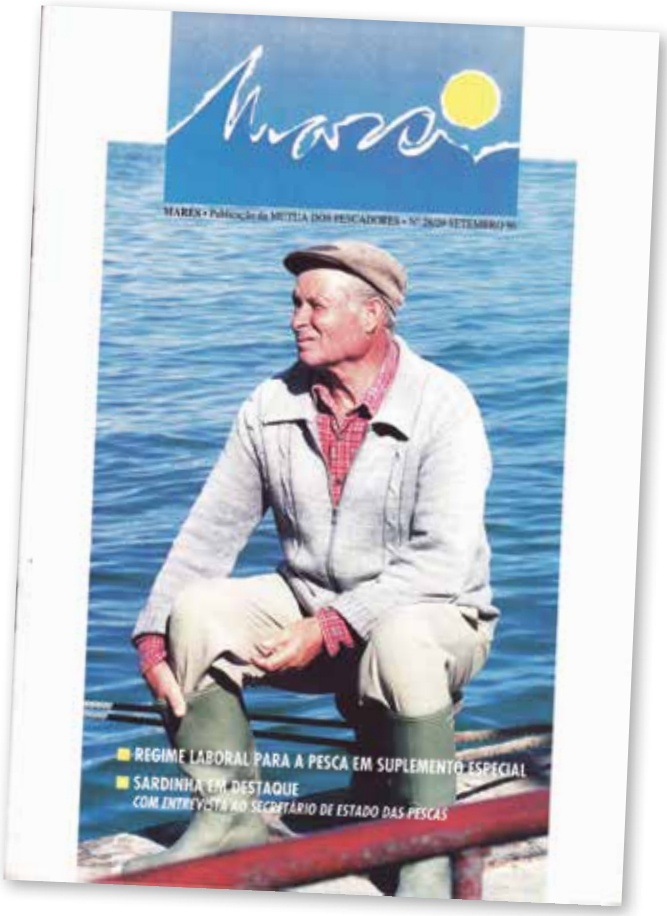
...E ainda a Pesca da Sardinha...

Conferindo à história o aspeto de uma "mola", cujos ciclos que a compõem se desenrolam em espiral, comprimindo-se ou alongando-se conforme as circunstâncias, de crise ou de descompressão, entende-se que os ciclos da história nunca se repetem de igual forma, mas assumem semelhanças gritantes, principalmente em cenários de crise

João Delgado

Consideremos a nossa "mola" da história como amortecedor do veículo do tempo e as crises como buracos no asfalto que fazem comprimir as "molas", ou seja, os amortecedores, esmagando dessa forma os ciclos da história, colocando-os encostados uns aos outros.
Imaginemos que o espaço temporal entre os ciclos que compõem o nosso amortecedor do veículo do tempo são 20 anos. E a matéria que hoje aqui analisamos esteve mergulhada em cenário idêntico exatamente há 20 anos atrás – a pesca da sardinha.
Estamos subjugados a um cenário de crise, de aguda crise no sector. Mudam os protagonistas. Mesmo assim, nem todos mudam. Vinte anos não é assim tanto tempo e ainda bem que temos a nossa "Marés" para registar autênticas preciosidades. Setembro de 1996. Sai um número duplo (28 e 29), da Revista da Mútua dos Pescadores – Marés. Destaque de capa, "A Pesca da Sardinha", com entrevista ao então Secretário de Estado, Dr. Marcelo de Vasconcelos.
Bruxelas, pela voz da então comissária europeia das pescas, Emma Bonino, apontava para uma drástica redução do esforço de pesca, sobretudo para espécies que corriam sérios riscos de extinção, onde se incluía a Sardinha.
A suportar estas indicações, naturalmente recebidas em Portugal com grande preocupação e de forma apreensiva, estavam relatórios do IPIMAR, feitos com a intermitência indesejada, realizados episodicamente, logo sem muita da informação necessária a um relatório consistente e realista, entre 1992 e 1994, enviados ao Conselho Internacional de Exploração do Mar, vulgo – ICES.
Até meados de 1995, as conclusões oficiais apontavam para aquilo que os cientistas designam, relativamente ao estado do stock da sardinha, por "dentro dos limites da segurança biológica". E segundo o Secretário de Estado de então "…na segunda metade de 95, surge o aviso de que já não estão, o que não deixa de causar estranheza e dá a sensação de que se decidiu mudar administrativamente de opinião."
Retiramos desta entrevista algumas considerações para percebermos todas as semelhanças nas intenções supranacionais para acabar com a pesca da sardinha em Portugal.

Marcelo de Vasconcelos assumindo a surpresa pelas orientações da Comissão: "Sim, trata-se de uma novidade e trata-se, por outro lado, de um espécie que tem um grande peso. São milhares de trabalhadores que dela dependem, em empresas tanto na pesca como na indústria. Gera, por essa razão, grande carga emocional." "Não se trata ainda de uma decisão definitiva. Mas há que reconhecer que os documentos conhecidos apontam para soluções drásticas."



MV – Em relação à sardinha da península ibérica como uma única unidade populacional:
"…considera-se como uma única unidade populacional toda a sardinha que se distribui ao longo da costa da península ibérica, entre a fronteira franco-espanhola e o estreito de Gibraltar. Eu tenho fortes dúvidas neste campo"
"Aliás, há alguns anos incluía-se a sardinha da costa francesa no mesmo stock. Por razões que valeria a pena pôr um dia a descoberto, em dado momento a sardinha francesa deixa misteriosamente de fazer parte da mesma população…"

MV – Comentando as visões e o trabalho de alguns cientistas:
"Os cientistas devem reportar exatamente os resultados do seu trabalho (ocultar nunca), mas também devem ter noção

clara das implicações da sua investigação e da forma como divulgam os seus resultados. Porque as medidas preconizadas vão ter repercussões na vida de milhares de pessoas." "(…)os cientistas que elaboraram o relatório Lassen concluíram reduzir o esforço de pesca em 33% e a Comissão ainda vai mais longe, apontando para 40%."

MV- Aborda a visão dos pescadores, por verificarem alguma redução, normal e cíclica nas capturas:
"Esta espécie tem comportamentos cíclicos, efetivamente. Os períodos de maior ou menor abundância sucedem-se. Certos estudos efetuados apontam para uma relação com fenómenos de oscilação na natureza."

Aos olhos dos pescadores, haver anos bons e anos maus, sempre foi entendido com normalidade. Pese embora a Comissão apontar, nesta altura (1996), como agora, para reduções drásticas nas capturas, não foram poucas as vezes que o mercado não teve capacidade de absorver as cargas de sardinha que as embarcações de cerco traziam para terra no período que percorreu toda a primeira década deste novo século.
As evidências eram demasiado óbvias e a abundância de sardinha refreou as intenções para impor restrições à pesca da sardinha em Portugal. A orientação de dizimar o sector não desaparecera, apenas dormia em sono leve…
Bastou que nos últimos 3, 4 anos as capturas descessem com algum significado para os bombos e as sirenes tocarem de novo. E aí está, rejuvenescida e ainda com mais força a velha vontade de destruir o sector da sardinha em Portugal.

MV – O impacto social destas medidas e a forma como são tomadas:
"Há uma coisa que não podemos pôr em dúvida, que nenhum pescador pode pôr em dúvida: é a necessidade de proteger os recursos." "São milhares de pessoas suscetíveis de serem afetadas, pessoas que já dispõem de rendimentos muitos baixos e que portanto não têm possibilidade de resistir a períodos prolongados de pausa na atividade."
"Esta proposta da Comissão foi colocada de um modo extremamente duro e emocional, sem ter em conta fatores de relatividade. A Comissão fala no abstrato – e essa é uma crítica que devo fazer construtivamente."

Marcelo de Vasconcelos encerra a sua entrevista, prometendo uma defesa acérrima das posições portuguesas perante a Comissão. Alerta para o impacto destas medidas nefastas, não só para a pesca, como também para a indústria conserveira. Aponta ainda, que parte das soluções para os problemas, terão que vir, necessariamente, da forma como se posicionam as organizações de produtores face a cenários de crise como os que se atravessavam na altura e que agora se repetem. Apelava à forma como, através da negociação, diálogo e união à volta do essencial, daquilo que é possível defender em situações adversas, se poderiam encontrar saídas para os problemas.
José Apolinário, atual Secretário de Estado das Pescas, então eurodeputado, desenvolvera também, à época, ações para travar as intenções da Comissão, como também se poderá ler no mesmo número da revista Marés.
Em situações de crise, os tais buracos no asfalto, que fazem comprimir os amortecedores do veículo do tempo e repetir, quase na perfeição, os ciclos da história, terão que ser reparados por todos nós, defensores da pesca, dos pescadores e do País. É nessa medida, em que esgrimimos conjuntamente esforços para reparar a estrada, para que o veículo possa seguir a sua trajetória sem percalços, que descobrimos as soluções e o caminho certo.

CINEMA

"A terra treme"

"Se a terra sempre tremera debaixo dos meus pés, passara também a tremer diante dos meus olhos"

João Delgado

O filme "A terra treme", de Luchino Visconti, 1948, é rodado integralmente na pequena Acitrezza, aldeia piscatória, Sicília (Itália). "A terra treme", porque o chão de quem trabalha no mar, é água. E o mar é um meio inóspito, arriscado e sobretudo extremamente instável, logo, é uma terra que treme de forma permanente debaixo dos nossos pés.

Visconti recorre à ausência de artifícios ou técnicas de realização que por ventura, ou através da sua utilização, pudessem adulterar ou mascarar uma realidade demasiado cruel – a exploração secular do homem pelo homem, neste caso, no setor das pescas naquela localidade italiana. Dispensou atores ou cenários, interessava-lhe exclusivamente a amarga realidade. Denunciou o sistema sem interferir nele. Apenas a arte ao serviço de causas. A arte como meio de alteração social. Uma arte completamente comprometida e empenhada em encetar alterações de fundo na vida social, cultural, política e económica de uma determinada realidade, iniciando aquilo que deveria ser a criação de uma sociedade mais justa à escala global – o Neorrealismo.

A prevalência do conteúdo sobre a forma na obra de arte, a sobrevalorização da mensagem e da denúncia, deveria ser o cerne e preocupação superior de artistas plásticos, escritores, atores e cineastas partidários desta opção estética.

Em Portugal, sob forte repressão, obscurantismo e miséria evidente imposta pelo Estado Novo a grandes franjas da população, o Neorrealismo alistou nas suas fileiras, soldados, cuja arma que empunhavam era a arte que produziam ao serviço do seu povo e do seu País. Soeiro Pereira Gomes, Alves Redol, Manuel da Fonseca, Álvaro Cunhal, Júlio Pomar ou José Dias Coelho foram alguns dos nomes maiores desta estética engajada e que, através de telas, pincéis, lápis, carvão, papel ou caneta, reclamavam a necessidade de libertar o povo do jugo da ditadura de Oliveira Salazar.

Voltando à Acitrezza dos pescadores e de Visconti.

Sem outras opções pictóricas à época, o cinema, do negro e branco, acentuava o tom dramático desta composição social que se pretendia retratar sem subterfúgios de qualquer ordem.

Passando concretamente ao argumento.

Ntoni Velastro, Ntóni, porque um pobre pescador não poderia denominar-se por Antonio e o italiano correto só poderia ser falado pelas classes abastadas, era um pescador local que em tempos tinha servido a Marinha Italiana. Como tal, tinha visto noutras paragens, sistemas de comercialização de pescado mais justos e relações laborais mais equilibradas. Inconformado com a sua sorte, com a sorte já herdada pelo seu pai, pelo seu avô, bisavô e por todos na família Velastro, queria abanar as traves de um sistema secular, atentar contra os poderosos e tomar o destino nas suas mãos.

A resposta de Ntóni à exploração imposta pelos comerciantes de pescado, que eram em simultâneo armadores das embarcações de pesca, foi ser empreendedor e passar de proletário do mar a detentor dos meios de produção. O combate à exploração, através da fragilidade do empreendedorismo individual, sem retaguarda, colocando-se no olho de um furacão de imensas probabilidades de fracassar.

Os comerciantes de pescado detinham a rede de distribuição para além das embarcações e estavam organizados na Ciclope.

Ntoni hipotecou a casa da família ao banco Fidonia para financiar o seu projeto. Comprou o seu barco e de início o peixe era muito, tanto quanto a força e a vontade que Ntóni colocava naquilo que adorava fazer – pescar e mostrar aos poderosos que ele, um pobre pescador, pelo seu trabalho e pela sua produção, ganhara a legitimidade de os olhos nos olhos, assim, sem assimetrias ou planos inclinados. Ninguém acima de ninguém. Todos iguais! Os poderosos abanavam…

Com cegueira de se livrar a todo o custo da usura do Fidonia, Ntóni saiu para o mar em condições não muito favoráveis apesar dos avisos. Ntóni acreditava que bastava a sua vontade para vencer as leis dos homens e da Natureza. A Natureza mostrou-se impiedosa, tal como os homens a quem Ntóni desafiava. Mostrou também todas as fragilidades do empreendedorismo individual. A tempestade, o mar e o vento, destruíram o barco, as artes, a vida, os sonhos e a dignidade de Ntóni.

O empreendedorismo individual falhado, com todas as suas debilidades estruturais em confronto com o capitalismo consolidado, criou as condições perfeitas para a degradação pessoal de Ntóni, desempregado, entregue à indigência e ao álcool e ao desmoronamento moral da família Velastro.

O Banco Fidónia executa a hipoteca da casa da família por incumprimento face ao crédito concedido. O Avô, que sempre avisou Ntóni, de que não valia a pena, as coisas sempre foram e sempre seriam assim – os pescadores a trabalhar e os grandes comerciantes a ganhar o dinheiro, acaba por morrer. O polícia Salvatore, que com as suas práticas não honra o nome que tem, seduz Lucia Velastro, irmã de Ntóni, acenando com uma echarpe e um colar, confrontando a jovem com a sua própria miséria. Lucia cai em desgraça, ganhando fama de prostituta na aldeia. Neste caso era um polícia, noutros, nas mesmas circunstâncias, os protagonistas eram todo o tipo de poderosos, como políticos locais, grandes comerciantes de pescado, bastando o epíteto de endinheirados e a incapacidade das famílias de pescadores pobres defenderem a honra dos seus. Os irmãos de Ntóni partem para outras paragens por considerarem que o mar é sempre o mesmo em todo o mundo.

Ntóni fica. Não abandona a sua terra para mudá-la, sob outra perspetiva. E como que renascido, de cima do seu barco em ruinas, profere algumas das últimas palavras no filme. Fala ao irmão mais novo que o seu exemplo, embora falhado, irá servir para alimentar a esperança de muitos que o precederem, no sentido da construção de uma nova realidade para todos. Nem mesmo o desprezo dos seus camaradas de profissão, que lhe recusaram continuamente ajuda, o mesmo a quem ele queria conferir mais dignidade e qualidade de vida, através da valorização do produto do seu trabalho, o fez desacreditar da importância da sua experiência.

Por fim, começa uma nova etapa na vida de Ntóni. Volta a embarcar para pescar nas novas embarcações da cooperativa. É de notar o padre a benzer as embarcações, o tamanho desmesurado da Igreja na minúscula Aldeia, a senhora Baronesa que dá o nome aos barcos e os responsáveis do poder local de mão dada como os grandes comerciantes de pescado da Ciclope.

Repetiu-se vezes sem conta no filme: "se o Mar é amargo o Mercado é cruel".

Não sei se já vi esta realidade. Talvez num sonho ruim…

PINTURA

Turner

Um dia, viajando num barco, de regresso a Londres, levantou-se um temporal, que agitando fortemente as águas do Tamisa, obrigou a tripulação a recolher-se. Ora, o nosso personagem, ao invés, pediu para o amarrarem a um mastro, de forma a poder acompanhar a tempestade ao vivo.
Mais tarde, retratou-a numa fabulosa tela.
Parece a invenção de uma cena macabra, mas não. Trata-se de um acontecimento verídico, relatado nas biografias do artista.

Adelino Cardoso

Há poucos anos, numa agradável viagem de férias a Madrid, tivemos a sorte de poder conciliar a visita à coleção permanente do Prado - onde nos concentrámos particularmente na pujante escola de pintura espanhola -, com uma exposição temporária e inédita nesse importante museu, sobre a obra da figura em questão.
Já tínhamos admirado alguns trabalhos desse pintor ímpar noutros espaços museológicos.
Da mesma forma havíamos lido algumas obras, bem ilustradas, sobre o artista.
E mais recentemente, um canal de televisão passou uma interessante peça cinematográfica sobre a vida do autor, que nos deixou a refletir sobre o porquê desta frequente parceria entre a genialidade e a loucura.
Estamos a falar do pintor inglês William Turner, que viveu entre 1775 e 1851, época onde nesse país se destacou também, entre outras, uma importante escola de paisagistas, a começar por John Constable.
Contada uma história rocambolesca e feita a apresentação do génio, poderíamos terminar por aqui, porque o mais decisivo teria sido dito.
Mas não!
Turner é demasiadamente significativo para o podermos tratar de modo tão ligeiro.
Em todas as épocas, nas diversas artes e ciências, existiram homens e mulheres que se colocaram à frente do seu tempo.
É o caso de Turner, que sendo um romântico, é também um dos principais percursores das correntes modernas, com evidentes influências especialmente sobre os impressionistas, que vingaram já nos finais do século XIX.
E para o caso, não é estranho o aprofundamento e domínio da luz e da cor, dos contornos esbatidos da paleta e das temáticas escolhidas para explanar a sua arte, privilegiando as cenas ao ar livre, com especial destaque para o ambiente marinho; e nesse sentido pode ser considerado um paisagista e marinhista, mas de cariz muito diferente dos marinhistas tradicionais, pois não se limita a traduzir as cenas marítimas de forma estática.
Todos os admiradores de pintura conhecem os seus inimitáveis óleos e aguarelas que retratam com ardor a pesca, as tempestades, os naufrágios e as batalhas navais.
E aqueles céus admiráveis…, que levava na época alguns apreciadores - após adquirirem obras a outros pintores -, irem de seguida contratar Turner para lhes repintar essa parte à sua maneira.
Agora sim, talvez já se tenham dado algumas pistas para despertar mais curiosidade sobre esta figura cimeira da pintura universal.
Uma forma imediatamente acessível para uma primeira aproximação, é a visita ao Museu da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, que dispõe de algumas pinturas ilustrativas do artista.
E depois, se puder ir a Londres, visitar a National Gallery e a Tate Gallery…

Turner no seu ateliê

Barcos de Pesca

Granville – Pescadores na praia, ao pôr-do-sol

A MÚTUA EM 2016

Enquadramento

As projeções para a economia portuguesa parecem apontar para a continuação da recuperação gradual da atividade económica, apesar de um conjunto de desafios importantes, que ainda tem de ser ultrapassados.
Segundo as conclusões do BdP, é crucial assegurar um crescimento significativo da produtividade e ainda uma distribuição dos retornos do crescimento económico que contribua para um grau elevado da coesão social.
É com este cenário da nossa economia, que perspetivamos o ano de 2016.
E, o nosso objetivo central em 2016 é continuar a crescer!
Em 2015 realçamos a inversão da tendência de decréscimo de prémios que vínhamos sentindo desde 2010 registando um crescimento nos Prémios Brutos Emitidos de 2,8% em comparação com o ano de 2014.
Em 2016 tudo faremos para continuar a merecer a confiança dos muitos milhares de tomadores de seguros e pessoas seguras na Mútua dos Pescadores, de forma a reforçar económica e socialmente a única cooperativa de seguros portuguesa.
E a par do foco comercial, com grande incidência na Pesca e nas Atividades Marítimo-Turísticas/Náutica de Recreio, prosseguiremos com a nossa política de rigor no controlo da sinistralidade.
Na área financeira iremos manter o nível das cobranças, o controlo sobre as despesas gerais, uma gestão prudente nos nossos investimentos e prosseguir na preparação da empresa para o novo regime de solvência.
O orçamento de 2016 prevê um resultado positivo reflectindo o cumprimento dos objetivos de produção fixados, o comportamento da sinistralidade dentro de níveis médios, a manutenção do desempenho das despesas gerais e a estabilidade dos mercados financeiros bem como, de um modo geral, a concretização e sucesso de todas as ações de dinamização estabelecidas no Plano de Atividades.
Em 2016 iremos manter, como sempre temos procurado fazer, o apoio personalizado aos cooperadores, clientes, utentes e famílias em todos os domínios que envolvam a responsabilidade associativa e sobretudo em situações de acidentes graves e continuar a promover a formação de todos os agentes internos e externos, em todas as áreas necessárias ao desenvolvimento da Mútua, dos colaboradores e dos cooperadores.

Sara Domingues e António Monteiro

A NOSSA COOPERATIVA

Reuniões de órgãos sociais

"As cooperativas são organizações democráticas geridas pelos seus membros, os quais participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres que exerçam funções como representantes eleitos são responsáveis perante o conjunto dos membros que os elegeram."
(art. 6º dos Estatutos da Mútua)

Seguindo os princípios cooperativos, um dos objetivos da Mútua dos Pescadores é garantir uma efetiva participação dos seus membros e uma gestão democrática. Essa gestão faz-se quer no *continnum* da vida da cooperativa quer em momentos específicos, como é o caso das reuniões dos Conselhos Regionais e das Assembleias Gerais. Todos os momentos são fulcrais para fomentar uma efetiva participação e envolvimento ativos na gestão da cooperativa.

Assembleia Geral de dezembro

Assembleia geral em Lisboa, dezembro 2015

A Assembleia Geral sendo órgão supremo da Mútua dos Pescadores é, também, o órgão ao qual compete as deliberações mais importantes da cooperativa.
Sendo assim, e como é hábito, no dia 13 de dezembro de 2015, teve lugar mais uma Assembleia Geral, no Museu Nacional de Etnologia, no Restelo, em Lisboa.
Os nossos cooperadores, que vieram de todo o país, foram chegando ao Museu, prontos para mais uma Assembleia. Entre sorrisos, cumprimentos e conversas, foram convidados a registar a sua presença e, nesse momento, tiveram acesso, em primeira mão, aos brindes de fim-de-ano: agendas e calendários, e à revista Marés que tinha acabado de sair. Além disso, também foram disponibilizados os documentos a serem discutidos na reunião.
A Assembleia, que reuniu com cerca de 90 cooperadores, teve como o objetivo a discussão e a aprovação do plano de atividades e o orçamento para 2016 e de debater outros assuntos prementes que foram sendo levantados pelos participantes.
Após apresentação dos documentos pelos órgãos competentes, Direção Estatutária e Comité de Gestão, procedeu-se ao esclarecimento de dúvidas. Para terminar este ponto, procedeu-se à votação dos documentos, que foram aprovados. Ainda houve lugar para abordar os outros assuntos, e entre vários temas levantados pelos nossos cooperadores, a questão das quotas de várias espécies, e das dificuldades vividas pelos pescadores surgiram quase que transversalmente.
Após a Assembleia Geral os presentes foram convidados a visitar a exposição "Artes de Pesca. Pescadores, normas, objetos instáveis", guiados pelo Doutor Luís Martins, investigador responsável pela exposição (e colaborador da Mútua no projeto CCC), que presenteou os presentes com uma explicação detalhada e apaixonada sobre a exposição, explicação que contou com comentários dos nossos cooperadores, que melhor que ninguém conhecem os objetos ali expostos!

Conselhos Regionais

Reunião do Conselho Regional dos Açores em Ponta Delgada, 2016

Também os Conselhos Regionais – órgãos "de consulta da direção, de âmbito regional restrito e que emitem pareceres, que devem ser devidamente ponderados por esta" (artº46 nº 2 dos Estatutos da Mútua dos Pescadores) – reuniram nos meses de fevereiro e março.
Essas reuniões tinham como objetivo o debate sobre o balanço de atividades da empresa, o relatório de atividades e o orçamento para o corrente ano. Os Conselhos Regionais, a quem compete detetar necessidades locais, colaborar com a direção e, dentro das suas limitações territoriais, estimular e desenvolver a atividade da Mútua dos Pescadores, são também de extrema importância, uma vez que estimulam uma efetiva descentralização da empresa.

Conselho Nacional

O Conselho Nacional, órgão de nacional de consulta da Direção da Mútua dos Pescadores, reuniu no passado dia 5 de março,

na sede da cooperativa, em Lisboa. A reunião antecedeu a nossa Assembleia Geral de março, e teve como objetivo debater as propostas que seriam apreciadas e votadas em assembleia.

Os estudantes vieram à Mútua

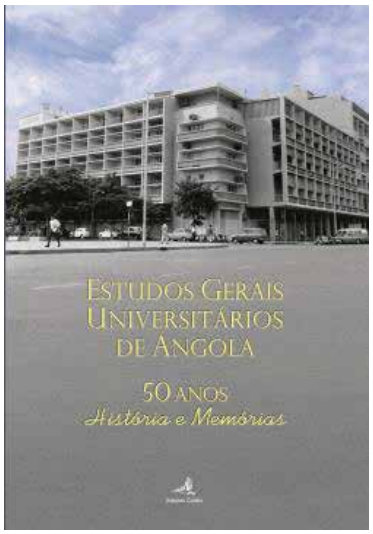
Decorreu no passado dia 1 de março mais uma edição da iniciativa "Dia Aberto nas Empresas". A Mútua dos Pescadores aceitou novamente este desafio, lançado pelo projeto "Maior Empregabilidade", promovido pelo IPAV – Instituto Padre António Vieira, em parceria com a Fórum Estudante, entre outras instituições.
Esta iniciativa visa dar a conhecer as empresas a estudantes do ensino secundário, profissional e superior, fornecendo informações de modo a enquadrá-los, ainda que brevemente, no mundo empresarial.
Este objetivo vai ao encontro de um dos princípios cooperativos, que está espelhado nos Estatutos da Mútua, relacionando-se precisamente com a importância da educação e formação que é dirigida aos cooperadores internos, mas, também ao grande público e, por isso, a cooperativa tem o dever de "informar o grande público, particularmente jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação".
Com este espírito abrimos as nossas portas aos alunos do 2º ano do curso de Técnicas e Operações Bancárias do Instituto de Formação Bancária. A iniciativa contou com cerca de 20 alunos, com idades compreendidas entre os 17 e os 21 anos, acompanhados por três professores.
Tentando ir ao encontro dos objetivos da iniciativa, demos a conhecer a Mútua dos Pescadores, nas suas dimensões de cooperativa e seguradora. Apresentando sucintamente os princípios cooperativos e a missão da Mútua dos Pescadores, enunciámos os valores pelos quais nos guiamos e demonstrámos as características diferenciadoras face a outras empresas. A temática dos seguros do cluster do mar despertou o interesse e curiosidade dos estudantes presentes que não se coibiram em esclarecer as suas dúvidas.
Houve lugar para uma breve apresentação da organização interna da empresa, por forma a capacitar os estudantes com algumas informações mais genéricas sobre o mercado de trabalho, complementando estas informações, com a colaboração do Diretor Geral, Diretor DACC e também de alguns trabalhadores de outros departamentos da Mútua dos Pescadores.
Na visita guiada às instalações da empresa, os estudantes tiveram oportunidade de ver os locais de trabalho e de ter acesso a uma pequena explicação sobre o funcionamento de cada departamento.
No final, proporcionou-se um momento de convívio, com a presença da Direção, onde se disponibilizou um pequeno lanche e uma entrega de brindes aos estudantes.
Nesse momento, o Diretor Geral ofereceu à biblioteca do Instituto de Formação Bancária o livro da Mútua dos Pescadores, e os estudantes apressaram-se a consultar, dada a curiosidade com que ficaram.
A Mútua dos Pescadores espera que, de algum modo, a informação disponibilizada nesta visita contribua na formação e na integração destes jovens no mercado do trabalho, desejando a todos votos de sucesso!

Helena Gil e Vanessa Amorim

LEITURAS

"Estudos Gerais Universitários de Angola – 50 anos História e Memória"

Não podíamos deixar passar a referência a esta obra muito querida do nosso colega Cândido Baptista, perito naval reformado da Mútua e mandatário da Lista de Órgãos Sociais da Mútua que termina o seu mandato este ano. Uma obra que conta uma boa parte da sua história de vida passada em Angola nos anos 60 e 70. Uma história partilhada com outros companheiros, e que, já fora de Angola, nunca foi esquecida. E como "quem bebeu água do Bengo fica para sempre ligado a Angola"…. o apelo foi crescendo e eis a obra coletiva!



Ambicionada há muito a criação de uma universidade em Angola, só em 1962, em consequência de vários acontecimentos de ordem política, dos quais o mais relevante foi, certamente, o eclodir da guerra de libertação de Angola, a 4 de Fevereiro de 1961, foram criados, prudentemente, os Estudos Gerais Universitários de Angola com o objectivo inicial de ministrarem apenas os três primeiros anos dos respectivos cursos, devendo os estudantes prosseguir os seus estudos nas diversas universidades da Metrópole. Mas rapidamente o objectivo foi superado. A adesão da população em geral, manifestada pelo elevado número de matrículas, o interesse e apoio que recebeu de diversas instituições e individualidades de Angola, a aceitação e reconhecimento pelas autoridades políticas e universitárias portuguesas vieram contribuir para que , em 1968, os Estudos Gerais Universitários se transformassem em Universidade com todas as competências inerentes.
Após 1975, a maioria dos professores, alunos e funcionários abandonou Angola e espalhou-se pelo mundo, embora grande parte tivesse vindo para Portugal.
Mas como quem bebeu água do Bengo fica para sempre ligado a Angola, começaram a organizar-se, por cursos ou anos de escolaridade, encontros, almoços, tertúlias e outros eventos que têm contribuído para manter a amizade iniciada e cimentada durante os anos vividos na Universidade.
O arranque destes encontros deveu-se a um dramático acontecimento.
No final de 2006, a nossa colega Maria Cecília Correia Correia, "Mícilia", que se tinha radicado no Brasil, veio com o marido, o nosso colega Emílio Correia, visitar a família e os amigos.
Na véspera de partir para o Brasil, a Mícilia, que estava hospedada em casa de familiares na Póvoa de Varzim, combinou ir a Braga para se encontrar com alguns dos nossos colegas que residem no Norte do País. Encontro este que não chegou a acontecer pois, quando a Mícilia se preparava para entrar no carro, um aneurisma fulminante, levou-a definitivamente, para longe daqueles que amava.

Este acontecimento deixou os colegas e amigos muito abalados e, nessa altura, o Carlos Sousa Valles, o Cândido Baptista e o Edgar Teixeira resolveram promover um encontro para comemorar a vida e reencontrar colegas num ambiente festivo. Os três constituíram uma Comissão ad-hoc à qual agregaram a Lúcia Santos Pereira e a Marília Teixeira de Sousa. O primeiro passo foi procurar contactos de colegas e, simultaneamente, o Sousa Valles começou a construir uma Base de Dados que no primeiro ano, já constava de 175 colegas.
E, com grande vontade de reencontrar velhos amigos, decidiram organizar o primeiro almoço convívio no dia 6 de Outubro de 2007, alargado a todos os cursos dos EGUA/UL. A este encontro compareceram 90 colegas e 30 acompanhantes. Tal foi o êxito, que continuaram a organizar, anualmente, no primeiro sábado de Outubro, encontros idênticos. Escolheram esta data por se aproximar do dia de abertura das aulas dos EGUA, 6 de Outubro de 1963.
Após sete anos, a Base de Dados conta com mais de 400 inscrições, entre alunos, professores e trabalhadores, foi constituída uma "Associação dos Antigos Alunos dos Estudos Gerais Universitários de Angola/Universidade de Luanda (AAEGUAL) e criada uma página no facebook: "Estudos Gerais Universitários de Angola – Contributos para a sua história".
Foi por iniciativa deste grupo que, querendo assinalar, de forma condigna, os cinquenta anos da criação dos EGUA, se realizou a viagem a Angola, em Outubro de 2013, e se editou este Livro.
Os nossos agradecimentos à Revista Marés pela oportunidade que nos concederam em divulgar a edição do "nosso" Livro.

A Equipa Organizadora do Livro

Luís Miguel

Ao consultarmos as enciclopédias, verificamos que as poucas referências a personalidades ligadas aos seguros resumem-se praticamente a Franz Kafka (que na juventude trabalhou num segurador, mas ficou registado na História como um grande escritor surrealista) e ao Sr. Lloyds (dono de um café londrino, onde se reuniam armadores e negociantes, que fizeram dessa cidade a maior praça mundial de seguro marítimo).
Então, traçando o silogismo:
- As enciclopédias, por regra, só fazem referência a individualidades excecionais;
- As enciclopédias não identificam génios na atividade seguradora;
- Logo, a profissão de seguros é dirigida a pessoas vulgares.
O Luís Miguel, que nos deixou recentemente, "a meio da sua viagem" (parafraseando o pai da literatura italiana, Dante Alighieri, na Divina Comédia) é um ser humano normal, com qualidades e defeitos, à semelhança da esmagadora maioria de nós.
Na hora da despedida, enaltecemos aqui a dedicação deste nosso colega à Mútua – onde cresceu pessoal e profissionalmente enquanto engenheiro informático -, a sua grande abertura de espírito e os seus vastos interesses culturais, onde destacamos a faceta do teatro, área na qual se revelou, nomeadamente como ator e dramaturgo.
Ao Luís Miguel desejamos fraternalmente os maiores êxitos pessoais e profissionais, nas futuras etapas da sua vida.

Adelino Cardoso

Cristina Moço

A Dra. Cristina Moço iniciou a sua atividade profissional na Mútua em 1987 e ao longo de 29 anos deu contributos de grande valor não só na área sob a sua responsabilidade, a Ação Social e Cooperativa, mas contribuindo para a visão global de uma mútua de seguros que a seu tempo se transformou em cooperativa, mantendo as mais profundas raízes mutualistas.
Por todo o país a Cristina, profunda conhecedora da pesca e sobretudo dos pescadores e suas comunidades, levou a sua disponibilidade de Assistente Social, que também era, a sua palavra de quem muito lê e aprende e por isso mais facilmente comunica, a sua solidariedade de quem dá sem esperar, a sua sensibilidade de mulher irmã de todos.
A saúde tem-lhe pregado algumas partidas, que não merecia, e merece muito mais do que a canção que aqui lembro e partilho, e que sei que ela cantaria também. Sei que a Cristina é também uma resistente e para os nossos irmãos do Brasil, país que ela tão bem conhece, o tempo é de novo de resistência.

Jerónimo Teixeira

Pra não dizer que não falei das flores
Geraldo Vandré – 1968

Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Somos todos iguais
Braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas
Campos, construções
Caminhando e cantando
E seguindo a canção

Vem, vamos embora
Que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora
Não espera acontecer

Pelos campos há fome
Em grandes plantações
Pelas ruas marchando
Indecisos cordões
Ainda fazem da flor
Seu mais forte refrão
E acreditam nas flores
Vencendo o canhão

Refrão

Há soldados armados
Amados ou não
Quase todos perdidos
De armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam
Uma antiga lição
De morrer pela pátria
E viver sem razão

Refrão

Nas escolas, nas ruas
Campos, construções
Somos todos soldados
Armados ou não
Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Somos todos iguais
Braços dados ou não

Os amores na mente
As flores no chão
A certeza na frente
A história na mão
Caminhando e cantando
E seguindo a canção
Aprendendo e ensinando
Uma nova lição

Refrão

Um adeus ao Dr. Mota

O Dr. António Mota foi o jurista que assessorou durante muitos anos a Mútua dos Pescadores e as restantes duas Mútua existentes – Arrasto e Sardinha, nos Acidentes de Trabalho. O seu profundo conhecimento da legislação de acidentes de trabalho e de toda a sua complexidade, o profundo conhecimento da realidade do setor das pescas adquirido pelos longos anos de trabalho com as Mútuas, aliados ao seu profundo respeito pela equipa de trabalho e pelas comunidades piscatórias são o maior legado que nos deixa e muito especialmente para os que com ele mais lidaram diretamente, por força das suas tarefas e responsabilidades profissionais. Tal é o caso de Sara Domingues, Diretora Financeira e de Resseguro, que nos deixa este testemunho em sua homenagem. Uma homenagem que é de todos nós.

Quando comecei a trabalhar em 1981 já o seu nome pertencia à Mútua da Sardinha.
O nosso contacto surgiu no âmbito dos Acidentes de Trabalho e nos casos mais particulares e complicados.
Tratava-me por "menina" , tinha eu vinte e poucos anos a iniciar a minha carreira profissional, muito curiosa com a legislação dos Acidentes de Trabalho de então.
- Lê o livro do Victor Ribeiro e vais aprender, era o seu conselho.
Um conselho de quem dominava a matéria com toda a experiência que adquirira como jurista e juiz.
Era um homem determinante, marcante mesmo, com quem travei contacto, com quem muito aprendi, ao longo dos muitos anos em que estive ligada aos Acidentes de Trabalho.
Ainda me lembro do telefonema que lhe fiz a comunicar a minha mudança para a área financeira.
-E agora com quem eu falo? Já não podemos ter as nossas "discussões"…
Ficou sempre uma grande amizade e uma grande admiração da minha parte pela sua pessoa.
Trabalhou para as Mútuas (Sardinha, Arrasto e Pescadores) com espírito de equipa, profundo conhecedor da nossa história como seguradoras junto da comunidade piscatória, comungando da nossa cultura e princípios.
Era sempre uma voz que nos projetava, que nos engrandecia.
Faz parte da nossa história e que não esqueceremos.
Com Amizade.

Sara Domingues

EMYGDIO CADIMA E VASCO VALDEZ

Investigação em biologia marinha e pescas mais pobre

Emygdio Cadima e Vasco Valdez

O mundo da investigação em biologia marinha e pescas ficou mais pobre com a morte de **Emygdio Cadima e Vasco Valdez**, ambos colaboradores da Mútua e companheiros de muitas jornadas. O primeiro falecido em 2015, aos 88 anos, o segundo, com 90 anos, já em fevereiro deste ano. Cada um tendo contribuído à sua maneira para uma visão integrada da biologia marinha e pescas sem nunca as desligar dos contextos sociais, políticos, económicos e culturais. De ambos se conhece o percurso cívico e de combate nas fileiras da oposição ao Salazarismo, e na construção e defesa do Portugal de Abril sobre ambos o nosso reconhecimento, e de todos quantos com eles privaram, do seu humanismo e generosidade. Ambos trabalharam na FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação e foram professores na Universidade do Algarve. **Vasco de Almeida Valdez Bandeira** foi também professor de biologia na Universidade de Évora, Investigador Principal no Instituto de Investigação Científica Tropical e destacamos aqui também o seu trabalho de assessoria na Federação dos Sindicatos das Pescas. **Emygdio Landerset Cadima** foi doutor Honoris Causa pela Universidade do Algarve, onde foi Investigador Principal e responsável por várias disciplinas, teses de estágio e de mestrados, tendo contribuído para a consolidação da área da Biologia Marinha e Pescas.
Respigámos um artigo assinado por ambos para a Marés (#28/29, de setembro de 1996), de que aqui trazemos um breve excerto, que reflete bem a visão de ambos, amiga das peixes mas também dos pescadores! uma visão que partilhamos e que merece ser honrada.
"Os recursos vivos marinhos próprios do nosso mar territorial são de interesse comum para todos os portugueses e em particular para as comunidades ribeirinhas, impondo-se que sejam preservados e geridos com base na investigação científica. (…) As frotas artesanal e do cerco são, de entre as frotas costeiras, os segmentos de maior importância estratégica para o nosso país, pelo significado que têm no abastecimento de pescado fresco e na sobrevivência das comunidades piscatórias ao longo de todo o litoral.(…)"

Direção

Um adeus a António Cabral, Secretário-geral da ADAPI

No dia 22 do corrente mês de Abril assinalam-se os 59 anos do nascimento de António Schiappa Pietra Ferreira Cabral. É o momento para celebrar a vida de uma figura unanimemente reconhecida por tudo o que deu de si em prol desta associação e dos seus associados, de que era o Secretário-geral desde 2003, do Movimento Associativo da Pesca Portuguesa, unindo os pontos chave do interesse coletivo entre as mais de duas dezenas de organizações que o compõem, da pesca portuguesa no seu todo, na representação da mesma além-fronteiras, e na defesa da pesca de largo europeia enquanto presidente do Conselho Consultivo da Pesca de Longa Distância. Com a sua morte precoce, no passado dia 10 de outubro, não foi só a pesca que perdeu uma das suas maiores vozes, mas também a cidade de Setúbal onde vivia há 3 décadas e onde soube canalizar um profundo humanismo numa prática continuada da solidariedade enquanto ação concreta. O exemplo de vida que o António traçou persiste na perdura na sua família e na memória de todos aqueles com que se cruzaram com o seu profissionalismo e intervenção social.

Conselho Diretivo da ADAPI
Associação dos Armadores das Pescas Industriais

Pequenos anúncios

VENDE-SE GUINCHO HIDRÁULICO E OUTRO EQUIPAMENTO -PESCA DO ESPADARTE OU ATUM
Capacidade da bobine: 40 milhas monofio 3,5mm instalado / 15 milhas de monofio 3,5mm novo / 1 Radio goniómetro novo / 2200 alfinetes inox / Uma bomba hidráulica com embraiagem acoplada
Contactar Genuino Madruga: 919 282 423 ou 292 494 608
VENDE-SE LICENÇA DE PESCA
Licença de pesca p/ as artes de palangre e de covos
CONTACTAR: D. Noémia – 963 115 440
NECESSITA-SE ACORDO EM REGIME DE PARCERIA
Organizações Ormassamba Lda, localizada em Angola, pretende, em regime de contrato, 3 embarcações tipo traineira p/ pescar em águas territoriais angolanas. A empresa possui alvará de pesca.
CONTACTAR: Carlos Pedro – 00244923607756, ormassamba6363@yahoo.com.br
NEGOCEIA-SE LICENÇA DE PESCA PARA ANGOLA
Licença p/ pesca em águas territoriais angolanas p/ 1 embarcação polivalente até 60 m.; quaisquer artes; c/ capacidade de frio; possibilidade de venda do pescado em Portugal; sem necessidade de pagamento à cabeça; possibilidade de pagamento c/ parte das capturas. CONTACTAR: José A. Martins - 967820600
VENDE-SE EQUIPAMENTOS E ARTES
Vende-se avulso: hélice, guinchos, covos e redes de tresmalho.
Contactar: Adão de Jesus – 258 820 147 ou 966 209 155
VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA
"SANTA LUCIA" , c/ todas as licenças e apetrechos de pesca, incluindo câmara frigorífica.
Contactar: Felisbela Carvalho - 966 674 107 ou 210 815 381 (Sesimbra)
VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA
"TAINHA" – SB-995-c; vende-se traineira e enviada, juntas ou em separado; c.f.f. 20 metros; 42 TAB; motor GM 305HP; c/ todos electrónicos e meios de salvação. Licença p/ cerco. Vende-se com redes.
Contactar: 212 233 127 (Sr Carvalho – Sesimbra)
VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA
Embarcação "VEIO DO MAR", SB-919-C; construção 1981; modernização 2000; c.f.f. 12,78 m.; boca de sinal 3,81 m.; pontal de sinal 1,40 m.; motor Cummins 132 HP de 2000; 2 sondas; VHF; 2 artes de cerco; bote e motor; balsa; licenças para redes de cerco, pesca à linha, alcatruzes, redes de tresmalho.
Contactar: 933 398 889 / 933 005 426 / 210 864 619
TROCA-SE LICENÇAS
Troca-se licenças de apanha submarina de algas, toneira e piteira por licença de alcatruzes. Contactar: Joel Pereira – 912456222 (Ericeira)
VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA
Embarcação "DOIS IRMÃOS" , VC-187-L; c.f.f. 6,15 m.; licenças p/ redes emalhar 1 pano de fundo 60 a 79 mm, 80 a 90 mm, >= 100mm; emalhar 1 pano de deriva 35 a 40 mm; arrasto de vara 20 a 31 mm; armadilhas de gaiola 30 a 50 mm; palangre de fundo espécies demarsais. Contactar: 918533410

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA
Embarcação "Maria Santana", C-120-C; 11,90 m. c.f.f.; sonda; GPS; VHF; motor 105 HP. Vende-se com artes. Licenças p/ rede de arrasto c/ vara, covos, tresmalho, palangre e pesca à linha.
Contactar: Venâncio Silva – 965165079; 258921797 (Caminha)
VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA
Embarcação de pesca "Nova Ericeira", SN – 927 - L Sines; casco, braços e sistema alagem novos; motor MWM; 75 HP com 450 horas; bombas e sistema hidráulicos novos; sonda a cores Kodem de 500 braças; 2.82 GT; 9,13 m c.f.f.; 7,7 m c.sinal; 0,81 m. pontal; 2.35 m. boca; licenças: 1 pano fundo 80 a 90 mm; tresmalho 100 mm; palangre de fundo; arte de levantar secada.
Contactar: Horácio Caetano – tel. 96 566 71 38 / 96 317 42 25

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA
Embarcação "João Francisco", S-2025-C; motor MWM; 2 guinchos; radar, sonda, GPS; 2 VHF; c/ artes ganchorra, anzol e todas as espécies de bivalves.
Contactar: Francisco Gonçalves – tel. 91 886 00 33

VENDE-SE EMBARCAÇÃO
Embarcação de pesca "JORGE MARIA"; c.f.f. 8.37 m .; 4.09 TAB; c.p.p. 7.84 m.; GT 4.06; pontal 1.20; boca 2.80.
Contactar: Manuel Agonia Marques Moita – tel. 913 647 990 ou Apropesca - 252 620 253 (Póvoa de Varzim)
VENDE-SEGPS E BALSA
Vende-se GPS plotter Furuno 188. Vende-se balsa p/ 16 pessoas.
Contactar: 966 548 563
VENDE-SE EMBARCAÇÃO DESPORTIVA
c.f.f. 4,60 m.; boca 1,80 m.; lotação 6 lugares; motor Honda 15 CV – 4 tempos.
Contactar: 914 258 057

VENDE-SE EMBARCAÇÃO
Embarcação "VIRGEM DA AJUDA" – SB-597-C; 11.20 m. c.f.f.; 2 artes de cerco – 16 cabos e 16 varas altura; 20 cabos e 20 varas altura; aparelhos de anzol; licenças p/ cerco, alcatruzes, palangre de fundo e redes emalhar 1 pano de fundo. Contactar: 212 682 308
VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE RECREIO
Embarcação de Recreio, Fibramar; Quarteira. 5,00 m.; motor Yamaha 25.00 HP-4 tempos; com consola central com caixa de comandos da Yamaha; com sonda e GPS, com Haleron de Inox e luzes de navegação; palamenta completa classe-5. Vistorias em dia. Em muito bom estado. Valor: 4.000,00 €. Contacto: Marco, Quarteira – 963969222 - minaro.8125@gmail.com – envio de fotografias para os interessados.
COMPRO EMBARCAÇÃO DE PESCA ATÉ 9 METROS
Compro embarcação de pesca - de preferência alumínio, para pesca local.
Contacto: José Cunha, Viana do Castelo – 964544990 - salvador_sd@hotmail.com

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE RECREIO
Embarcação "Formigas", Ponta Delgada, de 2007; fibra; c.f.f. 7,45 m.; boca: 2,60 m.; calado: 0,47 m.; categoria do projecto C; carga máxima: 1400 Kg; deslocamento máximo 2900 Kg; massa (sem motores) 1500 Kg; lotação 10 pessoas; motor Honda 200 cv.; motor Honda auxiliar 20 cv.; reservatório combustível: 270 litros. Equipamento sanitário, pequeno quarto 3 pessoas, frigorífico (85L) e pequeno grelhador. Contacto: Miguel Amorim – 938 046 479 / 919 667 309

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA
Embarcação "Polvinho", SN 850-C, Peniche; comp. 10,46 m.; motor MWM 110HP. radar Koden 36 milhas; sonda Hondex 600 braças; GPS; Ploter a cores Setrexe; VHF Sailor; máquina de puxar covos e aparelhos; c/ licença anzol, covos e alcatruzes. Contacto: João Mateus Viegas Zacarias - 963 139 568

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE RECREIO
Embarcação de recreio - Livrete nº 354PV5; Ano: 1994; Motor: Mariner, fora de borda; 4,35 m.; Boca: 1,57; Pontal: 0,70; Arqueação: 0,558; Lotação: 4 p.; Casco: P.R.F.V.; Tipo e zona 5 águas abrigadas; Modelo: B.14; H.P.25; 189 Km gasolina M; Sonda registadora marca J.M.F - modelo 707; nausat marca Garmin - modelo 126. Contacto: Isaac Leal – 917291103
VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE RECREIO
Embarcação de Recreio, Fibramar; Quarteira. 5,50 m.; motor Yamaha 50.00 HP – 4 Tempos; com bomba de esgoto com automático; auto rádio, sonda JRC/Cores, GPS--Garmin-420/cores; palamenta completa classe-5. Em muito bom estado. Valor: 12.500,00 €. Contacto: Miguel, Quarteira – 965710376 - minacio.8125@gmail.com

VENDE-SE "JONI", SM-300-L (PESCA)
"Joni", SM-300-L - S.M. Porto/Nazaré; Ano: 2004 – Motor: Perkins 65 CV.; C.f.f.: 8,56m; 2 sondas, 1 radar GPS/ploter VHF, piloto automático. Licenças: redes/anzol/covos/alcatruzes. Contacto: 966 343 501
VENDE-SE "PEIXE DE OURO", VR-529-C (PESCA)
"Peixe de Ouro", VR-529-C; Ano: 2007; Fibra de Vidro – Motor: Scania (ultima geração), tipo fixo, gasoleo, de 147 CV (homologados). C.f.f.: 14,98 m; comp. entre perpend. 13,00 m; pontal: 2,00m; boca sinal: 5,00m; arqueação bruta (GT) 26.70. 2 VHF, 3 GPS, 1 radar. Licenças: covos/alcatruzes/redes emalhar e tresmalho/linha--palangre de fundo. Bom preço. Pagamento negociável.
Contactos: 93237832 / 917215353
VENDEM-SE ATUNEIRAS - OLHÃO
12 toneiras para pesca ao choco, lula, polvo. Toneiras de chumbo para pesca ao choco lula polvo, com coroa de picos inoxidável extremamente resistentes e duráveis picos afiados varias cores disponíveis brilham no escuro para pesca noturna as lulas (mencionar na compra). Preço: € 30,00euros - 12 unidades - quantidade negociável. Entregues em 24h em todo país - portes incluídos - só paga quando recebe em casa. Telefone: 910000000 / Email: artigos1988@hotmail.com

VENDE-SE "SORRISO DA VIDA" (PESCA)
"Sorriso da vida", VC-123-C Vila do Conde
Contactos: 969629036/962353079

VENDE-SE "UADI-ANA" (MARÍTIMO-TURÍSTICA, GUADIANA E SOTAVENTO ALGARVIO)
Embarcação "UADI-ANA", VR-79-AC; c.f.f 18,15m; boca 5m; motor Cummins, modelo NH-250-M de 190HP.
Casco de madeira; sonda, vhf. Capacidade de 54 pessoas com tripulação, 2 casas de banho, bar, licença de navegação rio Guadiana e costa sotavento do Algarve.
Com todas as licenças pronta a operar. (Vende-se firma de animação turística com esta embarcação, 2 carrinhas de 9 lugares, 2 insufláveis e 4 trampolins). Contacto e informações: Rui Gaspar - 968 831 553

VENDE-SE EMBARCAÇÃO PESCA COSTEIRA, NAZARÉ
Pesca Milagrosa - Armador Joaquim Nuno Carlinhos Meca (Nazaré)
Tel. 917 249 675

VENDE-SE EMBARCAÇÃO PESCA LOCAL "Pedra do Leme", NAZARÉ
"Pedra do Leme" N- 2327-L comprimento f.f. 7.88 m; Licenças Tresmalho, Armadilhas de gaiola, Alcatruzes Anzol. Contacto 969 750 459

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "ISABELITA", AVEIRO
Motor principal: Yanmar – potência 27,00 Kw
Artes licenciadas: Tresmalho de fundo >= 100 mm GTR (ZEE Portuguesa – sub-área Continente FAO27, período de 4-1-2013 a 31-12-31) / Pesca à linha – cana e linha de mão – esp. demersais ou pelágicas LHP (ZEE Portuguesa – sub-área Continente FAO27, período de 4-1-2013 a 31-12-31) e Ria de Aveiro (mesmo período) / Pesca à linha – palangre de fundo – espécies demersais LLS (mesmas zonas ZEE e Aveiro) / Tresmalho de fundo - >= 80 mm GTR (Ria de Aveiro, mesmo período); 30 ferros de rede; 9 redes 2 panos e 3 panos; bandeirolas, boias para terra; Motor Kubota 9.9 HP Alador em bom estado; Radar GARMIN c/ sonda e XHF Rádio; eletrónicos novos; 25 peças redes novas pregados e arrais; boias e cabos; 1 conjunto borda falsa alumino novo. Por motivo de reforma. Contacto: 234 109 579 ou 916 372 923

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA "GINA", SETÚBAL
S-1930-C, Comp.: 11.67m; Arq.: 6.72 Ton; Motor: MWM; Guincho, GPS, VHF; artes c/Ganchorra e Pesca à Linha. Incluídas (6) seis Ganchorras. Contacto: Raúl Rosado - 918 205 419

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "JEREMIAS", QUARTEIRA
Casco: Fibra de vidro; Comp.: 6.98m; Boca: 2.36; Pontal:0.72; Motor principal Yamanha potência: 50hp 4 tempos; Motor auxiliar /alternativo: suzuki potência: 25hp novo 4 tempos / Casco interior dividido em 3 tanques; 3 armários de popa; tambor inox; material salvação; quadro elétrico; Iluminação à ré e proa com dois projetores led 12v; Gerador 220v e projetores 2 de 400 w e 1 de 250 w; Gps: Garmin GPSmap 521 novo; Sonda: Navman Fish 4507 novo; Licenças: Tresmalho de fundo; Pesca à linha-utensílio de dilacerar; Pesca à linha-palangre de fundo; Artes: 80 panos de rede de 80mm, 40 novas e 40 usadas, mas em bom estado. Vários utensílios de pesca. Estado: Como novo, todo o equipamento para pesca profissional. Contacto: 910 872 808

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA COSTEIRA "POR DEUS AJUDADO", VILA DO CONDE
Artes de pesca: Armadilhas de abrigo-Alcatruzes; Armadilhas de gaiola – de 30 a 50 mm; Redes de emalhar de 1 pano – 80 a 99 mm; Tresmalho de fundo >= 100mm; Pesca à linha esp. demersais; Comp: 12 m – Larg: 4 m. Contactos: 915 697 515 / 916 374 582

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA COM ARTE DA GANCHORRA, "AMIZADE", S-555-C - SETÚBAL
Com motor Mercedes; Guincho; Radar; Sonda, GPS, VHS; com artes da ganchorra, anzol e todas as espécies de bivalves.
Contato: Miguel Ministro – 917921076

VENDE-SE BARCO "FORTUNA DO MAR", N- 2176 C, NAZARÉ
Comp. fora-a-fora 15,96 m.; Motor Caterpilar 190 Cv (Mod. 306).
Licenças: Redes/1 pano /Covos Palangre. Com quota de Apanha de Pescada - 45 toneladas.
Contato – 965476938

VENDE-SE ALADOR DO ESTIVADOR DE REDE
Em muito bom estado.
Contato: 910514535 – Sesimbra

VENDE-SE EMBARCAÇÃO PESCA LOCAL "MAR AZUL" – N-2602-L, NAZARÉ
Comp fora a fora 6,15; com licenças Redes e Palangre; Motor Yamaha (2T); 60 CV (Mod.306)
Contato: 969 356 629

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL "VASQUINHO" PD-510-L
Casco em Fibra de Vidro
Preço: 25.000€ (negociáveis)
Contacto: 913156686 (Mário Ferrão)

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA COSTEIRA "SATÉLITE", PENICHE
Casco: Madeira; Comprimento: 10m;
Artes de Pesca: anzois, covos, carretos elétricos
Eletrónicos: radar; 2 sondas; VHF e GPS
Contactos: 961380400

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA COSTEIRA "MESTRE MENTIROSO" PD-590-C
Casco em Alumínio Marítimo
Preço: 250.000€ (negociáveis)
Contacto: 916277100 (Manuel Carlos)

VENDE-SE EMBARCAÇÃO REI CELESTIAL
Contacto: 966804660 - 252101729 (António Postiga)

VENDE-SE BARCO DE CERCO CRISTIANA VANESSA
Pronto a trabalhar.
Contatos: 916374140 - 252613901

VENDE-SE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL
Eletrónicos: M-R MERCURY 30KV; YAMAHA 50 KV; RADAR, JPS GARMIN, SONDA, RADIO VHF. Com várias artes licenciadas (emalhar, tresmalho, pesca à linha, artes de levantar, armadilhas).
Contato: 917 802 391

VENDE-SE EMBARCAÇÃO SEMI-RÍGIDA VALIANT DR750 (AKRON), PÓVOA DE VARZIM
Motor Verado de 200HP 4T, arco de luzes em inox com escada lateral de mergulho, consola PT6 com direcção hidráulica e comandos digitais (SmartCraft). Motor com 350 horas e revisão das 300 horas feita na marca.
Preço: 15500€ (IVA incluído), não inclui sonda nem VHF.
Pode ser visitada na Marina da Póvoa, mediante marcação através do 965 147 385

Pormenor de "Pirilampo Mágico" criado pela actriz Cláudia Semedo, propriedade da Fenacerci. Fotografia de Marta Pita. Concepção gráfica de Duarte Saraiva

- experiência mutualista desde 1942
- a seguradora do mar
- plataforma de seguros para o sector cooperativo e social

SEGUROS MÚTUA

MÚTUA DOS PESCADORES

seguro solidário

Lisboa: 213 936 300 | Aveiro: 234 368 115 | Funchal: 291 222 758 | Horta: 292 391 920
Matosinhos: 229 382 531 | Nazaré: 262 551 031 | Olhão: 289 714 403
Peniche: 262 780 040 | Ponta Delgada: 296 288 940 | Portimão: 282 411 374 | Sesimbra: 212 231 775
Setúbal: 265 537 343 | Sines: 269 635 844
Viana do Castelo: 258 101 495 | Vila do Conde: 252 623 265

www.mutuapescadores.pt • geral@mutuapescadores.pt